

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	72
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	150
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	154
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	155
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	157
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	158
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	159
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	183.498.962
Preferenciais	56.877
Total	183.555.839
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	3.856.521	3.692.341	3.738.240
1.01	Ativo Circulante	700.847	616.318	542.909
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	109	594	1.206
1.01.02	Aplicações Financeiras	218.132	139.961	162.905
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	218.132	139.961	162.905
1.01.03	Contas a Receber	338.140	308.216	269.913
1.01.03.01	Clientes	338.140	308.216	269.913
1.01.04	Estoques	19.302	20.761	17.316
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.439	11.715	8.741
1.01.07	Despesas Antecipadas	30	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	108.695	135.071	82.828
1.01.08.03	Outros	108.695	135.071	82.828
1.01.08.03.01	Adiantamentos a empregados	3.035	4.956	4.447
1.01.08.03.02	Depósitos Vinculados	105.660	130.115	78.381
1.02	Ativo Não Circulante	3.155.674	3.076.023	3.195.331
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	248.374	206.779	478.880
1.02.01.04	Contas a Receber	4.537	0	0
1.02.01.04.02	Clientes	4.537	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	243.837	206.779	478.880
1.02.01.10.03	Projeto Alvorada - recursos aplicados	0	0	174.829
1.02.01.10.04	Projeto KFW - recursos aplicados	53.911	53.797	53.720
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	6.906	9.243	8.527
1.02.01.10.06	Depósitos para reinvestimento	2.966	3.685	4.414
1.02.01.10.07	Depósitos vinculados a garantias	20.248	19.964	12.915
1.02.01.10.08	Ativos financeiros - Contratos de Concessão	72.055	119.865	224.361
1.02.01.10.09	Tributos a recuperar	87.500	0	0
1.02.01.10.10	Outros Ativos	251	225	114
1.02.02	Investimentos	658	0	0
1.02.02.01	Participações Societárias	658	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1.02.03	Imobilizado	58.418	57.374	43.078
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	58.418	57.374	42.897
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	0	181
1.02.04	Intangível	2.848.224	2.811.870	2.673.373
1.02.04.01	Intangíveis	2.848.224	2.811.870	2.673.373
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.584.768	2.570.569	2.408.663
1.02.04.01.03	Direito de uso	10.299	10.706	11.121
1.02.04.01.04	Softwares	5.407	960	1.236
1.02.04.01.05	Ativo de contrato	247.750	229.635	252.353

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	3.856.521	3.692.341	3.738.240
2.01	Passivo Circulante	529.862	517.317	450.322
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.213	35.973	34.572
2.01.02	Fornecedores	144.133	132.767	124.618
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.572	27.397	26.670
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.572	27.397	26.670
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.643	1.533	1.863
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	28.929	25.864	24.807
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	75.581	85.722	61.125
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	56.247	67.696	61.125
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	19.334	18.026	0
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	19.334	18.026	0
2.01.05	Outras Obrigações	205.575	203.315	168.357
2.01.05.02	Outros	205.575	203.315	168.357
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.133	6.850	32.204
2.01.05.02.04	Outras obrigações	3.138	3.293	3.581
2.01.05.02.05	Acordos judiciais a pagar	3.858	10.831	9.400
2.01.05.02.06	Obrigações com Tarifa de Contingência	175.446	182.341	123.172
2.01.06	Provisões	18.788	32.143	34.980
2.01.06.02	Outras Provisões	18.788	32.143	34.980
2.01.06.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	18.788	32.143	34.980
2.02	Passivo Não Circulante	815.832	763.118	996.507
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	366.555	311.730	335.971
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	363.914	310.598	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.641	1.132	0
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	2.641	1.132	0
2.02.02	Outras Obrigações	71.629	70.662	261.246
2.02.02.02	Outros	71.629	70.662	261.246
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	16.805	16.812	24.974

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.02.02.02.04	Projeto Alvorada - recursos recebidos	0	0	174.468
2.02.02.02.05	Projeto KFW II - recursos recebidos	51.231	50.186	49.469
2.02.02.02.06	Garantias contratuais de fornecedores	3.593	3.664	3.718
2.02.02.02.07	Acordos judiciais a pagar	0	0	8.617
2.02.03	Tributos Diferidos	107.106	83.653	139.647
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	107.106	83.653	139.647
2.02.04	Provisões	270.542	297.073	259.643
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	60.556	46.608	57.852
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	60.556	46.608	57.852
2.02.04.02	Outras Provisões	209.986	250.465	201.791
2.02.04.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	45.212	58.340	63.745
2.02.04.02.05	Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	164.774	192.125	138.046
2.03	Patrimônio Líquido	2.510.827	2.411.906	2.291.411
2.03.01	Capital Social Realizado	1.943.607	1.977.904	1.869.622
2.03.01.01	Capital Social	1.943.607	1.977.904	1.869.622
2.03.04	Reservas de Lucros	215.152	88.201	20.773
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	436.140	462.028	489.554
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-84.072	-116.227	-88.538

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.573.886	1.482.633	1.324.382
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-862.608	-844.691	-740.919
3.03	Resultado Bruto	711.278	637.942	583.463
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-487.224	-461.255	-443.112
3.04.01	Despesas com Vendas	-160.283	-164.700	-158.303
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-323.401	-285.349	-274.066
3.04.02.01	Despesas administrativas	-272.098	-252.161	-250.954
3.04.02.02	Despesas tributárias	-51.303	-33.188	-23.112
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.540	-11.206	-10.743
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	224.054	176.687	140.351
3.06	Resultado Financeiro	-80.594	25.865	-32.111
3.06.01	Receitas Financeiras	68.969	122.182	81.200
3.06.02	Despesas Financeiras	-149.563	-96.317	-113.311
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	143.460	202.552	108.240
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.862	-36.816	-19.803
3.08.01	Corrente	-52.430	-78.546	-43.499
3.08.02	Diferido	43.568	41.730	23.696
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	134.598	165.736	88.437
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	134.598	165.736	88.437
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,7271	0,903	0,5028
3.99.01.02	PN	0,7998	0,9933	0,553

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	134.598	165.736	88.437
4.02	Outros Resultados Abrangentes	32.155	-27.689	-4.527
4.03	Resultado Abrangente do Período	166.753	138.047	83.910

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	309.793	262.582	272.239
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	524.492	434.642	431.057
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	143.460	202.552	108.240
6.01.01.02	Depreciação e amortização	145.940	208.105	148.386
6.01.01.03	Valor residual da baixa de ativos imobilizados e intangíveis	25.767	16.449	36.747
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.874	48.465	41.272
6.01.01.05	Constituição/Reversão de Contingências	3.882	-18.578	499
6.01.01.06	Atualização Monetária de depósitos judiciais e REFIS	103	-766	946
6.01.01.07	Provisão incentivo a aposentadoria - PRSP	-780	24.292	63.599
6.01.01.08	Ajuste a valor presente - PRSP	-695	-7.938	-17.606
6.01.01.09	Provisão para perdas de estoque	0	-38	140
6.01.01.10	Juros e variações monetária e cambial	96.019	43.533	66.343
6.01.01.11	Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	1.748	-57.781	-19.451
6.01.01.12	Rendimento aplicações financeiras	-3.374	-6.710	-9.478
6.01.01.13	Provisão atuarial - Benefício definido Plano de saúde	4.804	12.125	3.898
6.01.01.14	Atualização da provisão incentivo a aposentadoria - PRSP	7.904	12.662	9.200
6.01.01.15	Tributos diferidos	23.453	-41.730	-1.678
6.01.01.16	Juros sobre arrendamento	1.462	0	0
6.01.01.17	Provisão de parcelamentos tributários	7.925	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-127.651	-60.916	-91.447
6.01.02.02	Depósitos vinculados a convênios	25.554	-48.503	-14.477
6.01.02.03	Contas a receber de clientes	-101.335	-86.768	-53.016
6.01.02.04	Estoques	1.459	-3.408	-4.561
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-96.234	4.349	5.587
6.01.02.06	Tributos a recolher	-5.309	-7.105	-5.715
6.01.02.08	Depósitos para reinvestimentos	791	898	5.317
6.01.02.10	Outros ativos	3.335	-5.975	-606
6.01.02.11	Fornecedores	11.366	8.149	611
6.01.02.12	Incentivos a aposentadoria - PRSP	-32.912	-37.258	-31.444

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.13	Provisão para contingências	-711	-3.455	-4.175
6.01.02.14	Projetos Alvorada e KFW II	-114	1.001	-3.672
6.01.02.15	Acordos judiciais a pagar	-6.973	-7.186	-33.510
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	71.662	78.981	21.967
6.01.02.17	Outros passivos	8.665	-13.805	-247
6.01.02.19	Obrigações com Tarifa de Contingência	-6.895	59.169	26.494
6.01.03	Outros	-87.048	-111.144	-67.371
6.01.03.01	Juros pagos	-23.644	-24.511	-26.751
6.01.03.02	IRPJ e CSLL pagos	-63.404	-86.633	-40.620
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-249.246	-175.817	-222.092
6.02.01	Aquisição de Imobilizado/Intangível	-172.997	-201.559	-106.533
6.02.02	Aplicações financeiras	-76.249	25.742	-115.559
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-61.032	-87.377	-50.029
6.03.01	Amortização de empréstimos	-67.645	-57.544	-54.072
6.03.02	Ingressos de empréstimos	46.853	29.201	4.043
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-16.817	-59.034	0
6.03.06	Amortização de obrigações por arrendamento	-23.423	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-485	-612	118
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	594	1.206	1.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	109	594	1.206

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.977.904	0	88.201	0	345.801	2.411.906
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.977.904	0	88.201	0	345.801	2.411.906
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-34.297	0	-435	-33.100	0	-67.832
5.04.01	Aumentos de Capital	435	0	-435	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-33.100	0	-33.100
5.04.08	Redução de capital	-34.732	0	0	0	0	-34.732
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	160.486	6.267	166.753
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	134.598	0	134.598
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	25.888	6.267	32.155
5.05.02.06	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	25.888	-25.888	0
5.05.02.07	Reconhecimento ganhos/perdas atuariais com benefício definido	0	0	0	0	32.155	32.155
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	127.386	-127.386	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.730	-6.730	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	21.356	-21.356	0	0
5.06.06	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	99.300	-99.300	0	0
5.07	Saldos Finais	1.943.607	0	215.152	0	352.068	2.510.827

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.869.622	0	44.826	-24.053	401.016	2.291.411
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.869.622	0	44.826	-24.053	401.016	2.291.411
5.04	Transações de Capital com os Sócios	108.282	0	-22.629	-96.418	0	-10.765
5.04.01	Aumentos de Capital	108.282	0	-22.629	-62.071	0	23.582
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-34.347	0	-34.347
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	193.262	-55.215	138.047
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	165.736	0	165.736
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	27.526	-55.215	-27.689
5.05.02.06	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	27.526	-27.526	0
5.05.02.07	Reconhecimento perdas atuariais com benefício definido	0	0	0	0	-27.689	-27.689
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	66.004	-72.791	0	-6.787
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	8.287	-8.287	0	0
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-6.787	0	-6.787
5.06.05	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	37.355	-37.355	0	0
5.06.06	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	20.362	-20.362	0	0
5.07	Saldos Finais	1.977.904	0	88.201	0	345.801	2.411.906

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.760.097	0	111.860	-82.850	434.014	2.223.121
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.760.097	0	111.860	-82.850	434.014	2.223.121
5.04	Transações de Capital com os Sócios	109.525	0	-93.001	-32.144	0	-15.620
5.04.01	Aumentos de Capital	109.525	0	-93.001	0	0	16.524
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-32.144	0	-32.144
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	116.908	-32.998	83.910
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	88.437	0	88.437
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	28.471	-32.998	-4.527
5.05.02.06	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	28.471	-28.471	0
5.05.02.07	Reconhecimento perdas atuariais com benefício definido	0	0	0	0	-4.527	-4.527
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	25.967	-25.967	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	25.967	-25.967	0	0
5.07	Saldos Finais	1.869.622	0	44.826	-24.053	401.016	2.291.411

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.662.894	1.585.550	1.416.568
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.594.279	1.540.385	1.370.194
7.01.02	Outras Receitas	4.973	2.801	4.533
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	120.880	84.318	79.184
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-57.238	-41.954	-37.343
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-801.127	-727.711	-652.279
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-680.247	-643.393	-573.095
7.02.04	Outros	-120.880	-84.318	-79.184
7.02.04.01	Custos de construção	-120.880	-84.318	-79.184
7.03	Valor Adicionado Bruto	861.767	857.839	764.289
7.04	Retenções	-144.478	-208.105	-148.386
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-144.478	-208.105	-148.386
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	717.289	649.734	615.903
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69.059	126.432	82.772
7.06.02	Receitas Financeiras	70.807	68.651	63.321
7.06.03	Outros	-1.748	57.781	19.451
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	786.348	776.166	698.675
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	786.348	776.166	698.675
7.08.01	Pessoal	286.071	283.485	297.442
7.08.01.01	Remuneração Direta	184.609	176.691	171.546
7.08.01.02	Benefícios	77.503	66.206	55.087
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.610	10.511	10.955
7.08.01.04	Outros	12.349	30.077	59.854
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	185.361	200.190	155.697
7.08.02.01	Federais	164.684	184.614	152.278
7.08.02.02	Estaduais	19.134	14.017	2.309
7.08.02.03	Municipais	1.543	1.559	1.110
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	149.366	98.232	131.735
7.08.03.01	Juros	24.237	24.396	23.903

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.02	Aluguéis	1.551	1.913	19.062
7.08.03.03	Outras	123.578	71.923	88.770
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	134.598	165.736	88.437
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	33.100	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.498	165.736	88.437
7.08.05	Outros	30.952	28.523	25.364
7.08.05.01	Agentes reguladores	17.914	16.134	14.423
7.08.05.02	Taxa de concessão da Prefeitura de Fortaleza	13.038	12.389	10.941

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1 Relatório de Administração Cagece

Relatório da Administração Cagece

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ
AV. DR. LAURO VIEIRA CHAVES, 1030, VILA UNIÃO, FORTALEZA-CE, BRASIL

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SUMÁRIO**

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
2. CENÁRIO ECONÔMICO	5
2.1. Setor Saneamento	5
2.2. O Saneamento no Ceará	8
2.3. Recursos Hídricos do Estado	9
3. PERFIL CAGECE	10
4. GOVERNANÇA CORPORATIVA	12
4.1. <i>Compliance</i>	15
4.2. Composição Acionária	17
4.2. Análise de riscos	17
5. GESTÃO DE PESSOAS	19
6. ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO	24
6.1. Plano de Investimentos	25
6.2. Investimentos com Tarifa de Contingência	27
7. AMBIENTE REGULADO	27
8. NEGÓCIOS	29
9. POLÍTICA AMBIENTAL	33
9.1. Comitê A3P	34
9.2. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	34
9.3. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	34
10. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	35
10.1. Receita Bruta e Receita Líquida	35
10.2. Eficiência da Arrecadação	38
10.3. DEX – Despesas de Exploração	38
10.4. Resultado Financeiro	40
10.5. EBITDA e Lucro Líquido	41
10.6. Rentabilidade	42
10.7. Fluxo de Caixa e Geração de Caixa Operacional	43
10.8. Captação de Recursos	44
10.9. Endividamento	45
10.10. Investimentos	47
11. PERSPECTIVAS DO NEGÓCIO	48
11.1. Pesquisa e Desenvolvimento	48
11.2. Projetos	49
11.2.1. Projeto Malha D'água	49
11.2.2. Matriz Energética	50
11.2.3. Cadastro Comercial e Técnico-georreferenciamento (I-GEO)	51
11.3. Novos Negócios – Sociedades de Propósito Específico	51
11.3.1. Utilitas	52
11.3.2. Tratamento de efluentes industriais com fornecimento de água de reúso	52
11.4. Universalização e Melhorias operacionais na RMF e RMC	54
11.5. DESSAL	56
12. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES	57

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 Relatório de Administração Cagece

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos gerados pela Pandemia do Covid em todo o planeta. Mesmo diante deste cenário desafiador, a Cagece prosseguiu atuando na prestação dos serviços para sua população atendida, buscando atender aos padrões requeridos pelos nossos clientes, consciente do momento atípico e dos impactos causados em termos da saúde pública e na atividade econômica. Apesar das dificuldades a empresa lidou de forma resiliente, mantendo nosso compromisso com nossos valores e com a sociedade cearense.

Enfrentamos nossa capacidade de lidar com problemas, conseguimos avançar em várias áreas. Intensificamos o relacionamento com o cliente pelos canais de atendimento, mantivemos as operações em campo, sem comprometer o cuidado com nossos colaboradores.

Criamos a comissão de crise para lidar com a propagação da Covid19. Implementamos a isenção de tarifa popular em abril de 2020. Criamos também protocolo de atendimento para minimizar os efeitos da pandemia na saúde dos colaboradores. Pudemos repensar algumas atividades administrativas e comerciais, utilizando a ferramenta de teletrabalho.

Com o passar dos anos, a Companhia vem se destacando como uma empresa cidadã que contribui efetivamente para a saúde pública e qualidade de vida da população cearense. Também foi eleita no rol das 150 melhores empresas para se trabalhar nos anos de 2015 e de 2019, pela pesquisa da Revista VOCÊ S/A, em 2020, recebeu certificado de qualidade do ambiente de trabalho concedido pela Fundação Instituto de Administração – FIA baseado no resultado a pesquisa FIA Employee Experience (FEEX). E ainda, foi eleita em 3º lugar no Setor Serviços Públicos, pelo anuário As Melhores da Dinheiro 2020 da Revista Isto É.

O compromisso com a responsabilidade social e sustentabilidade da Cagece não foi esquecido com a pandemia. Cientes do papel de uma empresa que presta serviços essenciais para a população, desde sempre buscamos ir muito além da missão estabelecida em nosso planejamento estratégico. Nos preocupamos especialmente com as pessoas por trás dos clientes.

Ratificamos nosso compromisso com as pessoas e o meio ambiente, assim será publicado, ainda em 2021, o Relatório de Sustentabilidade detalhando as ações socioambientais e de governança corporativa, alinhadas aos princípios de ESG, relativas ao mesmo período de abrangência deste Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 Relatório de Administração Cagece

Com foco na eficiência, geração de valor e tendência de mercado, criamos a Diretoria Financeira e Relacionamento com Investidores, indispensável numa empresa do porte e com as intenções expansão da Cagece. Destacamos também a criação da Assessoria de Relacionamento com Investidores.

Avançamos na adoção das melhores práticas de governança, prosseguimos na implementação da Política de Gestão de Riscos e Controles. Melhorias foram implementadas para dar transparência as nossas atividades.

Por conseguinte, alcançamos resultados positivos, realizamos – ainda que em ritmo menor que o projetado – os investimentos previstos, avançamos com projetos de captação de recursos e atuou na gestão de custos e despesas administráveis para reduzir os impactos nas margens decorrentes principalmente da postergação do reajuste tarifário e elevação de custos não administráveis. A Receita Bruta em 2020 atingiu R\$ 1,59 bilhão, registrando um crescimento de 3,5% em relação a 2019. Já a Receita Líquida em 2020 obtida foi da ordem de R\$ 1,45 bilhão, 3,9% superior à obtida no ano anterior. O Ebitda atingiu R\$ 367,6 milhões (com margem Ebitda de 25,3%) e Lucro Líquido de R\$ 134,6 milhões (com margem líquida de 9,3%).

A busca pela universalização foi marcada pela melhoria e ampliação dos serviços, crescimento da população atendida, aumento da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto com investimentos realizados de R\$ 256,6 milhões, apesar das limitações provocadas pela pandemia da COVID-19.

O ano de 2021 será histórico para a Companhia, tanto pelo cinquentenário, quanto pela previsão de investimentos na ordem de R\$600 milhões. Nesse sentido, esperamos que o referido ano seja melhor em todos os aspectos, tanto para a saúde pública quanto para a saúde financeira da empresa.

Seguimos com uma visão positiva para o cenário dos próximos anos, consciente da necessidade de envidar os esforços necessários para a ampliação da cobertura de serviços, melhoria de eficiência operacional e nos padrões de performance operacional e financeira, com o apoio dos nossos colaboradores no sentido de atender aos objetivos alinhados com seus demais stakeholders e requerimentos do Marco Legal.

Boa Leitura!

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5 Relatório de Administração Cagece

2. CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário ao final de 2019 indicava que embora em ritmo lento, mas favorável, a economia brasileira retomaria o crescimento devido a fatores pontuais como as medidas de liberação dos saques do FGTS/PIS e expansão do crédito com objetivo de favorecer o consumo das famílias, estimular produção e vendas. Além disso, a confiança do mercado seria restabelecida com a aprovação da reforma da Previdência e outras reformas previstas para 2020, bem como realinhamento do quadro fiscal do país.

A expectativa era que em 2020 o país continuasse recuperando sua capacidade de investimento, aumentando a produtividade da economia brasileira nos próximos anos, com fortalecimento crescente do mercado formal de trabalho, custo dos empréstimos reduzidos acompanhando as baixas taxas de inflação e Selic que contribuiriam para a expansão dos investimentos na construção civil. Além disso, contava-se com cenário de que privatizações e concessões também avançariam, impulsionando ainda mais os investimentos em infraestrutura.

Essas premissas não se realizaram e certamente a economia mundial com o cenário de pandemia entrará para a história. Nesse panorama se criou instabilidade na conjuntura econômica global, implicou queda nos investimentos, queda nas transações comerciais, queda do mercado financeiro e aumento do dólar. A taxa de variação do PIB foi de -4,1% conforme divulgada pelo IBGE e o setor serviços alcançou uma atrofia de 4,5%. Possivelmente haverá uma redução nas projeções de crescimento econômico em todo o mundo, principalmente no médio e curto prazo.

Mediante esses fatores somente com a certeza do controle da Covid19 se retomará as condições normais de mercado e talvez no curto prazo até um possível aquecimento econômico visto que a desaceleração também afetou mundialmente as cadeias de suprimentos.

2.1. Setor Saneamento

O novo Marco Legal do Saneamento Básico foi sancionado em julho de 2020, por meio da edição da Lei Federal nº 14.026/2020. As modificações introduzidas na legislação que regula o setor visam aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, com a meta de alcançar a universalização dos serviços até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 Relatório de Administração Cagece

A Agência Nacional de Águas (ANA) será a responsável por editar normas de referência para a prestação de saneamento básico, as agências reguladoras terão adesão voluntária.

De acordo com o novo marco legal, o princípio fundamental para a estruturação dos serviços públicos de saneamento básico é sua prestação regionalizada, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade econômico-financeira desses serviços, impondo-a como uma das condições de acesso a recursos federais.

Fixou a lei o prazo de um ano, a contar de sua publicação, para que os Estados estabeleçam as unidades regionais de saneamento, constituídas pelo agrupamento de municípios não necessariamente limítrofes, para atender às exigências de higiene e saúde pública, ou para dar viabilidade econômica e técnica aos municípios menos favorecidos e, findo o prazo sem que os estados constituam as unidades, a União terá competência para estabelecer de forma subsidiária os blocos de referência para a prestação regionalizada (art. 52, § 3º da Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020)

Considerando que o novo diploma traz vários desafios ao setor, o Estado do Ceará e a Cagece adotaram medidas de adaptação ao novo marco legal, com a identificação dos seus impactos na regulação e na prestação dos serviços, o levantamento do grau de adequação à nova legislação e a identificação das ações necessárias para ajustamento regulatório e dos contratos da Companhia com os poderes concedentes.

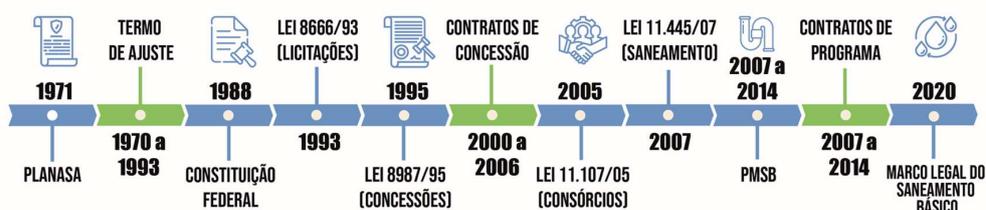
Dentro deste contexto, foi criada por meio do Decreto Estadual nº 33.784/2020 a Comissão de Adequação do Marco Regulatório do Saneamento Básico do Estado do Ceará, instância multiparticipativa, intersetorial, e interinstitucional, que tem por finalidade:

- Analisar e propor medidas de ajuste na Política Estadual de Saneamento Básico em consequência de eventuais impactos decorrentes da Lei Federal nº 14.026/2020 para o Estado do Ceará, em especial sobre a Lei Complementar nº162/ 2016 e sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei nº16.032/2016);
- Realizar estudos de viabilidade institucional, técnica e econômico-financeira quanto à regionalização da prestação de serviços de saneamento básico no estado;
- Propor a regionalização da prestação dos serviços de saneamento básico do Estado do Ceará, no âmbito da revisão da Lei Complementar nº 162/ 2016, que Institui a Política Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Estado do Ceará.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7 Relatório de Administração Cagece

Regulações do Setor de Saneamento



Internamente, por meio da Portaria nº 391/20/DPR foi criado o Comitê do Marco Legal do Saneamento, patrocinado pelo Presidente da Companhia e coordenado pela Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital, com as atribuições de analisar os impactos do novo marco legal de saneamento básico e propor os ajustes necessários para adaptação da Companhia.

Atualmente, encontram-se em elaboração pela Companhia estudos jurídicos e de viabilidade institucional, técnica e econômico-financeira visando à adequação ao novo marco legal do saneamento básico, especialmente quanto à regionalização da prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto, mediante análise de cenários e proposição de alternativas de soluções que assegurem a manutenção e a continuidade dos negócios e sua eventual expansão para novas localidades e/ou para novos serviços de saneamento básico ainda não explorados diretamente.

O diagnóstico do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS para o ano de 2019 aponta: “O porte dos serviços de água e esgoto[s] na economia pode ser medido pela movimentação financeira de aproximadamente R\$ 150,0 bilhões em 2019, referente a investimentos que totalizaram cerca de R\$ 15,7 bilhões, mais receitas operacionais de R\$ 71,9 bilhões e despesas de R\$ 62,4 bilhões, somados os valores de todas as companhias de saneamento do país. O Diagnóstico 2019 apresenta também dados sobre a geração de empregos, que alcança 982,6 mil empregos em todo o País, dos quais 227,6 mil estão diretamente relacionados às atividades de prestação de serviços e 755,0 mil são decorrentes dos investimentos feitos no setor, ou seja, empregos indiretos”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8 Relatório de Administração Cagece

2.2. O Saneamento no Ceará

O enfrentamento da crise da COVID-19 deixou comprovado que a prevenção é medida essencial para conter a disseminação do vírus. Nesse contexto, manter bons hábitos de higiene, dentre eles lavar as mãos com água e sabão frequentemente, evidenciou ainda mais a extrema importância do saneamento para toda a população.

A coordenação, o alinhamento de ações e a tomada de decisão rápida, eficaz e eficiente são fundamentais para enfrentamento da crise provocada pela pandemia. Nesse sentido, o Governo do Estado do Ceará, apreensivo com o impacto econômico e social da pandemia, tomou a importante medida de isentar do pagamento da tarifa de água e esgoto as categorias de baixa renda durante seis meses.

Diversas outras ações importantes foram tomadas como forma de atenuar a difícil situação das pessoas mais vulneráveis. Uma dessas ações ocorreu em setembro de 2020, quando a Companhia assinou a autorização para contratação junto ao Banco do Nordeste de financiamento para promover o investimento na ordem de R\$ 447 milhões em esgotamento sanitário e abastecimento d'água. Três milhões de cearenses serão beneficiados com essa medida. Além de Fortaleza, quatro outros municípios também receberão investimentos. A perspectiva é que a capital cearense deverá chegar a 74% de cobertura sanitária até 2022.

No que se refere ao novo Marco Legal do Saneamento Básico, a expectativa é que empresas estatais terão desafios e oportunidades. No que se refere aos desafios, caberá à Companhia o cumprimento de metas e a revisão de processos, principalmente relacionados aos investimentos. É necessário que os objetivos sejam revisados e que a avaliação do negócio nesse novo cenário seja feita, levando-se em consideração todos os aspectos de riscos e oportunidades.

A possibilidade de diversificação de atuação da Companhia, trazida pela lei 11.447/2007 ratificada no novo marco legal, poderá tornar o negócio ainda mais atrativo para novos investidores e aumentar a oferta dos serviços de saneamento à população. Além disso, a atuação da Companhia visa contribuir com o atingimento das metas de universalização até 2033, possibilitando ainda mais a expansão e o crescimento sustentável do negócio.

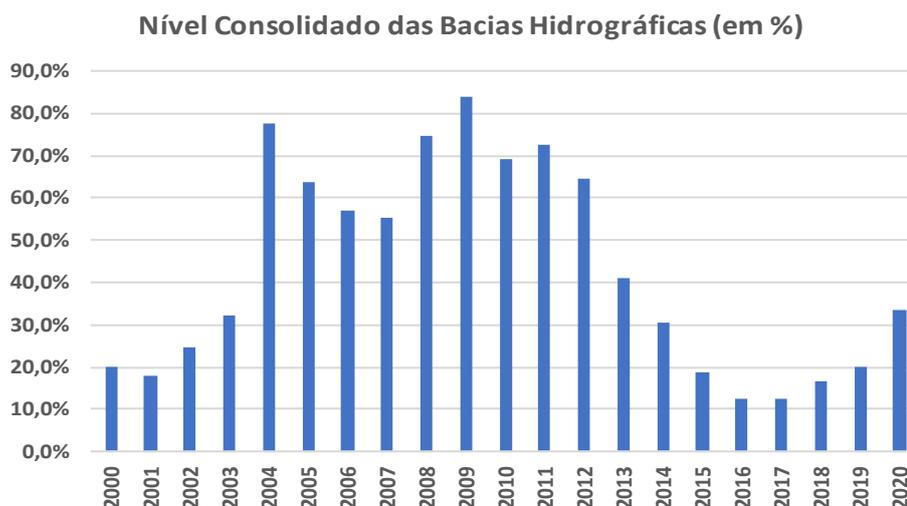
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9 Relatório de Administração Cagece

2.3. Recursos Hídricos do Estado

As dificuldades acarretadas pelo longo período de uma das mais graves secas das últimas décadas no Ceará, iniciada em 2012, fizeram com que diversos órgãos ligados à questão hídrica no Estado unissem esforços e se aproximassem.

No ano de 2020, a recarga dos reservatórios cearenses foi positiva, com chuvas bem distribuídas em todas as macrorregiões do Ceará, em especial no 1S20. Após atingir em 2016 o menor nível desde 2000, os reservatórios do Estado do Ceará registraram em 2020 o maior nível dos últimos 7 anos, conforme gráfico.



Com vistas a executar plano estratégico de segurança hídrica de forma eficiente, a Companhia investiu-se numa gestão mais próxima e baseada no diálogo com a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), com a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), com a Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra) e com a Defesa Cível.

Destaca-se, nesse cenário, o Plano de Ações Estratégicas de Recursos Hídricos (PAE-RH), vinculado à SRH, contemplando seis programas estratégicos de ação, com foco na ampliação da segurança hídrica do Estado. O PAE-RH totaliza um montante de investimentos de R\$ 12,89 bilhões de reais (<https://www.srh.ce.gov.br/plano-de-acoes-estrategicas-de-recursos-hidricos-do-ceara-pae-rh/>):

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10 Relatório de Administração Cagece

- Planejamento dos recursos hídricos;
- Água, tempo e clima;
- Infraestrutura hídrica;
- Gerenciamento das águas;
- Governança das águas; e
- Água e outras políticas públicas.

3. PERFIL CAGECE

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) é uma sociedade de economia mista, regulamentada pela Lei Estadual nº 9.499/ 1971, alterada pela Lei Estadual nº 15.348/2013, que tem como atividade principal a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O negócio da empresa consiste em desenvolver soluções em saneamento básico, buscando identificar, desenvolver e aplicar tecnologias, processos, parcerias e modelos de gestão que propiciem a melhoria da prestação dos serviços e de seus resultados, a satisfação da população e de seus acionistas, de forma a reforçar seu reconhecimento como empresa de referência nacional no setor.

Nossa Missão

Contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Nossa Visão para 2025

Ser reconhecida pela excelência na prestação dos serviços à população cearense.

Nossos Valores

- Inovação
- Respeito às Pessoas
- Ética e Transparência
- Valorização Profissional
- Satisfação do Cliente
- Compromisso com a Sustentabilidade
- Orgulho de ser Cagece

O perfil de negócios da Companhia é fortalecido por sua diversidade de categoria de clientes e pela existência de contratos de programa/concessão na prestação dos serviços de saneamento básico em municípios do Estado do Ceará.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11 Relatório de Administração Cagece

Clientes Reais de Água: 1.925.311



Clientes Reais de Esgoto: 739.396



Nossos indicadores nos colocam dentre as principais companhias de saneamento do país pela quantidade de municípios e localidades que atuamos no Estado do Ceará. Em 2020 a população atendida foi de 5,6 milhões de habitantes, conforme índices de cobertura.

Cobertura de água no Ceará



Capital: 99,29%



Interior (151 municípios): 97,79%



Cobertura de esgoto no Ceará



Capital: 66,64%



Interior (74 municípios): 27,92%



3.2. Concessões

A Companhia presta serviços de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário em 83% dos municípios no Estado do Ceará, através de contratos de concessão e de programa, com prazo médio ponderado pelas respectivas receitas de 33 anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

12 Relatório de Administração Cagece

152
Municípios com
atuação da Cagece



Os contratos de concessão nos municípios em que a empresa atua contemplam prazos de 20 a 36 anos. Nos últimos 2 anos foram renovados 46 contratos, com vencimentos entre 25 a 34 anos, equivalente a 85,83% das receitas operacionais da Cagece, já alinhados à regulação do Novo Marco Legal do Saneamento. Com isso a companhia garante estabilidade em suas receitas.

CONTRATOS COM MAIOR RECEITA	% RECEITA	PRAZO RESTANTE DE CONTRATO (ANOS)
Fortaleza	55,67%	33,72
Maracanaú	5,10%	27,11
Caucaia	4,58%	34,64
Juazeiro do Norte	4,27%	29,12

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cagece está em busca constante pela maturação do nível de Governança da Companhia e comprometida em reforçar todo o sistema de governança, com a revisão e a implantação de políticas e práticas alinhadas as boas práticas de mercado.

No início de 2020 realizou-se uma reestruturação organizacional, contemplando dentre outras ações, a reestruturação da Diretoria Financeira e de Relacionamento com Investidores, inclusão do Cargo de Assessor Especial de Relações com Investidores, criação da Gerência de Mercado de Capitais, bem como a redistribuição de algumas gerências entre as Diretorias. Tal reestruturação foca em profissionalizar a empresa como sociedade de economia mista de Capital Aberto, classe A CVM, submetida a regulamentação da lei 6.404/1976 (da Sociedades Anônimas) e a Lei 13.303/2016 (das Estatais).

Nesta esteira, em 2020, foi realizado um Diagnóstico do nível de maturidade da Governança e da adequação das Demonstrações Financeiras ao BRGAAP/ IFRS, por meio da contratação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

13 Relatório de Administração Cagece

consultoria da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores. A metodologia utilizada no diagnóstico envolveu seis aspectos:

Dignóstico de Governança

1. Avaliar a qualidade do relatório financeiro;

2. Avaliar a infraestrutura financeira geral para apoiar o crescimento e necessidade futuras de relatórios;

3. Identificar as diferenças entre o estado atual dos processos, controles e recursos da Companhia, incluindo sistemas de suporte, controles requeridos e cronogramas necessários ou recomendados para uma entidade de capital aberto;

4. Analisar possíveis implicações regulatórias;

5. Avaliar a governança corporativa, incluindo a composição do conselho, necessidade de comitês, estratégias e divulgações de remuneração de executivos e

6. Identificar gaps e fornecer recomendações, incluindo aprimoramento de políticas, processos e recursos. Identificar interdependência e fornecer informações sobre priorização.

O trabalho resultou em um diagnóstico contábil da Instrução CVM 400 e 480 que apontou 29 (vinte e nove) tópicos, destes 10 qualificados como prioridade alta. Todos os tópicos geraram plano de ação e estão sendo acompanhados pela Gerência Contábil.

Resultou, ainda, no Diagnóstico de Governança Corporativa que qualificou a Cagece com nível de governança sólido em 70,83% pela métrica utilizada com base no Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa. Desde então o Conselho de Administração acompanha o resultado das ações em busca de atingir o nível avançado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

14 Relatório de Administração Cagece



Ao final de 2020, com o atendimento de 14 ações recomendadas, o nível de governança passou para 78,13%.

A Companhia também revisou e aprovou importantes Políticas de Governança, dando mais solidez e regramento interno para temas como: transação com partes relacionadas, política de indicação, política de gestão de riscos, política de patrocínios, dentre outros. Algumas políticas encontram-se em fase de discussão, sempre acompanhadas pelas diretrizes de melhores práticas.

Após a análise e aprovação da elegibilidade dos indicados, a Assembleia Geral se reuniu para reconduzir Conselho de Administração e Conselho Fiscal, bem como o Conselho de Administração reconduziu a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatuário e Comitê de Elegibilidade. Em 2020 também ocorreu nova eleição para a escolha do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Destaque-se, ainda, a revisão do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC, aprovada em fevereiro de 2020, cujas alterações decorreram sobretudo de jurisprudências e orientações veiculadas após a sua edição original, de melhorias identificadas a partir de questões fáticas e de atualizações legislativas, com destaque para a edição dos seguintes decretos estaduais: Decreto nº 32.824/ 2018 – Registro de Preços; Decreto 32.901/ 2018 – Pesquisa de Mercado; Decreto nº 33.326/ 2019 – Modalidade Pregão; Decreto nº 33.486/ 2020 – Cotação Eletrônica.

Passados dois anos iniciais de aplicação do regulamento, tornou-se premente a necessidade de modernizá-lo, sobretudo diante dos novos desafios impostos à Cagece, em decorrência da aprovação do novo marco legal do saneamento, que, entre outras alterações, estabelece novas metas de universalização dos serviços, o que requer a adoção de modelos de contratação inovadores, céleres e eficientes. Nesse sentido, foi celebrado contrato em outubro de 2020

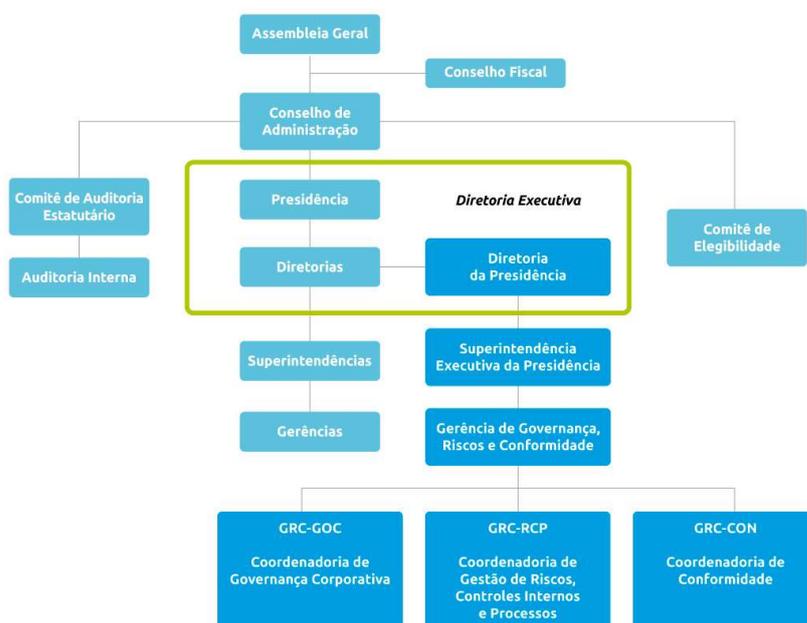
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

15 Relatório de Administração Cagece

com MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS para elaboração do novo RLC alinhado aos novos desafios da Cagece.

Ainda para aprimoramento dos mecanismos de governança, alinhado ao regulamento das Estatais e a Lei Federal nº13.303/16 a Cagece proporciona anualmente aos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade e outros agentes envolvidos na governança da Companhia, treinamento nos assuntos de Código de Conduta e Integridade, Política de Gestão de Riscos, legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

Abaixo o organograma da governança da Cagece:



4.1. Compliance

O combate à corrupção, em todas as suas formas, é um compromisso da Cagece, em especial de sua alta administração, para criar e manter uma cultura organizacional em que todos sempre adotem condutas éticas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

16 Relatório de Administração Cagece

A Cagece vem fortalecendo vários instrumentos de integridade, dentre estes destaca-se o Código de Conduta e Integridade, que contempla as condutas esperadas de todos os agentes de governança, empregados, estagiários, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços em geral. Para acompanhamento deste instrumento de integridade a Companhia instituiu o Comitê Setorial de Ética Pública. O comitê é responsável pela análise de desvios de condutas, bem como pela disseminação deste, através de treinamentos e ampla divulgação para os respectivos públicos.

Os desvios de conduta podem ser reportados pelos Canais de Denúncias adotados pela Companhia, o uso é incentivado e disseminado, bem como as práticas de retaliação não são toleradas. As violações de Integridade, bem como, sugestões são recebidas, por meio dos seguintes canais:

- Preferencialmente, ao Sistema de Ouvidoria do Estado, através do endereço eletrônico: <https://ceartransparente.ce.gov.br/>, onde é possível fazer denúncia com ou sem a identificação do denunciante;
- Sistema de Ouvidoria do Estado através do telefone 155;
- Ouvidoria da Cagece - Endereço Eletrônico <ouvidoria@cagece.com.br> e os telefones n°: (85) 3101-1735 ou (85) 3101-1903;
- Abertura de Processo no Sistema de Protocolo da Cagece ou carta lacrada e direcionada à Comissão Setorial de Ética Pública da Cagece;
- E-mail da Comissão Setorial de Ética Pública da Cagece: grupo.csep@cagece.com.br;
- Atendimento presencial pela Comissão Setorial de Ética Pública da Cagece.

Ainda em linha com ações de combate a corrupção e com a promulgação da lei estadual n.º 15.175/2012 a Companhia possui um Comitê Setorial de Acesso à Informação, que visa aprimorar ações de transparência. Durante o ano de 2020 as ações do CSAI foram voltadas para o atendimento das recomendações dos órgãos de controle, dentre estas destacamos a publicação no site institucional as informações relativas aos convênios, despesas, despesas detalhadas, licitações, contratos e remunerações.

Os esforços envidados culminaram na elevação do resultado do Ranking da Transparência em 2020, sendo alcançado o percentual de 90% para os critérios de transparência passiva e 95%

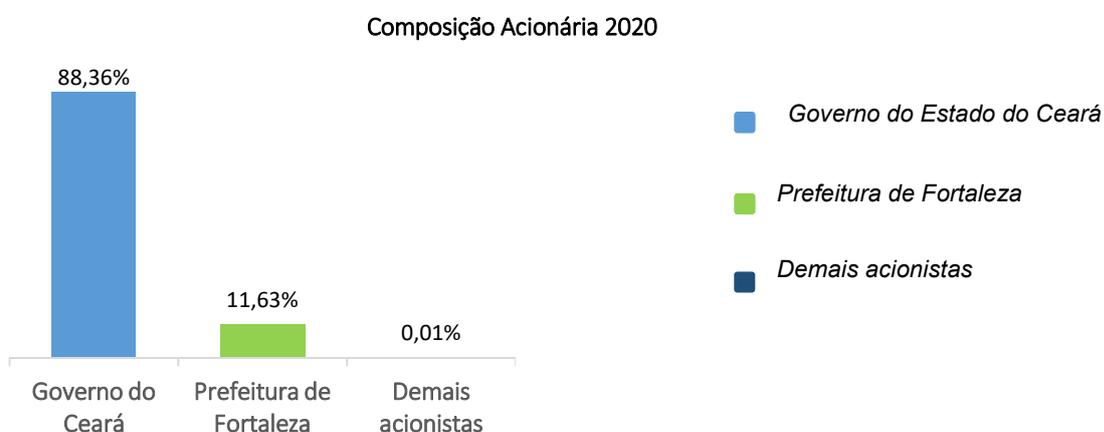
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

17 Relatório de Administração Cagece

para os critérios de transparência ativa, perfazendo um atendimento total de 93%. Resultado considerado satisfatório frente a implantação das ações visando a transparência ativa das informações da Companhia.

4.2. Composição Acionária

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,36% do número de ações da Companhia, conforme composição discriminada abaixo:



4.2. Análise de riscos

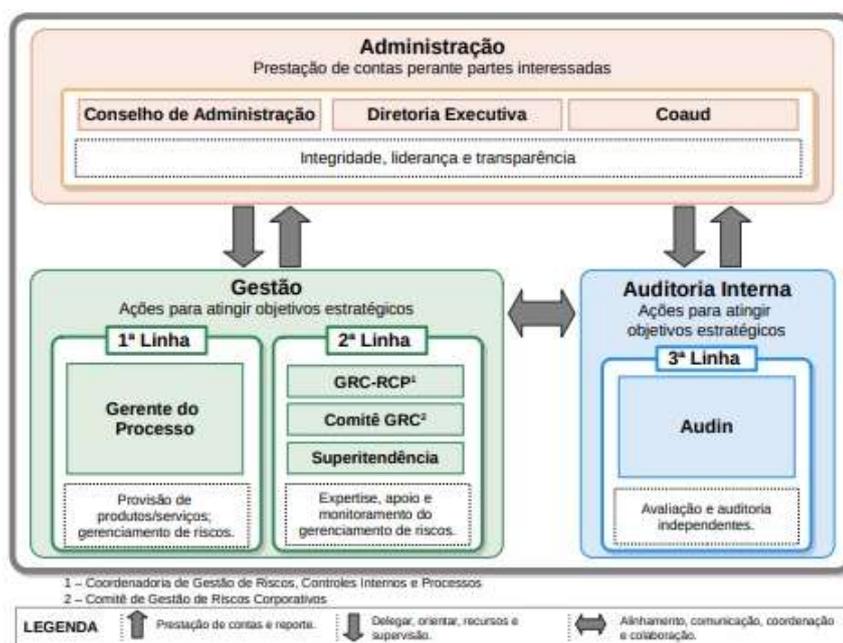
A análise de risco tem se tornado uma ferramenta cada vez mais indispensável ao tratamento e/ou mitigação de ameaças aos negócios. A Gerência de Governança, Riscos e Conformidade – GRC é responsável desde 2017 por disseminar a gestão de riscos na Companhia. A metodologia adotada baseia-se nos frameworks COSO II ERM e ISO 31000, detalhada na Política de Gestão de Riscos, revisada em 2020 e disponível no site institucional.

A Cagece adota também, o Modelo de três linhas, alinhado ao Instituto de Auditores Internos do Brasil – IIA, com o objetivo de identificar as estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. A figura a seguir apresenta como estão definidos esses papéis na Cagece.

Modelo de 3 linhas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

18 Relatório de Administração Cagece



Em 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos, composto de colaboradores de áreas chave da Cagece, a fim de contribuir sistematicamente com os processos da gestão de riscos, como Política de Gestão de Riscos, validação da Análise Geral de Riscos, apetite a riscos, dentre outros.

Ainda no referido ano, a GRC e o Comitê iniciaram a revisão da Análise Geral de Riscos da Companhia, realizada com base na Cadeia de Valores da empresa, com a participação de todos os Superintendentes e Diretores.

Desde 2019 a GRC vem desenvolvendo o Programa de Disseminação da Metodologia de Gestão de Riscos, Controles Internos e Processos que tem como objetivo a internalização, por parte dos gestores e colaboradores, dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento das atividades relativas à gestão de processos e de riscos. A meta do programa é atingir 100% dos processos da Companhia com riscos gerenciados até 2024.

Ações desenvolvidas no âmbito do programa em 2020:

- Realização do II Fórum de Gestão de Riscos, Controles Internos e Processos, com o tema I: “Gestão de Riscos: temos tempo pra isso?”, ministrado pelo Controlador-Geral do Estado de MG, Rodrigo Fontenelle; e o tema II: “Gestão de processos: cadeia de Valor”, ministrado pela Instrutora da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), Eliane Menezes. O fórum foi realizado de maneira virtual, fato que proporcionou além da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

19 Relatório de Administração Cagece

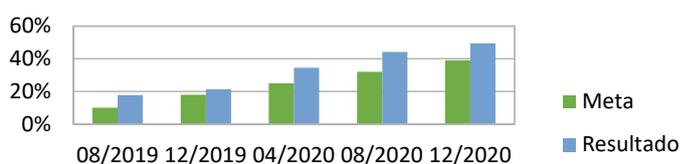
participação dos diretores, superintendentes, gerentes e assessores da Cagece, também os colaboradores envolvidos no Programa em todas as regiões do Estado:

- Capacitação nas modalidades EaD e presencial para gestores e colaboradores;
- Realização de reuniões sistemáticas, realizadas pelo Escritório de Processos e pela equipe de Gestão de Riscos para mapeamento dos processos e acompanhamento da gestão de riscos;
- *Report* periódico ao Conselho de Administração do andamento dos planos de ação dos riscos críticos.

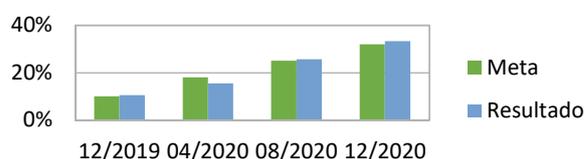
O andamento do programa é acompanhado através dos indicadores: Índice de Processos Mapeados e Índice de Riscos Gerenciados dos Processos Mapeados, com metas estabelecidas e índices progressivos, distribuídos ao longo dos próximos nos cinco anos.

Abaixo apresenta-se o desempenho dos dois indicadores desde a sua implementação, com resultados satisfatórios desde então.

Índice de processos organizacionais mapeados



Índice de processos organizacionais com riscos gerenciados



5. GESTÃO DE PESSOAS

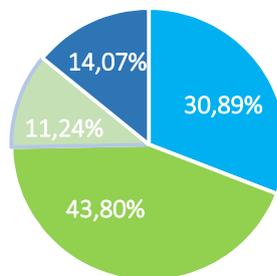
A Cagece encerrou o ano de 2020 com 5.499 colaboradores, distribuídos conforme quadros abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Colaboradores



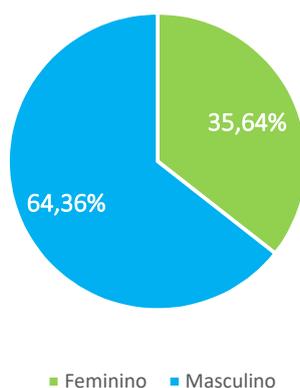
Escolaridade



- Grupo Ocupacional Superior
- Grupo Ocupacional Técnico
- Grupo Ocupacional Médio
- Grupo Ocupacional Fundamental

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Empregados por Gênero



O ano de 2020 trouxe, para a Cagece, o desafio de manter a operação dos serviços essenciais prestados à população cearense e, com isto, contribuir para as ações de enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Neste sentido, a Gestão de Pessoas, por suas características intrínsecas, revestiu-se de especial importância. A Companhia constituiu, em março de 2020, por meio da RD 147/2020/DPR, a Comissão de Crise, Acompanhamento e Combate à Propagação do Coronavírus, grupo multidisciplinar que passou a adotar medidas para a proteção dos colaboradores, acompanhamento epidemiológico dos casos e assistência médica, psicológica e social aos colaboradores contaminados e suas famílias.

A Comissão de Crise propôs protocolos para mitigação dos riscos de contágio para as equipes que continuaram em campo, por força da atividade essencial desenvolvida, forneceu equipamentos de proteção individual e medidas de proteção coletiva, além de estabelecer o teletrabalho para os colaboradores das áreas administrativa e comercial. A Companhia forneceu o suporte técnico para a transição para o teletrabalho e a adaptação ocorreu de maneira efetiva.

Em cumprimento às orientações exaradas pelo Governo do Estado, manteve em isolamento todos os colaboradores pertencentes aos grupos de risco para a Covid-19, confirmando assim seu compromisso com a saúde e o bem-estar do seu público interno. Além desta medida, é importante destacar que a Companhia, em cumprimento à sua Política de Gestão de Pessoas, preservou todos os postos de trabalho, manteve os empregos e garantiu a segurança financeira e alimentar a milhares de famílias durante o ano de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

22 Relatório de Administração Cagece

A equipe de medicina, saúde e segurança do trabalho, por meio dos médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos, disponibilizou canal de atendimento a toda força de trabalho, realizando o monitoramento, acompanhamento e encaminhamentos necessários durante o afastamento de colaboradores contaminados. As orientações para a adequada higienização e os cuidados para evitar a contaminação foram alvos de intensivas campanhas de comunicação, ainda em andamento na companhia.

Durante o ano, 965 colaboradores foram atendidos, por meio de um canal direto no “WhatsApp” de serviços de atendimento médico, psicológico e social. Com o objetivo de reforçar a contribuição para o bem-estar do colaborador, a Supervisão de Qualidade de Vida e Assistência Social, ligada à Gepes, também, ofereceu serviço de Aconselhamento Psicológico on-line, que totalizaram 51 atendimentos.

Em pesquisa interna realizada em Junho de 2020, as ações da Comissão de Crise foram consideradas efetivas por 94,7% dos respondentes e adotadas tempestivamente por 96,9% destes.

No entanto, importantes projetos encontravam-se em andamento e, após rápida paralisação por conta do período mais restritivo de isolamento social, foram retomados pela sua importância estratégica.

A revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR está em andamento, já tendo sido realizadas as etapas de Diagnóstico, Pesquisa Salarial e Estruturação da proposta de nova arquitetura salarial. As regras de promoção também estão sendo revistas e o projeto deverá ser implementado em setembro de 2021.

As medidas de distanciamento e isolamento social tiveram forte impacto na realização de capacitações presenciais, mas, na mesma medida, permitiram ao Centro de Excelência – Cenex, atuar na oferta de capacitações e palestras em EaD, contribuindo assim para a disseminação e internalização desta modalidade de acesso ao treinamento.

Foram realizadas em 2020, 3.465 capacitações que totalizaram 54.940 horas/aula para 1.250 colaboradores. Além disso, 22 empregados foram beneficiados com cursos de línguas e 26 beneficiados com cursos de pós-graduação.

Acreditando que a concessão de benefícios e vantagens resultam em maior valorização e satisfação dos empregados, a Companhia oferece amplo pacote de benefícios, assegurados,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

23 Relatório de Administração Cagece

anualmente, em acordo coletivo. As informações completas estão disponíveis para consulta em: http://www.sindiagua.org.br/pagina_multipla_detalhes.asp?strPagina=acordos%5Fcoletivos&strTitulo=Acordos+Coletivos&strSecao=3&booPaginacao=sim&booData=sim&Cod=1057

Atenta ao bem-estar do corpo funcional e alinhada aos objetivos estratégicos de assegurar a qualificação e valorização dos colaboradores, bem como de promover engajamento e cultura de gestão para resultados, a Cagece realiza, anualmente, a pesquisa de clima organizacional cujo resultado alimenta o indicador corporativo Índice de Clima Organizacional – ICO.

A pesquisa vinha sendo realizada, desde 2015, por meio da iniciativa denominada “As 150 Melhores Empresas para Trabalhar (MEPT)”, promovida pela revista Você S/A, em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA). Em 2020, a pesquisa foi realizada em parceria com o Universo Online – UOL e passou a denominar-se “FIA Employee Experience” o que permitiu, às empresas mais bem avaliadas, participar do Prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar 2020.

A Companhia foi reconhecida com a Certificação de Qualidade do Ambiente de Trabalho, emitida a partir do resultado da pesquisa FIA Employee Experience (FEEEx), a saber: atingimento de um índice de clima organizacional (i-CO) igual ou superior a 75 pontos percentuais e participação dos funcionários na pesquisa igual ou superior à amostra mínima definida para seu porte. Além disso, a Cagece alcançou um Índice de Clima Organizacional (i-Co) de 86,1%, ficando entre as TOP 40 empresas mais bem avaliadas no quesito Reconhecimento e Recompensa (87,2%).

Em novembro de 2020, a Cagece foi premiada no Prêmio Lugares Incríveis Para Trabalhar 2020 FIA UOL, destacando-se entre as empresas de médio porte que participaram da premiação. Este reconhecimento, num ano que trouxe desafios excepcionais para todo o mundo, contribuiu para fortalecer a missão institucional e o engajamento das pessoas na superação dos desafios e melhoria do desempenho organizacional.

Como ferramenta de gestão, a Companhia identifica os pontos de melhoria a partir dos resultados obtidos na pesquisa e disponibilizados por meio do sumário executivo. As áreas envolvidas são identificadas e seus gestores mobilizados a participar de reuniões onde são apresentadas sugestões de ações para validação pelos gestores. Após o aval algumas ações são priorizadas como estratégicas e incorporadas ao Planejamento Estratégico da Companhia, melhorando, assim, o clima organizacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

24 Relatório de Administração Cagece

As diversas ações implementadas para o reconhecimento, o desenvolvimento e a melhoria do clima organizacional, além do cuidado com as pessoas no enfrentamento da crise causada pela pandemia da Covid-19, contribuíram para a retenção dos talentos, o que se refletiu numa rotatividade de pessoal, em 2020, de apenas 0,5.

6. ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO

Em face ao desafio de melhoria e modernização do serviço prestado e da busca pela universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e considerando que os recursos à disposição para captação não são suficientes para atender a todas as necessidades é fundamental que os recursos sejam aplicados em projetos e ações prioritários.

Nesse sentido, a Cagece tem perseguido um processo efetivo de planejamento de investimentos de curto, médio e longo prazos, que considere as necessidades das unidades de negócio e busque atender as metas previstas nos planos municipais de saneamento básico, mas, sempre com o foco principal na universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com a elevação gradual dos índices de cobertura desses serviços.

Os recursos utilizados nos investimentos realizados pela Cagece são provenientes tanto de operações de financiamento contratadas diretamente pela Companhia, como de convênios ou termos de cooperação firmados com o Governo do Ceará, e, ainda, de recursos próprios da empresa, oriundos da receita auferida pela prestação dos serviços.

Em 2020, do valor total de investimento foi R\$ 256,7 milhões, destaque-se, obras de implantação, ampliação e melhorias de sistemas de água e esgotamento sanitário. Destes 166,4 milhões com recursos próprios, 44,2 milhões com recursos onerosos oriundos de contratos de empréstimos (BNDES, BNB e Caixa Econômica Federal) e R\$ 46 milhões com recursos não onerosos (Tesouros da União e do Estado).

Nesse montante deve-se considerar os valores contabilizados referentes as obrigações especiais (R\$ 27,6 milhões) que representam os ativos físicos constituídos a partir dos recursos provenientes da tarifa de contingência e outros provenientes de recursos não onerosos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

25 Relatório de Administração Cagece



6.1. Plano de Investimentos

O Plano de Investimentos da Cagece para o período 2021 a 2025 contempla os investimentos com recursos oriundos de fontes externas, financiamentos ou repasses dos governos federal e estadual e recursos próprios, além de recursos provenientes da tarifa de contingência, destinados às melhorias operacionais, com ênfase na redução de perdas, e expansão dos sistemas de água e esgoto, conforme descrito na tabela abaixo:

Plano de Investimentos (2021-2025)

CAPEX 2021-2025	2021	2022	2023	2024	2025	Total
CAPEX ONEROSO	447	751	843	546	301	2.888
i) Intangível	432	747	842	546	301	2.867
i.a) Melhorias operacionais	225	403	240	145	90	1.103
Água	133	237	200	137	90	796
Esgoto	92	166	40	9	0	306
i.b) Expansão	145	289	586	390	205	1.615
Água	38	93	156	32	1	319
Esgoto	106	196	430	359	204	1.296

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

26 Relatório de Administração Cagece

i.c) Gestão	62	56	15	10	6	149
Gestão	62	56	15	10	6	149
ii) Imobilizado	16	4	1	0	–	21
CAPEX NÃO ONEROSO	159	73	31	12	3	277
CAPEX TOTAL	607	824	873	557	304	3.165

Dentre os investimentos previstos, destacam-se os seguintes:

- Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgoto de Maracanaú;
- Interligação do SAA Taquarão aos SAA de Maranguape e de Maracanaú;
- Ampliação do Sistema Adutor da Ibiapaba – Ramal Sul, na Unidade de Negócio da Bacia da Serra da Ibiapaba;
- Ampliação e Melhorias da Estação Elevatória da Praia do Futuro – EEEPF2;
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Bacias do Cocó – Sub-bacias CD4, CE4, CE5 e CE6;
- Ampliação do SES em Fortaleza/CE - implantação da ETE Cocó e de esgotamento sanitário nas sub-bacias CE-7, CE-8 e CE-9;
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Bacias do Cocó – Sub-bacias CD1, CD2 e CD3 (Meta 2);
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Santana do Cariri, Massapê, Fortaleza, Tianguá, Horizonte, Itaitinga, Tauá, Viçosa do Ceará, Maranguape, Maracanaú, Cariré, Pacoti, Jijoca de Jericoacoara, Caucaia, Eusébio, São Benedito e Aquiraz.
- Implantação de DMC's em Fortaleza, Juazeiro do Norte, Bela Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Tauá, Quixadá, Itapiuna, Aracati, Caucaia, Paraipaba, Pacatuba, Eusébio, Horizonte, Maranguape, Aquiraz, Crateús, Barbalha, Missão Velha, São Benedito.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

27

Relatório de Administração Cagece

- Implantação de projeto de redução de perdas em sistemas de distribuição de água operados pela CAGECE.
- Ampliação do sistema integrado de abastecimento de água dos municípios de Horizonte, Pacajus e Chorozinho

6.2. Investimentos com Tarifa de Contingência

Em 2020, foram aplicados R\$ 27,6 milhões em ações com recursos da Tarifa de Contingência. A aplicação dos recursos dessa tarifa extraordinária destina-se à segurança hídrica e ao combate e redução das perdas de água. Os projetos ou ações que utilizam essa fonte de recursos são voltados principalmente para:

- Retirada de vazamentos;
- Implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs);
- Construção/melhoria em estações de tratamento de água;
- Programa de Combate à Fraude
- Substituição de redes de água antigas

Os projetos de segurança hídrica e redução de perdas compõem um plano de aplicação da tarifa de contingência, que é submetido à aprovação das agências reguladoras, bem como a prestação de contas dos valores aplicados, comprovando que tais valores foram gastos especificamente nas ações previamente aprovadas pelas agências.

O efetivo acompanhamento da utilização dos recursos da tarifa é realizado pelo Comitê de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Tarifa de Contingência, instituído pela Cagece desde 2016.

7. AMBIENTE REGULADO

O modelo tarifário da Cagece leva em consideração os custos dos serviços de água e esgoto e uma parcela destinada a investimentos. A estrutura tarifária, depois de aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia, é submetida à aprovação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

28 Relatório de Administração Cagece

A estrutura adota vários tipos de tarifas, de acordo com o tipo de economia/categoria, com a finalidade principal de subsidiar a tarifa paga pelos clientes com menor poder aquisitivo e de incentivar o consumo consciente, evitando assim o desperdício da água tratada, numa demonstração de preocupação com o meio ambiente. Atualmente são praticados oito tipos de tarifas: Residencial Social, Residencial Popular, Residencial Normal, Comercial Popular, Comercial II, Industrial, Pública e Entidade Filantrópica¹.

Em 24 de julho de 2020 foi disponibilizado pela ARCE - Agência Reguladora do Estado do Ceará, a metodologia e os procedimentos para realização das revisões tarifárias e reajustes anuais dos serviços de água e esgotamento sanitário.

A metodologia consiste em um modelo híbrido que combina a aplicação do modelo de Taxa de Retorno com os instrumentos de incentivo à eficiência da Regulação por Preço Teto (Price Cap). A periodicidade da atualização das tarifas será quadrienal, iniciando o primeiro ciclo tarifário em 2021, com a revisão do valor médio das tarifas vigentes, a partir de 1º de maio desse ano, e reajustes anuais entre as revisões quadrienais na mesma data. Maiores detalhes podem ser conferidos na resolução nº 274 de julho de 2020 disponibilizada pela agência.

A Arce em sua última reunião ordinária de 2020 aprovou reajuste tarifário de 12,25% representando um valor de R\$ 4,61 /m³ (quatro reais e sessenta e um centavos por metro cúbico) de tarifa média. O aumento anteriormente previsto para maio de 2020 foi adiado para dezembro em virtude da pandemia do coronavírus. O reajuste refere-se a à variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM do período de julho de 2018. A estrutura tarifária vigente encontra-se divulgada no site da companhia (www.cagece.com.br).

Em 2015, através da Resolução nº 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução nº 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e a Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo nº 003/15 - SUP, foi aprovado a implantação da tarifa de contingência. O mecanismo consiste na cobrança de um valor adicional pelo volume de água que ultrapassar a meta de economia estabelecida para cada cliente nos termos estabelecidos na referida resolução. A aplicação dos recursos provenientes da tarifa de contingência visa cobrir os custos adicionais decorrentes da

¹ Maiores informações acessar <https://www.cagece.com.br/produtos-e-servicos/precos-e-prazos/estrutura-tarifaria/>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

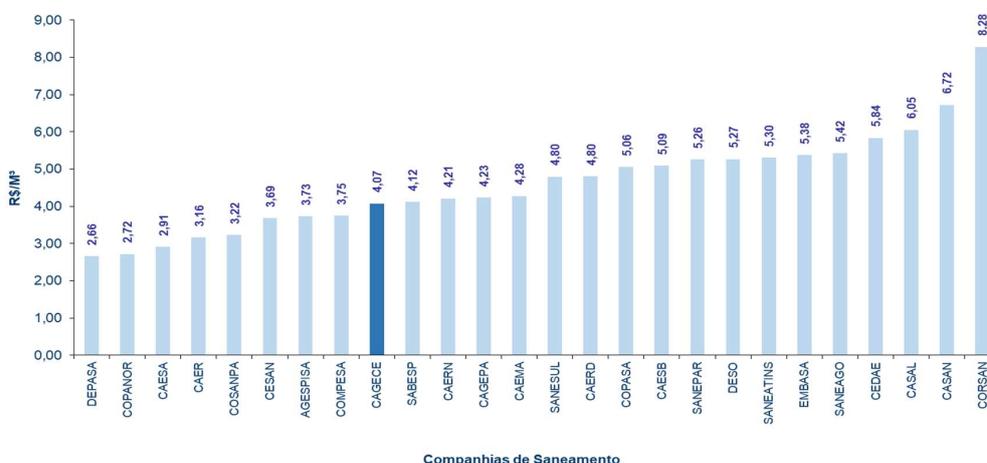
situação de escassez e investimentos para redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

Conseqüentemente, a Companhia mantém registrado no passivo circulante os valores provenientes da tarifa de contingência no qual ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

Um sólido cenário de regulação, aliada a uma gestão eficiente dos custos, permite a Cagece manter a 9ª tarifa mais barata do Brasil. Ainda assim, mantendo o bom desempenho econômico financeiro e investimentos com recursos próprios em 54,11% do total de investimentos realizados pela Companhia em 2020.



TARIFA MÉDIA 2019
COMPANHIAS DE SANEAMENTO QUE POSSUEM
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO



Fonte: Snis 2019

2

8. NEGÓCIOS

O número de ligações ativas de água em 2020 é 2,0% superior ao número de ligações existentes em 2019, representando um incremento de 33.981 ligações de água. Para o esgoto o número é 2,6% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2019, representando acréscimo de 16.202 novas ligações de esgoto. Em se tratando de economias ativas o

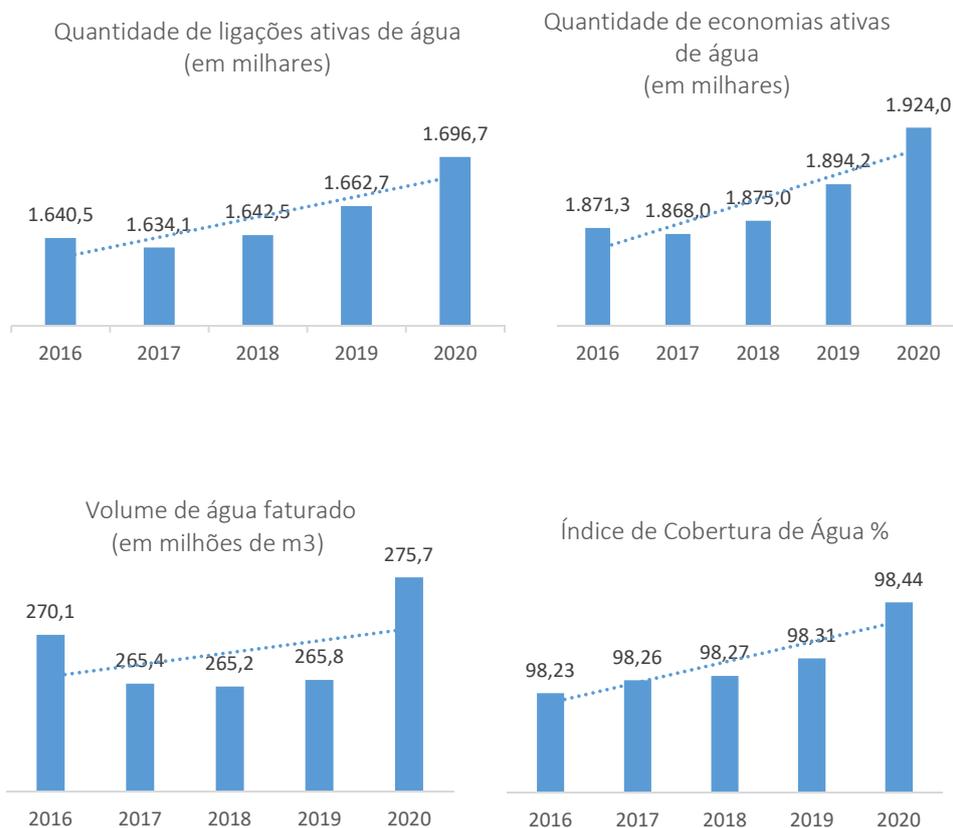
^{2 2} O período de apuração da tarifa média do SNIS considera todo o ano de 2019, portanto não coincide com o período da tarifa média utilizado para o reajuste tarifário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

30 Relatório de Administração Cagece

incremento foi 29.840 para água e 17.524 para esgoto. O índice de hidrometração relacionado as ligações ativas é igual a 99,38%.

O faturamento líquido é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 80,89% do total de ligações de água existentes em 2020. Já o esgoto esse percentual é 67,29%. A estratégia da Cagece é sempre buscar resultados efetivos de crescimento e desenvolvimento sustentável e comprometimento com a qualidade dos serviços são 15.241.553 km de rede de abastecimento de água e 152 Estações de Tratamento de Água.



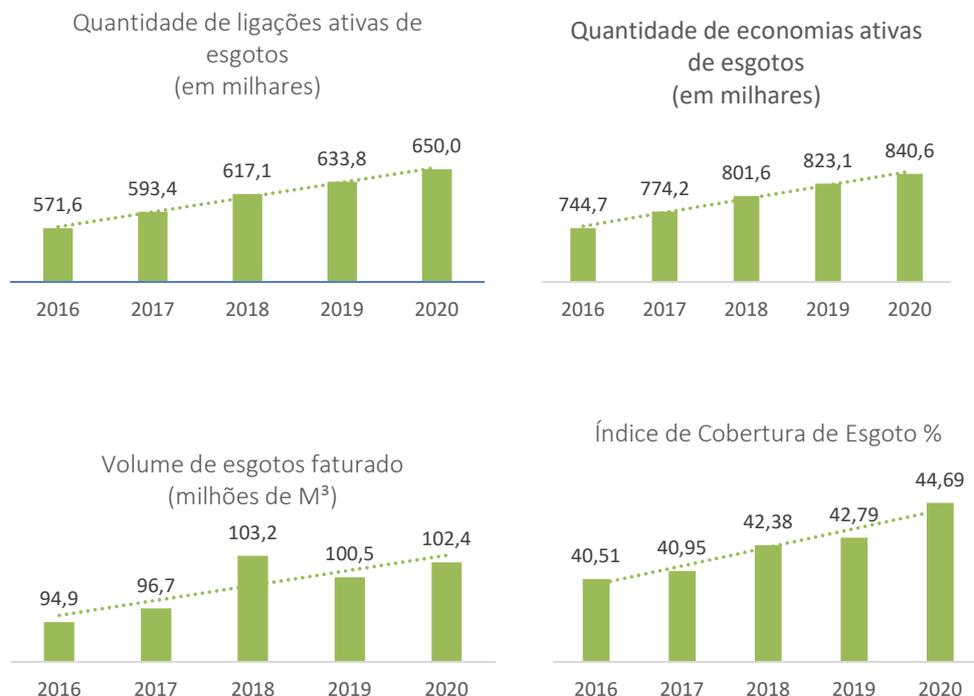
A Cagece disponibiliza esgoto para 44,69% dos cearenses residentes em áreas urbanas dos municípios atendidos e trata 100% do esgoto coletado. Em 2020, investiu em Sistemas de Esgotamento Sanitário, com a implantação de novos serviços, ampliação e melhoria dos sistemas já existentes R\$ 99 milhões.

Em 2020, a rede de coleta cresceu 2,0%, alcançando 5 mil quilômetros de extensão. O incremento no número de economias ligadas à rede teve crescimento de 2,13%, superando o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

31 Relatório de Administração Cagece

número total de 840 mil de economias.



A Cagece empreende grandes esforços no sentido de ampliar a cobertura de esgoto em todo Estado. Contudo, ainda se depara com o grande desafio sobre as ligações de água e esgoto ociosas. Para tanto, a equipe social atua em áreas de baixa renda, para orientar sobre os benefícios do saneamento, em especial do esgotamento sanitário. A Companhia vem custeando também a ligação de esgoto como forma de incrementar a utilização da rede. A Lei Estadual Complementar 162/2016 regulamenta a obrigatoriedade da interligação para os usuários que tenham os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis.

8.1. Gestão de Perdas

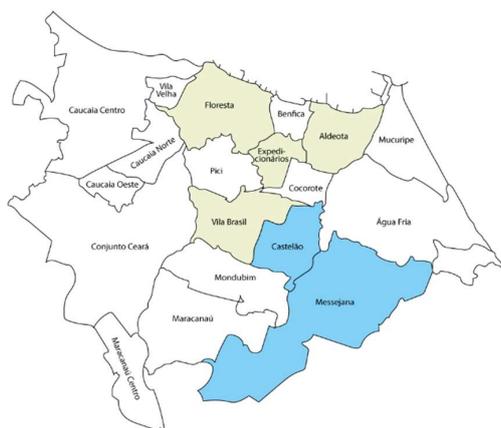
O índice de perdas de água é um dos principais indicadores da eficiência do sistema de distribuição de água. A Companhia adota medidas contínuas de combate a fraudes, vazamentos, submedição e ligações clandestinas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

32 Relatório de Administração Cagece

PERDAS REAIS	PERDAS APARENTES
São volumes de água produzidos e NÃO consumidos.	São volumes de água produzidos e consumidos, mas não faturados. (perdas comerciais)
IMPORTANTE	IMPORTANTE
Vazamentos e desperdícios que ocorrem em pontos do sistema de abastecimento, desde a captação, tratamento, armazenamento e distribuição.	<ol style="list-style-type: none"> Ligações clandestinas/irregulares (fraudes) Erros na macro e micromedicação (leitura e equipamento) Falhas no cadastro comercial

Para combater as perdas totais, em especial as ligações reais, com maior eficiência, a grande aposta da companhia é a implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs), que consiste na divisão de setores de abastecimento em áreas operacionais menores, para maior controle de pressão e vazão em cada região tudo com controle de automação.



SETOR	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Messejana	20	36 milhões
Castelão	9	
Aldeota	4	50 milhões
Vila Brasil	12	
Floresta	23	
Expedicionários	6	

Para combater as perdas aparentes, a Cagece atua no combate às fraudes, e a intensificação, nos próximos anos, da renovação do parque de hidrômetros em funcionamento no Ceará.

Em 2020 colocou-se em prática a gestão da renovação e redução da idade média do parque de hidrômetros da Companhia para cinco anos com foco na redução de perdas e aumento de faturamento.

Atualmente, a Cagece possui mais de 1,6 milhão de hidrômetros instalados no Estado. Desse total 794 mil hidrômetros estão com quase cinco anos de instalação. O projeto prevê a substituição de 360 mil hidrômetros por ano e, assim, reduzir o índice de perda na distribuição por submedição em 4,56% até 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

33 Relatório de Administração Cagece

A Companhia também implantou um programa de Caça – vazamentos, são 13 equipes fixas e quatro equipes itinerantes, que atuam como caçadoras de vazamentos e contam com o auxílio de equipamento específico de medição e profissionais capacitados. Os trabalhos são realizados em turnos. O direcionamento por pesquisa e inteligência vem apresentando resultados positivos.



9. POLÍTICA AMBIENTAL

A Política Ambiental da Cagece foi instituída por meio da Resolução nº 038/06/DPR e alterada pela Resolução nº 012/13/DPR e a Gerência de Meio Ambiente - Gemam é responsável por promover e aprimorar o atendimento desta.

A Cagece adota os princípios da ISO 14000, ao mesmo tempo que busca a respectiva certificação. Adicionalmente, a Companhia fomenta diversas ações alinhadas às diretrizes ambientais das políticas públicas de âmbito federal, estadual e municipal especificamente na observância do arcabouço normativo que envolve o setor de saneamento.

Dentre estes temos o monitoramento do Indicador de fumaça preta. As Unidades ETA Gavião, ETA Oeste e ETA Jaburu realizam continuamente as medições do índice de Fumaça Preta de seus veículos e equipamentos movidos a diesel, em atendimento à Indicadores setoriais.

A Cagece tem contribuído para redução do lançamento de gases causadores do efeito estufa, por meio da Gerência de Desenvolvimento Operacional - Gdope, que instalou uma Planta solar fotovoltaica, no intuito de priorizar energia limpa e renovável e ainda reduzir custos de consumo de energia elétrica em suas instalações. Com a ação de aproveitamento da luz solar, a Cagece também contribui para a redução do desmatamento e da emissão de CO₂. A planta gerou uma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

34 Relatório de Administração Cagece

redução de emissão de CO2 de mais de 130.540,30 KWh em 2020.

Buscando participar do desenvolvimento de projetos e ações voltados para sustentabilidade, auxiliar na preservação de Áreas de Proteção Ambiental e propor melhorias para área de meio ambiente no nosso Estado, a Cagece participa, como membro, de 17 Conselhos e Comitês.

9.1. Comitê A3P

O comitê atua na Cagece desde 2010, composto por representantes de áreas estratégicas da empresa, que formam uma equipe multidisciplinar, a fim de formular e acompanhar ações nos eixos temáticos Uso Racional dos Recursos Naturais e Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

9.2. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Atenta ao gerenciamento dos recursos naturais, a Cagece acompanha o consumo de água e energia, a fim de propor medidas para o eficiente uso dos referidos recursos.

Foi realizado no período de 24 a 27 de novembro uma capacitação para 37 colaboradores das áreas operacionais, administrativa e gestão, sobre coleta seletiva na Estação de Tratamento de Água (ETA Oeste).

Além dessa atividade, foi desenvolvido um ebook para divulgação e sensibilização da Coleta Seletiva Solidária na Companhia. O ebook, também dispõe de um conteúdo sobre gestão de resíduos sólidos, sua importância e aplicações na Cagece.

9.3. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Cagece tem se inserido continuamente nas diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Entre as ações implementadas estão: coleta seletiva de lixo, implantação da Logística Reversa, entrega dos resíduos recicláveis para cooperativas de catadores, descontaminação e coprocessamento dos resíduos perigosos, realização de ações de educação ambiental com os colaboradores da empresa, entre outras ações.

Em 2020, foram doados 1.270 kg de materiais recicláveis (papel, plástico, metal, vidro) para as Cooperativas de Catadores de Resíduos Recicláveis. Quanto aos resíduos perigosos, 1.803 unidades de lâmpadas fluorescentes geradas pela Cagece foram coletadas, descontaminadas e destinadas por empresas devidamente licenciadas. Os resíduos provenientes de atividades desenvolvidas nos laboratórios, em oficinas mecânicas e nos serviços de manutenção (EPs,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

35 Relatório de Administração Cagece

materiais contaminados com óleo e graxa/tinta) totalizaram 450 kg, tendo como destinação final o coprocessamento. E ainda foram destinados à logística reversa 204 kg de baterias de chumbo, 52 unidades de pneus e 57,2 kg de embalagens de óleo usadas.

A Cagece investiu, em 2020, R\$ 6,7 mil reais com serviço de coleta/transporte/destinação de resíduos perigosos e não perigosos gerados.

A equipe da Gemam – AMB revisa e acompanha continuamente dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRCC, das obras das obras da CAGECE.

De forma a minimizar os impactos ambientais de suas implantações e operações, por meio do cumprimento de medidas mitigadoras e compensatórias determinadas pelos órgãos ambientais responsáveis, a Cagece buscar regularizar as outorgas e licenciamento ambiental de seus empreendimentos. No ano de 2020, houve um aumento de 218%, em relação ao ano anterior, do número de licenças ambientais concedidas à Cagece. Esse resultado foi alcançado devido à revisão da estrutura da área, assim como o desenvolvimento de estratégias, tais como a priorização de processos de licenciamento, e uma aproximação com os órgãos ambientais. O desenvolvimento do Programa de implantação de Estações de Tratamento de Resíduos Gerados - ETRGs da Cagece foi de fundamental importância, subsidiando as renovações e regularizações das licenças para sistemas de abastecimento de água.

Anualmente a Cagece divulga o seu Relatório de Sustentabilidade elaborado de acordo com as diretrizes da Global Report Initiative (GRI), padrão Standards: opção “Essencial”, e alinhado aos pilares do Relato Integrado (IR). O relatório apresenta o desempenho econômico, social e ambiental sempre alinhado aos valores da Companhia e ao compromisso com a transparência, abordando os temas que possam causar impactos para o negócio e para a sociedade. O documento completo pode ser consultado no site institucional da Cagece.

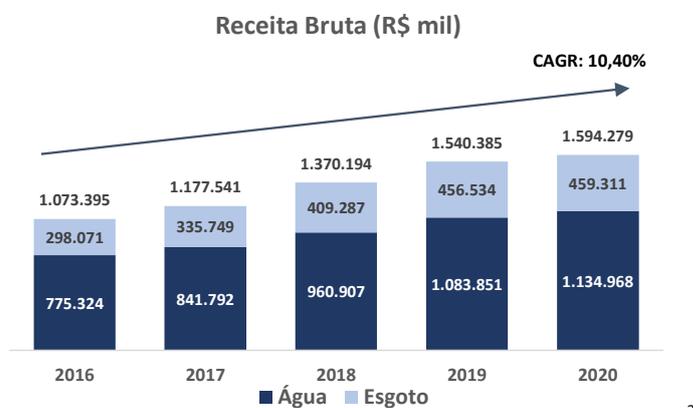
10. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. Receita Bruta e Receita Líquida

A Receita Bruta da Companhia ao longo dos últimos 5 anos apresentou um crescimento médio anual (CAGR*) de 10,40% em função dos efeitos combinados de incrementos nos volumes faturados de serviços (0,85%) e tarifas médias de serviços** (9,45%), atingindo R\$ 1.594,3 milhões em 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

36 Relatório de Administração Cagece



3

Receita Bruta e Receita Líquida (Em R\$ mil)

Descrição	2020	% AV	2019	% AV	% AH 2020 x 2019	Var. Abs 2020 x 2019	AH -%RL
Receita Bruta	1.594.279	109,7%	1.540.385	110,2%	3,5%	53.894	-0,4 p.p.
Serviços de Água	1.134.968	78,1%	1.083.851	77,5%	4,7%	51.117	0,6 p.p.
Serviços de Esgoto	459.311	31,6%	456.534	32,6%	0,6%	2.777	-1 p.p.
Deduções	-141.273	-9,7%	-142.070	-10,2%	-0,6%	797	-19,9 p.p.
Impostos (PIS / COFINS)	-141.273	-9,7%	-142.070	-10,2%	-0,6%	797	-19,9 p.p.
Receita Líquida	1.453.006	100,0%	1.398.315	100,0%	3,9%	54.691	NA

Obs: As Receitas de Construção (R\$ 120.880 – 2020; R\$ 84.318 – 2019) foram desconsideradas da análise pelo efeito nulo no resultado.

No comparativo 2020 *versus* 2019, a Receita Bruta apresentou um crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos de aumento de volume faturado (3,2%) e tarifa média efetiva (0,3%).

Já a Receita Líquida em 2020 atingiu R\$ 1.453,0 milhões, 3,9% superior a 2019. No gráfico a seguir é possível observar o crescimento de 10,54% da Receita Líquida da Companhia ao longo dos últimos 5 anos.

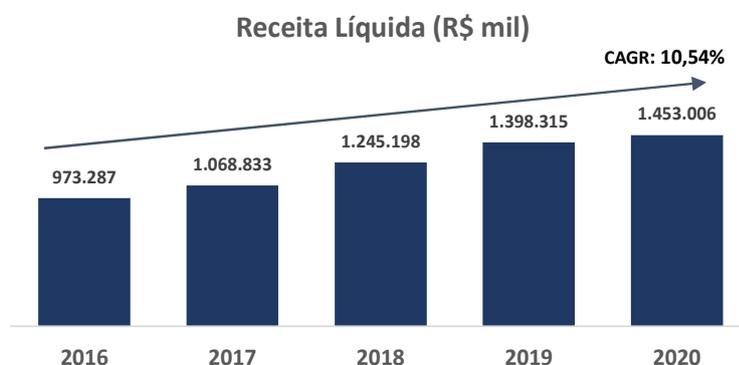
³ Obs: As Receitas de Construção foram desconsideradas da análise pelo efeito nulo no resultado.

*CAGR – *Compound Annual Growth Rate*

** As Tarifas Médias de Serviços aqui apresentadas consideram as Receitas Indiretas na sua composição somente para fins de explicação das variações da Receita Bruta. Em 2020 as Receitas Indiretas totalizaram R\$ 35,2 milhões, *versus* R\$ 48,3 milhões em 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

37 Relatório de Administração Cagece



No comparativo 2020 versus 2019, a Receita Bruta de Água registrou acréscimo de 4,7%, em função do aumento de 9,0% registrado na categoria “Residencial”. A redução nas demais categorias está associada aos efeitos da pandemia que influenciaram diretamente para a variação do *mix* das tarifas por categoria ao longo do ano de 2020. No quadro a seguir é apresentado uma abertura da receita bruta por categoria:

Categoria	2020	% AV	2019	% AV	% AH 2020 x 2019	Var.Abs 2020 x 2019
Residencial	933.165	82,2%	856.191	79,0%	9,0%	76.974
Comercial	119.030	10,5%	127.845	11,8%	-6,9%	-8.815
Industrial	15.202	1,3%	16.220	1,5%	-6,3%	-1.018
Pública	67.571	6,0%	83.595	7,7%	-19,2%	-16.024
Total	1.134.968	100,0%	1.083.851	100,0%	4,7%	51.117

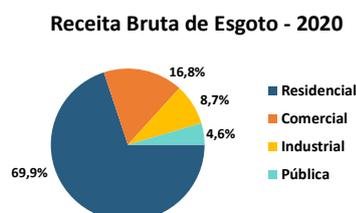
Obs: A diferença do Total de Serviços de Água se deve a receita com outros serviços (religações, cortes, etc).



Já a Receita Bruta de Esgoto registrou acréscimo de 0,6% em relação a 2019, principalmente em função da elevação de 8,7% na categoria “Residencial”, apesar da redução ocorrida nas demais categorias.

Categoria	2020	% AV	2019	% AV	% AH 2020 x 2019	Var.Abs 2020 x 2019
Residencial	321.230	69,9%	295.407	64,7%	8,7%	25.823
Comercial	77.024	16,8%	81.477	17,8%	-5,5%	-4.453
Industrial	40.089	8,7%	53.904	11,8%	-25,6%	-13.815
Pública	20.968	4,6%	25.746	5,6%	-18,6%	-4.778
Total	459.311	100,0%	456.534	100,0%	0,6%	2.777

Obs: A diferença do Total de Serviços de Esgoto se deve a receita com outros serviços (tamponamentos, etc).



A receita da Companhia continua sendo composta majoritariamente pela prestação de serviços a clientes residenciais nos municípios atendidos, sendo 82,2% provenientes do fornecimento de

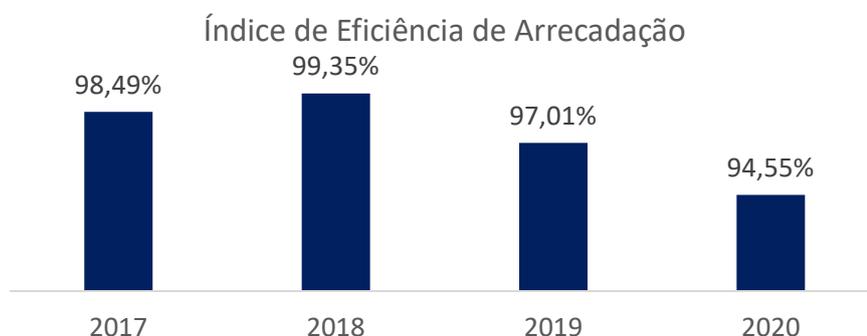
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

38 Relatório de Administração Cagece

água e 69,9% das receitas de esgoto. A solidez da receita está amparada pelos 152 contratos de programa/concessão entre a Companhia e os municípios que têm prazo médio remanescente de 30 anos.

10.2. Eficiência da Arrecadação

No ano de 2020 o índice de eficiência de arrecadação da Cagece foi bastante impactado por conta da pandemia da COVID-19 que prejudicou fortemente a economia do país com a paralisação de diversas atividades. No Estado do Ceará tivemos a publicação do decreto nº 33.519 de 19 de março de 2020 que adotou medidas para enfrentamento ao coronavírus. Considerando a situação da crise sanitária e da essencialidade da prestação dos serviços prestados pela companhia, as atividades de corte foram paralisadas. A paralisação das atividades de corte e a retração das atividades econômicas impactaram diretamente na redução de nossa eficiência de arrecadação em 2,46 pontos percentuais quando comparado com 2019.



10.3. DEX – Despesas de Exploração

As Despesas de Exploração (DEX) totalizaram R\$ 1.228,9 milhões em 2020, registrando um crescimento de R\$ 7,3 milhões (0,6%) no comparativo 2020 *versus* 2019 decorrente principalmente dos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 15,3 milhões (36,4%) observado na PCLD devido à instabilidade econômica motivada pela pandemia, da limitação nas ações de cobrança no período de março a outubro de 2020, bem como da suspensão da realização de cortes para os clientes inadimplentes no referido período;
- (ii) Acréscimo de R\$ 8,2 milhões (+3,4%) na rubrica “Insumos” devido a:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- a. Elevação dos gastos com água bruta em R\$ 7,5 milhões, que sofreu reajuste tarifário de 12% por meio do Decreto nº 33.024 de 27 de março de 2019, combinado com o aumento do volume consumido no comparativo 2020 x 2019;
 - b. Incremento de R\$ 5,1 milhões nos gastos com energia elétrica decorrente dos reajustes de energia elétrica de 8,2% e 3,9%, ocorridos respectivamente, a partir de 22 de abril de 2019 e 14 de abril de 2020, combinado com os efeitos de aumento de consumo de energia decorrente do maior consumo de água bruta no comparativo 2020 x 2019;
 - c. Redução de R\$ 4,3 milhões com custos de tratamento da água, pois em 2019 os baixos níveis dos reservatórios causaram um aumento dos resíduos em suspensão e conseqüentemente um aumento nos custos com tratamento de água decorrentes da maior demanda de materiais e serviços necessários para o tratamento da água bruta, fato que não ocorreu em 2020.
- (iii) Crescimento das despesas tributárias em R\$ 18,1 milhões (+54,6%) devido principalmente ao aumento de: R\$ 6,9 milhões decorrente de parcelamento ordinário com a Secretaria da Receita Federal, R\$ 4,3 milhões decorrente de repasse mensal (a partir de janeiro de 2020) de 1,0% do valor das receitas diretas de água e esgoto ao FESB (Fundo Estadual de Saneamento Básico); e pagamento de R\$ 3,6 milhões de juros e multas de tributos;
- (iv) Incremento nas despesas com causas judiciais em provisões referentes a causas cíveis, tributárias e trabalhistas com prognóstico de perda estimado como provável e, portanto, desfavorável à Companhia, de R\$ 12,8 milhões (+81,3%);
- (v) A rubrica "Serviços" apresentou um acréscimo de R\$ 26,5 milhões em 2020 devido principalmente ao:
- a. Impacto dos efeitos da tarifa de contingência, no valor de R\$ 33,2 milhões, ocorridos em 2019 e não recorrentes para o ano de 2020;
 - b. Aumento dos gastos com Serviços Administrativos em R\$ 10,8 milhões, em decorrência do aumento dos serviços de terceiros (R\$ 7,0 milhões) e de serviços técnicos profissionais (R\$ 4,9 milhões);
 - c. Redução de R\$ 16,9 milhões nos serviços das Despesas com Vendas devido principalmente à: a) redução dos serviços de combate a fraudes (redução de R\$ 9,5 milhões); e b) redução dos serviços de cobrança e aviso de cortes (R\$ 5,7 milhões), que tiveram seus processos interrompidos no período de abril a setembro de 2020 em consequência da Pandemia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

40 Relatório de Administração Cagece

DEX - Despesas de Exploração

Descrição	2020	% AV	2019	% AV	% AH	Var.Abs
Insumos	-251.952	-17,3%	-243.728	-17,4%	3,4%	-8.224
Serviços	-395.393	-27,2%	-368.925	-26,4%	7,2%	-26.468
Pessoal	-283.322	-19,5%	-280.553	-20,1%	1,0%	-2.769
D&A	-125.489	-8,6%	-189.368	-13,5%	-33,7%	63.879
Materiais	-25.132	-1,7%	-28.326	-2,0%	-11,3%	3.194
Custos gerais	-24.005	-1,7%	-24.111	-1,7%	-0,4%	106
Concessão	-13.039	-0,9%	-12.389	-0,9%	5,2%	-650
(-) Créditos de PIS e COFINS	50.280	3,5%	50.863	3,6%	-1,1%	-583
PCLD	-57.238	-3,9%	-41.954	-3,0%	36,4%	-15.284
Despesas Gerais	-13.843	-1,0%	-16.466	-1,2%	-15,9%	2.623
Causas judiciais	-28.485	-2,0%	-15.714	-1,1%	81,3%	-12.771
Tributária	-51.303	-3,5%	-33.188	-2,4%	54,6%	-18.115
Transporte	-3.744	-0,3%	-3.630	-0,3%	3,1%	-114
Honorários da administração	-2.747	-0,2%	-2.933	-0,2%	-6,3%	186
Outras rec./desp. Oper.	-3.540	-0,2%	-11.206	-0,8%	-68,4%	7.666
Custos e Despesas Operacionais	-1.228.952	-84,6%	-1.221.628	-87,4%	0,6%	-7.324

O gráfico a seguir apresenta a evolução da DEX para os últimos 5 anos, que apresenta um crescimento médio anual da ordem de 6,31%, inferior ao crescimento médio da receita líquida que foi de 10,54% no mesmo intervalo.



10.4. Resultado Financeiro

No ano de 2020 a Receita Financeira atingiu R\$ 69,0 milhões, enquanto a Despesa Financeira totalizou R\$ 149,6 milhões, gerando em consequência um Resultado Financeiro negativo da ordem de R\$ 80,6 milhões. Essa variação foi em decorrência principalmente da:

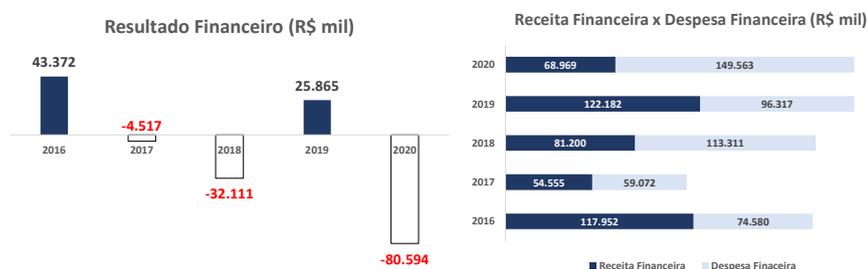
- (i) Redução da receita de atualização do ativo financeiro em R\$ 57,8 milhões (dos quais R\$ 43,2 milhões relativos ao 1T20) em virtude da redução da base de ativos financeiros ao final de 2019; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

41 Relatório de Administração Cagece

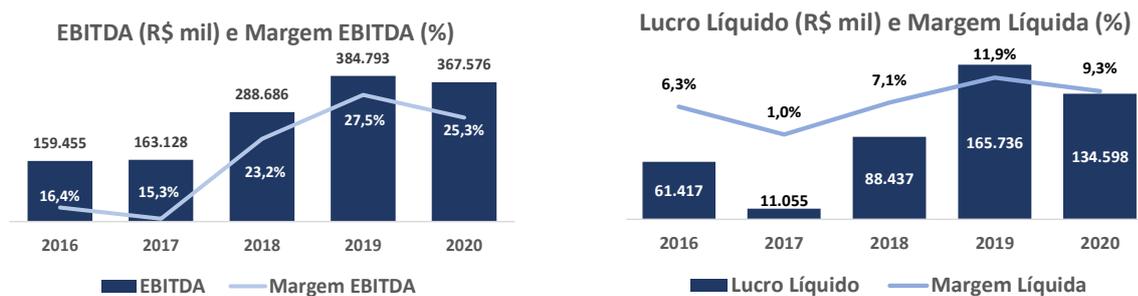
- (ii) Aumento de R\$ 53,2 milhões nas Despesas Financeiras resultante principalmente do crescimento da variação cambial passiva em R\$ 51,1 milhões (dos quais R\$ 46,1 milhões decorre do 1T20) em função da valorização do dólar frente ao real.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do Resultado Financeiro ao longo dos últimos 5 anos.



10.5. EBITDA e Lucro Líquido

Como resultado da confrontação de Receitas, Custos e Despesas, apresentamos na sequência a evolução do Lucro Líquido, EBITDA e respectivas margens nos últimos 5 anos.



A seguir serão demonstrados os quadros comparando 2020 x 2019, com abordagens partindo da Receita Líquida e do Lucro Líquido, respectivamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Receita Líquida e EBITDA (Em R\$ mil)**

Descrição	2020	% AV	2019	% AV	% AH 2020 x 2019	Var.Abs 2020 x 2019
Receita Líquida	1.453.006	100,0%	1.398.315	100,0%	3,9%	54.691
Custos Operacionais	-741.728	-51,0%	-760.373	-54,4%	-2,5%	18.645
D&A - Custos	122.032	8,4%	186.249	13,3%	-34,5%	-64.217
Despesas Operacionais	-487.224	-33,5%	-461.255	-33,0%	5,6%	-25.969
D&A - Despesas	3.457	0,2%	3.119	0,2%	10,8%	338
Outros Ajustes*	18.033	1,2%	18.738	1,3%	-3,8%	-705
EBITDA	367.576	25,3%	384.793	27,5%	-4,5%	-17.217

*O mais relevante é referente a Despesas com arrendamento mercantil, em linha com o CPC - 06 (Notas Explicativas).

Lucro Líquido e EBITDA (Em R\$ mil)

Descrição	2020	% AV	2019	% AV	% AH 2020 x 2019	Var.Abs 2020 x 2019
Lucro Líquido	134.598	9,3%	165.736	11,9%	-18,8%	-31.138
(-) IRPJ/CSLL	8.862	0,6%	36.816	2,6%	-75,9%	-27.954
(-) Resultado Financeiro	80.594	5,5%	-25.865	-1,8%	-411,6%	106.459
(-) D&A - Custos	122.032	8,4%	186.249	13,3%	-34,5%	-64.217
(-) D&A - Despesas	3.457	0,2%	3.119	0,2%	10,8%	338
(-) Outros Ajustes*	18.033	1,2%	18.738	1,3%	-3,8%	-705
EBITDA	367.576	25,3%	384.793	27,5%	-4,5%	-17.217

*O mais relevante é referente a Despesas com arrendamento mercantil, em linha com o CPC-06 (Notas Explicativas).

Em consequência dos fatores apresentados anteriormente, em 2020 o Lucro Líquido totalizou R\$ 134,6 milhões, com um decréscimo de 18,8% em relação ao exercício anterior. A margem líquida recuou 2,6 p.p., atingindo 9,3% no referido ano.

Já o EBITDA totalizou R\$ 367,6 milhões, com um decréscimo de 4,5% em comparação com 2019. A margem EBITDA atingiu 25,3% em 2020, registrando um decréscimo de 2,2 p.p. em relação ao ano anterior.

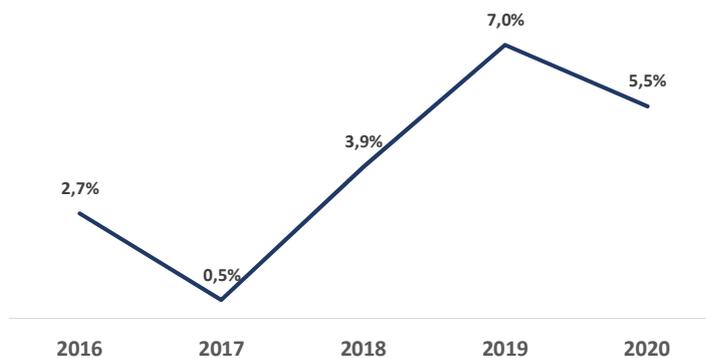
10.6. Rentabilidade

O RPL (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) atingiu 5,5% em 2020 (*versus* 7,0% em 2019), enquanto o ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) obtido foi da ordem de 5,0% em 2020 (*versus* 6,4% em 2019).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

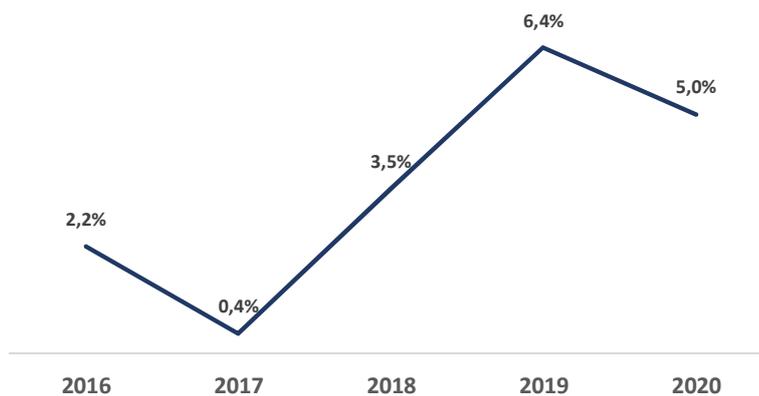
43 Relatório de Administração Cagece

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (% a.a.)



* RPL foi calculado a partir do Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio

ROIC (% a.a.)

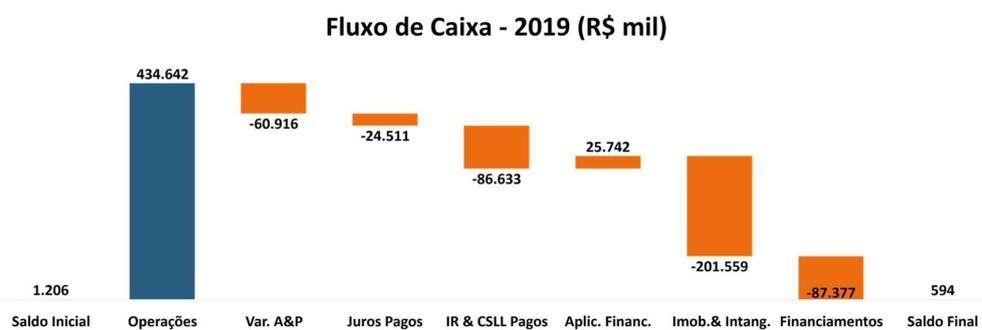


* ROIC foi calculado a partir do Lucro Líquido / (Patrimônio Líquido Médio + Dívida Líquida Média)

10.7. Fluxo de Caixa e Geração de Caixa Operacional

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do fluxo de caixa acumulado de 2020 e 2019. A geração de caixa operacional líquida atingiu R\$ 309,8 milhões em 2020, um crescimento de 18,0% em relação ao ano de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



10.8. Captação de Recursos

Com o objetivo de manter a liquidez e completar o programa de investimentos, a Companhia utiliza recursos de terceiros disponíveis, que são analisados e alocados dentro das necessidades de suas operações. Atualmente a Companhia já tem contratado junto ao BNB e CEF recursos que totalizam R\$ 644,6 milhões, dos quais ainda estão disponíveis para desembolso R\$ 591,9 milhões, que serão alocados em decorrência da aprovação dos projetos de investimentos selecionados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

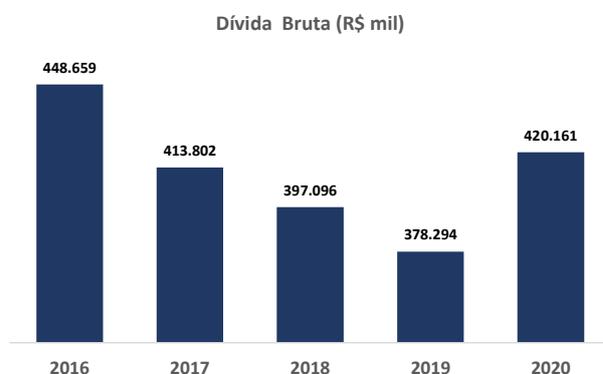
45 Relatório de Administração Cagece

Em decorrência dos efeitos da pandemia a Companhia decidiu postergar as atividades referentes ao seu processo de abertura de capital – IPO (Initial Public Offering) e aguarda condições de mercado mais favoráveis para prosseguir com a operação.

Com o propósito de mitigar o risco referente à variação cambial e seu consequente impacto no resultado financeiro, a Companhia trabalha nas providências necessárias para não apresentar endividamento em moeda estrangeira do seu Balanço Patrimonial em 2021.

Adicionalmente, a CAGECE prossegue com os trabalhos referentes à prospecção e viabilização de opções adicionais de captação de recursos junto ao mercado de capitais e organismos multilaterais e demais instituições de fomento para assegurar o mix de recursos necessários para cumprir as metas de cobertura e investimentos requeridos pelo Novo Marco Legal até 2033.

10.9. Endividamento



A Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 420,2 milhões em 2020, um crescimento de R\$ 41,9 milhões em relação a 2019, devido à captação de linha do BNB e o impacto da variação cambial no saldo da dívida em moeda estrangeira junto ao BID.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

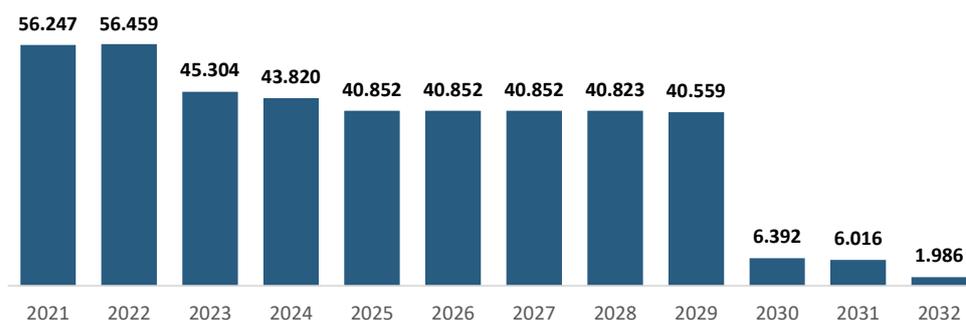
46 Relatório de Administração Cagece

DÍVIDA BRUTA (Em R\$ mil)

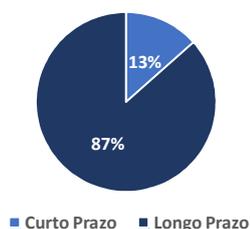
Descrição	2020	% AV	2019	% AV	% AH 2020 x 2019	Var. Abs 2020x2019
Moeda nacional						
Caixa Econômica Federal	103.480	24,6%	117.979	31,2%	-12,3%	-14.499
Governo do Estado do Ceará	0	0,0%	345	0,1%	-100,0%	-345
Banco Santander	1.853	0,4%	2.193	0,6%	-15,5%	-340
BNDES	18.144	4,3%	32.969	8,7%	-45,0%	-14.825
BNB	54.742	13,0%	16.091	4,3%	240,2%	38.651
Subtotal em Moeda Nacional	178.219	42,4%	169.577	44,8%	5,1%	8.642
Moeda estrangeira						
BID	241.942	57,6%	208.717	55,2%	15,9%	33.225
Subtotal em Moeda Estrangeira	241.942	57,6%	208.717	55,2%	15,9%	33.225
Dívida Bruta	420.161	100,0%	378.294	100,0%	11,1%	41.867
Circulante	56.247	13,4%	67.696	17,9%	-16,9%	-11.449
Não Circulante	363.914	86,6%	310.598	82,1%	17,2%	53.316

A Companhia encerrou o exercício de 2020 com um Patrimônio Líquido de R\$ 2.512,5 milhões e Dívida Bruta de R\$ 420,2 milhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo Total foi de 10,9% em 2020.

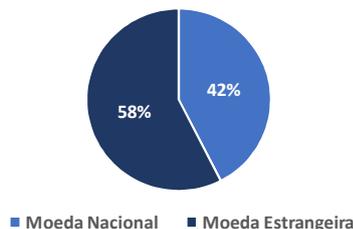
Dívida Bruta 2020 (R\$ mil e %) – Breakdown



Dívida Bruta - 31/12/2020



Dívida Bruta - 31/12/2020



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

47 Relatório de Administração Cagece

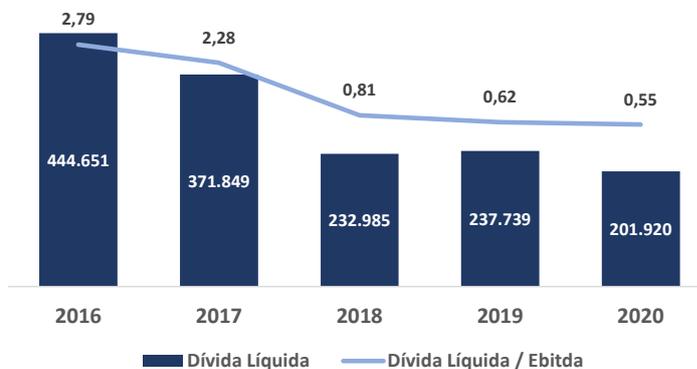
Ao final de 2020, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R\$ 201,9 milhões (redução de 15,1% e R\$ 35,8 milhões no comparativo 2020 x 2019, em função do efeito combinado da elevação da Dívida Bruta e das Disponibilidades). Em decorrência, o Índice de Alavancagem atingiu 7,4% e a Dívida Líquida por Ebitda LTM resultou em 0,55.

DÍVIDA LÍQUIDA E CAPITALIZAÇÃO (Em R\$ mil)

Descrição	2020	% AV	2019	% AV	% AH 2020 x 2019	Var.Abs 2020 x 2019
Dívida Bruta	420.161	15,5%	378.294	14,3%	11,1%	41.867
(-) Disponibilidades*	218.241	8,0%	140.555	5,3%	55,3%	77.686
Dívida Líquida	201.920	7,4%	237.739	9,0%	-15,1%	-35.819
(+) Patrimônio Líquido	2.510.827	92,6%	2.411.906	91,0%	4,1%	98.921
Capitalização	2.712.747	100,0%	2.649.645	100,0%	2,4%	63.102
Índice de Alavancagem	7,44%		8,97%		-1,53 p.p.	
Ebitda LTM	367.576		384.793		-4,5%	-17.217
Dívida Líquida / Ebitda LTM	0,55		0,62			-0,07

* Não foram considerados os recursos provenientes da tarifa de contingência nas Disponibilidades do demonstrativo acima. Os saldos referentes a tarifa de contingência foram de R\$ 76.962 em 2020, R\$ 117.060 em 2019, devidamente contabilizados na rubrica "Depósitos Vinculados" do Ativo Circulante da Companhia.

Dívida Líquida (R\$ mil) e Dívida Líquida por Ebitda



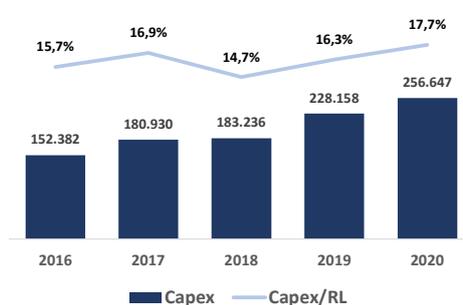
10.10. Investimentos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

48 Relatório de Administração Cagece

Nos últimos cinco anos, o investimento acumulado foi de R\$ 1,0 bilhão, destinados a manutenção de suas operações, ampliação e melhoria dos serviços. Já no ano de 2020, o Capex total da Companhia atingiu R\$ 256,6 milhões (12,5% superior aos R\$ 228,2 milhões do ano 2019), sendo que 73,4% para expansão e ampliação da rede de cobertura de água e esgoto, 23,9% para atividades de melhoria operacional e 2,7% para obras administrativas, de gestão e outros investimentos.

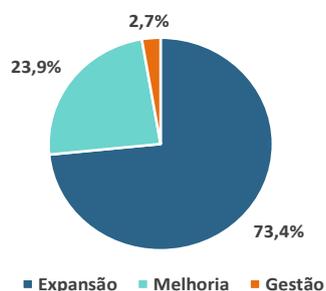
CAPEX (R\$ mil) e CAPEX / Receita Líquida (%)



CAPEX (Em R\$ mil)

Descrição	2020	% AV	2019	% AV	% AH 2020 x 2019
ÁGUA	148.124	57,7%	156.416	68,6%	-5,3%
Expansão	144.918	56,5%	153.234	67,2%	-5,4%
Melhoria	3.207	1,2%	3.182	1,4%	0,8%
ESGOTO	101.597	39,6%	70.614	30,9%	43,9%
Expansão	43.529	17,0%	63.823	28,0%	-31,8%
Melhoria	58.068	22,6%	6.791	3,0%	755,1%
GESTÃO	6.926	2,7%	1.128	0,5%	514,1%
CAPEX TOTAL	256.647	100,0%	228.158	100,0%	12,5%
CAPEX ONEROSO	173.000	67,4%	180.732	79,2%	-4,3%
CAPEX NÃO ONEROSO	83.647	32,6%	47.426	20,8%	76,4%

CAPEX TOTAL 2020



11.PERSPECTIVAS DO NEGÓCIO

11.1. Pesquisa e Desenvolvimento

Troca de conhecimento, promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, criação de tecnologias que beneficiam a sociedade, entre outras, são algumas das vantagens alcançadas a partir de uma colaboração que tem dado certo: a cooperação entre empresas e universidades.

Os desafios da área de saneamento são cada vez maiores e as empresas do setor têm buscado o conhecimento necessário para enfrentar as dificuldades que se impõem também através de interações com a academia. E com a Cagece não poderia ser diferente. Dentro da área de pesquisa, desenvolvimento e inovação, é de extrema importância que a Companhia estabeleça parcerias e colaborações com entidades externas, em especial a área acadêmica. A Cagece busca

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desenvolver projetos com as universidades de forma que os resultados sejam práticos e aplicáveis para a companhia.

Há sempre a possibilidade de alguns produtos e serviços serem comercializados no futuro a partir de pesquisas realizadas, a maioria delas com foco ambiental, social e econômico-financeiro. Muitos desses projetos também atendem aos anseios das áreas técnicas e operacionais que constantemente buscam melhorar os serviços prestados aos clientes. Outra forma de agregar valor à Cagece é a possibilidade de patentear os produtos gerados nas pesquisas como estratégia competitiva.

11.2. Projetos

Os projetos e soluções desenvolvidos são pensados tanto para os processos de tratamento de água e esgoto, como também para a utilização, criação e prospecção de novas tecnologias, nacionais e internacionais.

11.2.1. Projeto Malha D'água

O governo do Estado do Ceará firmou com o Banco Mundial, em 2019, o Projeto de Segurança Hídrica e Governança do Ceará, no valor total de US\$ 174,85 milhões. O valor do financiamento é de US\$ 139,88 milhões e a contrapartida estimada para o governo do Estado é de US\$ 34,97 milhões. O Projeto compreende três componentes principais e um Componente de Contingência e Resposta a Emergências (CCRE) e a sua execução prevê um prazo de 07 anos.

O Componente 01 prevê a promoção da segurança hídrica, a otimização dos custos operacionais, de logística, ambientais e regulatórios, para citar algumas vantagens, com a execução do Projeto Malha D'água (Banabuiú – Sertão Central), que está sendo liderada pela Secretaria de Recursos Hídricos, com participação ativa da Cagece no processo de licitação e, posteriormente, na definição da concepção do projeto e na fiscalização da obra. O projeto de segurança hídrica prevê que a Cagece receberá o sistema e será responsável pela operação e manutenção.

O Componente 02 tem como objetivo melhorar a eficiência do serviço de abastecimento de água em Fortaleza e a eficiência operacional da Cagece. Esse componente inclui dois conjuntos principais de atividades:

(a) Controle e Redução de Perdas de Água: Essa atividade prevê a melhoria da eficiência do abastecimento de água do Sistema Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza. As

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

50 Relatório de Administração Cagece

atividades propostas contribuirão para o Programa de Perdas de Água da Cagece, com foco na implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs) em quatro setores hidráulicos de Fortaleza: Floresta, Aldeota, Expedicionários e Vila Brasil. A implementação dos DMCs permitirá à Cagece o conhecimento detalhado dos problemas relacionados com perdas no sistema, fornecerá melhor equalização de pressões, bem como contribuirá para gerenciar as perdas em áreas menores, trazendo melhores retornos tanto em relação às perdas reais quanto às perdas aparentes. Os níveis mais baixos de perdas esperados deverão aumentar a disponibilidade de água para outros usuários do sistema. Além disso, com a redução de perdas e a adequação das pressões na rede, há também uma previsão de menor demanda de energia.

(b) Assistência Técnica: Esse conjunto de atividades visa apoiar a Cagece na melhoria da sua capacidade de governança e eficiência operacional, com os seguintes estudos:

(i) Estudos econômicos e sociais para revisar a estrutura tarifária da Cagece

(ii) Plano de reestruturação organizacional da Cagece

(iii) Diretrizes para melhoria dos processos do fluxo de empreendimentos

O componente 03 objetiva o fortalecimento na gestão do setor público beneficiando órgãos de assessoria e de controle do Estado.

11.2.2 Matriz Energética

Inspirado nos valores da Companhia, como a inovação e o compromisso com a sustentabilidade, a Cagece atua em diversas frentes rumo a diversificação da sua matriz energética. A seguir, destacam-se as principais iniciativas promovidas pela empresa:

Geração de Energia através de Planta Solar: Com o objetivo de utilizar a radiação solar para produzir energia elétrica, a Cagece instalou uma planta solar que possui uma potência instalada de 74,25kWp. Concebida em forma de estacionamento de modo a promover conforto aos usuários da área, a instalação conta com 270 módulos fotovoltaicos e capacidade para suprir energia do bloco anexo a sede da Cagece, assim como uma loja de atendimento conceito. A usina, implantada em maio/2019 a um custo total de R\$ 456 mil, promoveu apenas em 2020 uma economia de mais de R\$ 39 mil.

Procedimento de Manifestação de Interesse para elaboração de estudos de viabilidade, projetos e estudos técnicos destinados ao projeto de aproveitamento de áreas do canal adutor Castanhão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

51 Relatório de Administração Cagece

- RMF em regime de concessão de uso de bem público para a geração de energia fotovoltaica, na forma de geração distribuída: A Cagece avalia juntamente com a Secretaria de Recursos Hídricos - SRH estudos com o objetivo de utilizar o potencial de geração solar na região do canal adutor do Castanhão. O projeto tem como finalidade produção de energia solar a ser consumida pela Cagece em modelo de geração distribuída e autoprodução de energia e está fortemente vinculado a deliberações regulamentares do setor de energia. Atualmente encontra-se em fase de avaliação final dos estudos.

Mercado Livre de Energia: Em abril de 2020 a Cagece ingressou no Mercado Livre de Energia com as Unidades Consumidoras das Estações de tratamento - ETA Gavião e ETA Oeste. Esse é um projeto pioneiro não apenas para a Cagece, mas para o Estado, pois somos a primeira instituição pública a ingressar no Mercado Livre no Ceará. A iniciativa promoveu uma economia de mais de R\$ 2,6 milhões em 2020, o que representou uma redução de 9,9% no custo de energia destas duas unidades.

11.2.3. Cadastro Comercial e Técnico-georreferenciamento (I-GEO)

O Projeto IGeo encontra-se em implantação, tendo resultados expressivos como a estruturação do banco de dados GIS e o georreferenciamento de 89 % (oitenta e nove por cento) dos clientes em todas as Unidades, georreferenciamento de todas as redes de água e esgoto das Unidades da Capital, além dos principais municípios da Unidade da Bacia Metropolitana e da Bacia do Salgado.

Está sendo realizado o censo de campo mediante contrato de prestação de serviço, a fim de atualizar o cadastro comercial. Para essa atividade foram desenvolvidos aplicativos e sistemas específicos para coleta de dados cadastrais.

Foi adquirido, por meio de licitação, o aparelho de posicionamento geodésico global e encontra-se em fase de licitação o serviço de levantamento das imagens aéreas.

Com a implantação do projeto, as melhorias serão corporativas, com maior precisão dos dados sobre os imóveis e clientes, contribuindo para o planejamento e gestão dos processos da Companhia. Além disso, poderá promover aumento no faturamento, possibilitar a gestão georreferenciada de ativos e a possibilidade de tomada de decisões estratégicas baseada em inteligência geográfica.

11.3. Novos Negócios – Sociedades de Propósito Específico

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11.3.1. Utilitas

Sociedade de Propósito Específico (SPE) visando à implantação e operação de infraestrutura para tratamento e fornecimento de água industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, bem como tratamentos complementares e negócios conexos para as indústrias localizadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Atualmente possui em seu quadro societário a Cagece e a PB Construções, com 15% e 85% de participação na empresa, respectivamente.

Em 2020 a Utilitas promoveu uma série de melhorias no sistema de coleta, resfriamento e destinação final dos efluentes industriais originários da Companhia Siderúrgica Pecém - CSP tais como adequações e melhorias da estação elevatória, revisão da tubulação do emissário final (tubovia) com a troca do trecho do píer e está nos preparativos finais para iniciar a operar tal sistema e iniciar o faturamento junto à CSP. Vale ressaltar que além dos investimentos feitos ao longo do ano de 2020 a Utilitas já havia implantado um emissário entre a referida indústria e a lagoa de resfriamento do sistema de onde haverá o bombeamento e destinação final.

Dentre esses projetos e estudos pode-se destacar o projeto de reuso de efluente proveniente de estações de tratamento da Cagece na Região Metropolitana de Fortaleza e o estudo de captação de água marinha para atendimento à novas termoelétricas. Além disso, há necessidade de projeto para abastecimento da nova área da ZPE, área de retroporto, além de estudo de reuso a partir do reservatório de resfriamento existente que atende a Eneva e CSP, parte integrante do sistema objeto de locação pela Utilitas.

Existe uma grande expectativa de ampliação na atuação da Utilitas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém e, cada vez mais, se confirma que a constituição desta SPE, permite que a Cagece tenha um maior foco no seu core business, a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgoto, sem deixar desassistidas as indústrias e equipamentos do Complexo com relação aos estudos e projetos técnicos necessários, cooperação técnica, implantação e operação de sistemas para abastecimento, coleta, tratamento e reuso, dentre outros serviços.

11.3.2 Tratamento de efluentes industriais com fornecimento de água de reúso

Diante da necessidade de aprimorar o tratamento de efluentes industriais e o interesse da Vicunha em utilizar água de reúso no processo industrial, a Cagece e a Vicunha passaram a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

53 Relatório de Administração Cagece

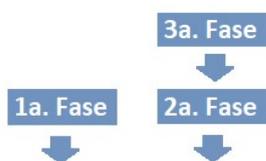
trabalhar juntas em um projeto de tratamento e disposição final de efluentes industriais, e produção de água de reúso para consumo prioritário por parte da Vicunha Têxtil.

O projeto encontra-se em andamento, contempla a instalação e operação de um sistema de tratamento avançado dos efluentes industriais dos municípios de Pacajus e Horizonte e a utilização de parte dos efluentes sanitários da região como água de reúso industrial, a partir de um sistema de polimento. A água produzida será fornecida à Vicunha Têxtil e, futuramente, a outros clientes potenciais nas proximidades.

A implantação do projeto envolve novos investimentos de aproximadamente R\$ 34 milhões, a infraestrutura terá capacidade de tratar inicialmente 50 m³/h de efluentes industriais, podendo ser ampliado até 100 m³/h, de acordo com a necessidade. A produção inicial de água de reúso será de 60 m³/h, mas com potencial de utilização de até 130 m³/h, o que dependerá da demanda industrial da região. Todo o investimento será feito por uma Sociedade de Propósito Específico, a VSA Pacajus, constituída em janeiro de 2020, com participação societária de 49% da Cagece e 51% da Vicunha Serviços, subsidiária do Grupo Vicunha para projetos ambientais.

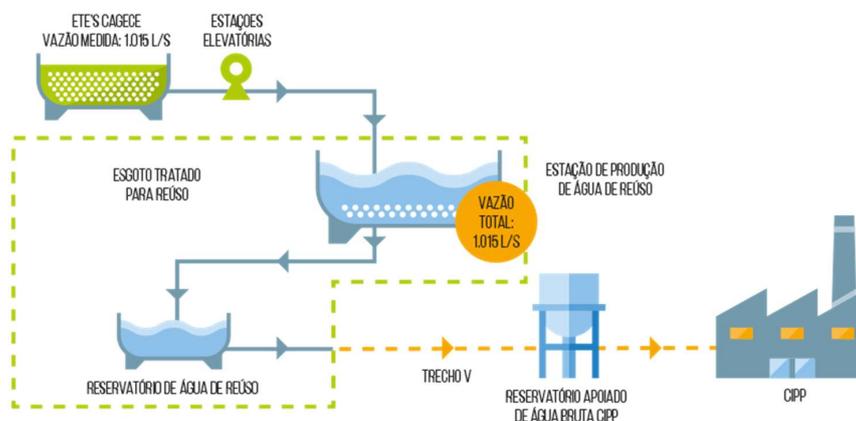
Este empreendimento trará diversos ganhos ambientais pela prática do reúso, reduzindo o consumo de água bruta do canal do trabalhador por parte das indústrias e aumentando a sua oferta para consumo humano. Além disso, o projeto reduz diversos impactos ambientais por possibilitar a eliminação de lançamentos difusos de efluentes por parte das indústrias instaladas no eixo Pacajus-Horizonte.

Outro importante projeto de reúso, em parceria com a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - Cogerh e SRH, é a construção de uma Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) com capacidade inicial de tratamento de 1,15 m³/s, com possibilidade de expansão para 1,6 m³/s, com o objetivo de suprir a demanda hídrica do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Esta estação utilizará como fonte 10 (dez) Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) existentes, localizadas em Fortaleza (RMF) e Caucaia, que serão transformadas em estações elevatórias para o transporte dos efluentes até a EPAR.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

54 Relatório de Administração Cagece



11.4. Universalização e Melhorias operacionais na RMF e RMC

Em 2020 a Cagece iniciou a Modelagem do Projeto da Fase II, em que o BNDES, ao longo desta segunda fase dos estudos técnicos, deverá estruturar o modelo de negócios apresentado ao Governo do Estado do Ceará sob designação de “Parceria Público-Privada (PPP)”, delegando ao operador privado os serviços de coleta, tratamento, transporte e disposição final de esgotos, não incluindo o abastecimento de água tratada inicialmente previsto pelo BNDES. Esta etapa compreende ainda a modelagem econômico-financeira, caderno de encargos, quadro de indicadores de desempenho e insumos para elaboração dos PMSBs.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

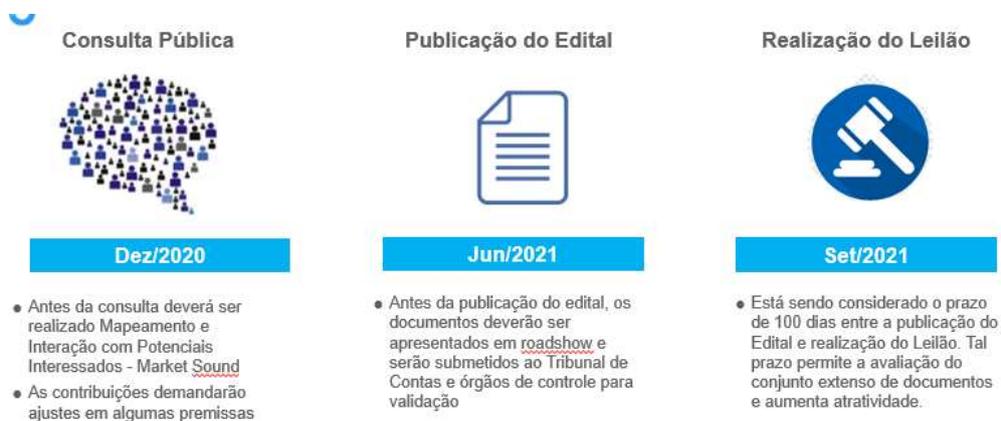
55 Relatório de Administração Cagece



Os gastos incorridos na execução desse contrato totalizam o montante de R\$ 4.176.960,63 (quatro milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e três centavos).

A licitação da PPP para a contratação de empresa visando a Universalização do Esgotamento Sanitário nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri (Etapa 7), dos municípios operados pela Cagece, deverá ocorrer no final do ano 2021 e a assinatura do contrato no segundo semestre de 2022.

Essas ações são imprescindíveis para viabilizar o desenvolvimento dos municípios inseridos nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri, assim como para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nessas regiões.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

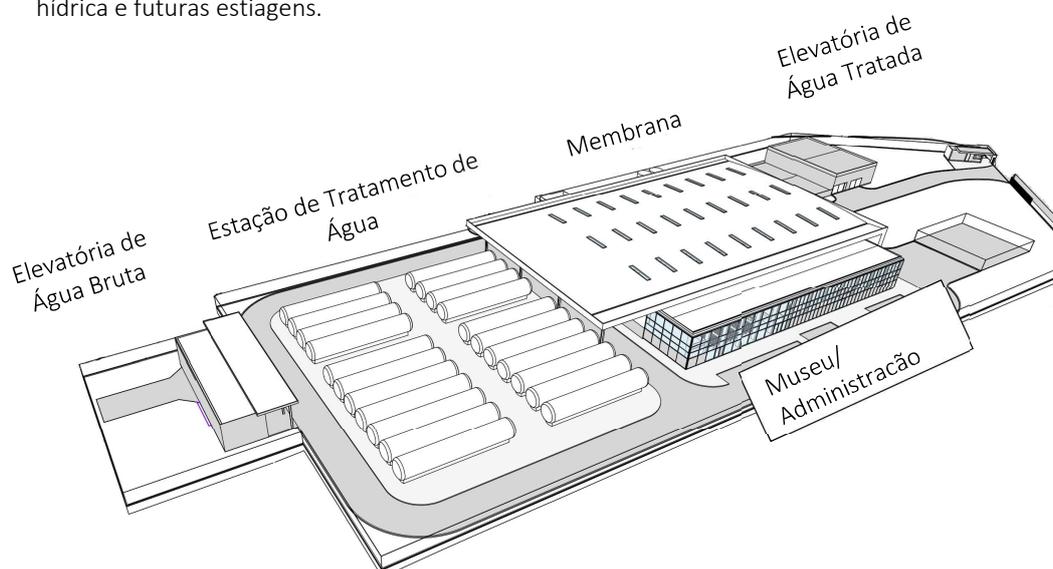
11.5. DESSAL

O projeto de dessalinização é considerado de grande importância estratégica para a Companhia e para o Governo do Ceará, pois permite a diversificação das fontes de água, reduzindo a dependência dos reservatórios, e, conseqüentemente, da ocorrência de bons períodos de chuva.

Essa nova fonte não concorre com outras medidas de segurança hídrica, como por exemplo a redução de perdas e a prática do reúso para fins não potáveis. Na verdade, trata-se de uma medida complementar que deverá ser implementada em paralelo com todas as outras iniciativas já contempladas nos planos de segurança hídrica do estado do Ceará. A implantação de uma tecnologia independente de condições climáticas, como é o caso da dessalinização, é um fator estratégico de extrema importância, pois outras iniciativas de segurança hídrica, como o reúso de águas, dependem do uso original, e, conseqüentemente, do fornecimento de água dos reservatórios.

O processo licitatório foi finalizado em 2020, o vencedor foi o consórcio Águas de Fortaleza, liderado pela empresa Marquise, com a participação da empresa PB Construções e a espanhola Anbegoa Água. Serão executadas etapas pré-constructivas de detalhamento de projeto, elaboração de EIA/RIMA e obtenção de licença de prévia e de instalação.

Espera-se com esse projeto aumentar a garantia hídrica e diversificar as fontes de água de abastecimento da RMF, dando melhores condições à Companhia de enfrentar a atual crise hídrica e futuras estiagens.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

12. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o requerido na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Cagece informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes SS não prestou outros serviços que não estejam relacionados à auditoria externa.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia” ou “CAGECE”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atuava em 152 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Atualmente, a Companhia está atuando no município de Cariús com contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário vencido, o qual está com os processos de renovação suspensos até que sejam votados os vetos do novo Marco Legal do Saneamento Básico, o distrito de Taperuaba no município de Sobral também encontra-se com o contrato vencido e atualmente ocorre o processo de devolução dos serviços ao município.

A partir de abril de 2019 a Companhia passou a aplicar a tarifa média de 15,86% após revisão extraordinária realizada conforme Resolução Cagece 008/19, de 14 de março de 2019 (ARCE e ACFOR - Revisão Ordinária Linear). Durante o ano de 2020, devido a Pandemia do COVID-19, a revisão tarifária foi aprovada pela ARCE em 30 de dezembro, aplicável a partir de 29 de janeiro de 2021.

A seguir estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Status	Data de vencimento	% de faturamento*	Tipo de contrato	Prazos em anos
FORTALEZA	Vigente	03/11/54	55,66	Programa	35
MARACANAÚ	Vigente	27/03/48	5,10	Programa	30
CAUCAIA	Vigente	06/10/55	4,58	Programa	36
JUAZEIRO DO NORTE	Vigente	22/04/50	4,27	Programa	30
ITAPIOCA	Vigente	14/12/46	1,14	Programa	30
MARANGUAPE	Vigente	29/09/54	1,04	Programa	35
SÃO G. DO AMARANTE	Vigente	24/09/54	1,01	Programa	35
PACATUBA	Vigente	01/10/54	1,00	Programa	35
TIANGUÁ	Vigente	27/03/36	0,98	Concessão	30
EUSÉBIO	Vigente	26/09/49	0,98	Programa	30

*Informação não auditada

Impactos da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Em

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

No combate à COVID-19 o setor de saneamento básico é considerado “serviço essencial” para manutenção da qualidade de vida da sociedade, principalmente, para higiene pessoal e limpeza de ambientes, sendo o ato de lavar as mãos com frequência uma das principais medidas de prevenção recomendadas pela OMS.

A saúde, segurança e manutenção de empregos de seus colaboradores também são prioridades para a Companhia. Neste intuito a Administração, com a cooperação da Coordenação de Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida, criou a Comissão de Crise, Acompanhamento e Combate à Propagação do Coronavírus. A Companhia tem adotado diversas medidas para garantir a maior segurança e prevenção para cada um dos colaboradores. Incluem, mas não se limitam a: (i) regime de home office para colaboradores do grupo de risco das áreas administrativas; (ii) afastamento dos colaboradores do grupo de risco da área operacional. O grupo de risco compreende colaboradores acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, respiratórias, imunocomprometidos, em tratamento de câncer, gestantes e lactantes; (iii) isolamento domiciliar de 14 (quatorze) dias para colaboradores que apresentem ou residam com familiar que apresentem sintomas respiratórios e/ou febre; (iv) disponibilização de canal de comunicação para pesquisa interna com colaboradores nas situações previstas no tópico anterior; (v) reforço da comunicação interna através de publicação semanal de boletim interno do panorama do Coronavírus na Companhia; (vi) distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas; (vii) disponibilização de álcool gel e líquido em todos os ambientes da Companhia; (viii) higienização diária das viaturas utilizadas pelas equipes de manutenção operacional; (ix) utilização de termômetros digitais para verificação de temperatura dos colaboradores e eventuais agentes externos presentes em suas instalações; (x) as lojas de atendimento presencial foram reabertas na segunda quinzena de agosto de 2020, com exceção da loja de Novo Oriente, Maracanaú, a qual teve os atendimentos transferidos para a loja da sede de Maracanaú visando a menor exposição dos colaboradores. Todas as lojas estão funcionando com medidas de segurança como medição de temperatura e exigência do uso de máscara tanto para os colaboradores quanto para os clientes, é exigido ainda o prévio agendamento do atendimento pelos meios virtuais.

Em 3 de abril de 2020, foi decretada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e sancionada pelo Governador do Estado a Lei Estadual 17.196/2020 que concede a isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores residenciais de municípios assistidos pela Companhia, que se enquadrem no padrão básico, observado o limite de consumo de 10 (dez) m³/mês, ficando também os consumidores residenciais do padrão básico e regular isentos do pagamento da tarifa de contingência a que se refere o art. 46 da Lei Federal n.º 11.445/2007, durante a situação emergencial em saúde decorrente da pandemia. Os

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

benefícios da referida Lei perduraram até agosto de 2020 por determinação do Decreto do Governo do Estado nº 33.630 de 17 de junho de 2020.

A Lei Estadual 17.196/2020 alcançou os faturamentos a partir 1º de abril de 2020 até 31 de agosto de 2020, com impacto de R\$ 102.714, referentes à isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores residenciais e à suspensão da cobrança da tarifa de contingência de consumidores residenciais do padrão básico e regular.

Objetivando preservar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, a Lei 17.196/2020 autorizou, excepcionalmente, a utilização de recursos provenientes da tarifa de contingência. A Agência Reguladora do Estado do Ceará - ARCE e a Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, autorizaram, por meio da Resolução nº 265, de 8 de abril de 2020 e do Ofício nº 291/2020, de 7 de abril de 2020, a utilização de recursos recebidos em períodos anteriores provenientes da tarifa de contingência para compensar a isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores residenciais. O valor total utilizado foi de R\$ 64.550.

A pandemia do novo Coronavírus tem afetado profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, o que é reflexo da redução na demanda por bens e serviços causada pelas medidas restritivas de distanciamento social.

Neste cenário de incertezas econômicas resultantes da pandemia, o setor de saneamento básico é um dos mais resilientes e a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos do comportamento econômico e social, principalmente nas consequências percebidas pela população atendida nos municípios em que atua.

A Companhia entende não haver riscos na continuidade de suas operações, contudo, apresenta, a seguir, sua melhor análise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo Coronavírus, assim como as ações tomadas para preservação de sua liquidez.

- **Receitas e fluxos de caixa:** Na visão da Companhia, as receitas do setor de saneamento básico, quando comparadas aos demais setores, foram menos afetadas pelos efeitos da pandemia por se tratar de serviços essenciais à população. Visando contribuir com as medidas sociais implementadas pelo Governo do Estado no combate à pandemia, a Companhia suspendeu o corte do fornecimento de serviços para determinadas categorias de consumidores durante a situação de emergência, além disto, uma pressão sobre o fluxo de caixa operacional pode impactar na arrecadação devido ao aumento da inadimplência decorrente da pandemia, reduzindo assim o índice de conversão do EBITDA em Caixa. Com o aumento da inadimplência, ocorreu uma revisão no cálculo da estimativa de perda esperada de créditos de

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

- liquidação duvidosa, que sofreu um aumento durante o ano de 2020 de R\$ 15.284 quando comparada ao mesmo período de 2019;
- **Repactuação de dívidas:** Foram solicitados e atendidos os pedidos da Companhia de suspensão temporária do pagamento de juros e amortização dos contratos de empréstimos e financiamentos com o Banco do Nordeste - BNB e o Finame mantido com o Banco Santander. O primeiro tem previsão de retorno de amortização para fevereiro de 2021, ao passo que o segundo voltou a ser amortizado em outubro de 2020;
 - **Benefícios a empregados:** A Administração avaliou os impactos nos benefícios aos empregados e nas obrigações da Companhia, e entende que, neste período, apesar da grande incerteza no mercado financeiro e dos impactos no cenário da saúde, considerando as melhores informações disponíveis, não há ajuste a ser realizado no registro das provisões decorrentes dos Planos de Aposentadoria e de Assistência Médica;
 - **Ativos vinculados às concessões e ativos de direito de uso:** Adicionalmente, a Administração avaliou e concluiu que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus ativos vinculados às concessões e ativos de direito de uso até o período findo em 31 de dezembro de 2020;
 - **Estoque de segurança de materiais de tratamento de água:** Visando a manutenção de estoque de segurança, foram contatados todos os principais fornecedores de produtos de tratamento da Companhia, os quais informaram que não haveria fechamento das fábricas, o que tem se confirmado até o presente momento. O cronograma de entregas foi mantido e a Gerência de Suprimentos - GESUP está realizando o monitoramento das entregas com os fornecedores para manter os estoques, principalmente das Estações de Tratamento de Água - ETAS Oeste e Gavião, assim como no interior do estado.

A Companhia tem avaliado sistematicamente os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 03 de março de 2021.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática na data de transição para IFRS, sendo que estes bens não são reversíveis ao poder concedente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando estimativas e premissas que afetam montantes divulgados nessas informações e notas explicativas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.7.

(b) Vidas úteis do ativo imobilizado e intangível

A Companhia mensura a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis a fim de refletir o tempo em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos. As premissas de vida útil e cálculos de depreciação e amortização de imobilizados e intangíveis são apresentadas nas Notas Explicativas 2.11 e 2.10 respectivamente.

(c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência que determine se um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros não é recuperável. A Nota 2.6.(c) apresenta a política contábil aplicável para mensuração e evidenciação da estimativa relacionada a redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. A Nota 2.12 apresenta a política contábil aplicável para mensuração e evidenciação da estimativa relacionada a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

(e) Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

(f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Nota 2.17 apresenta as políticas contábeis aplicáveis aos impostos.

(g) Benefícios a empregados

A Companhia registra seus benefícios a pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados a assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo as avaliações atuariais anuais e estão definidas conforme Políticas Contábeis apresentadas na Nota 2.16.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

(b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(c) Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reduz seus ativos financeiros e contratuais ao valor recuperável pelo modelo de perdas esperadas que requer o registro da perda estimada no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base em dados objetivos do “contas a receber”, históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

(d) Passivos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria os “Empréstimos e financiamentos”, “Fornecedores”, “Incentivo à aposentadoria - PRSP”, “Arrendamento mercantil”, “Obrigações com clientes” e “Garantias contratuais de fornecedores”.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

Os critérios para reconhecimento de impairment, atualmente aplicados, consideram que as vendas são pulverizadas entre um grande número de clientes e que o contas a receber de clientes não possui um componente significativo de financiamento, ou seja o faturamento tem vencimento em até 30 dias.

Devido a Pandemia do COVID-19, durante o ano de 2020, por determinação do Governo do Estado, os serviços de cortes foram suspensos e como consequência, clientes que nunca haviam atrasado suas faturas, deixaram de realizar as liquidações. Por isso, a Companhia realizou uma revisão nos critérios de reconhecimento da provisão esperada para perdas com crédito de contas a receber. Associando uma análise quantitativa do total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontravam com pelo menos uma fatura com prazo de inadimplência superior a 180 dias, com uma análise qualitativa de, caso o cliente nunca tenha apresentado histórico de inadimplência junto a Companhia e esta seja uma situação que ocorreu especificamente por conta do período de pandemia, esse cliente não integraria a base da provisão.

2.8. Ativos financeiros - concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

2.9. Estoques

A Administração reconhece saldos de estoques tanto no ativo circulante, como no ativo de contrato que contempla os estoques para obras.

Os estoques são demonstrados ao custo, avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

2.10. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, ajustado ao custo atribuído em anos anteriores em função a convergência às IFRS, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	<u>Anos</u>
Adutoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

(a) Contratos de concessão

Referem-se aos contratos firmados antes da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões - Lei 8.987/95), registrados de acordo com o ICPC 01 (R1).

(b) Contratos de programa

Referentes a contratos firmados após a Lei 11.445/07 - Marco Regulatório, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Ambas as formas são registradas de acordo com o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e, portanto, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo a vida útil dos mesmos e o que excede o tempo da concessão, torna-se ativo financeiro.

(c) Direitos de uso - concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão. Esses direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(d) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Obrigações especiais

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, do Estado, dos municípios e dos consumidores, incluindo os valores recebidos a título de tarifa de contingência, que foram utilizados na aquisição de ativos, doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 1º de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se for o caso.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local em que esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

As baixas do imobilizado são realizadas considerando os valores residuais de itens ou peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

2.12. Operações de arrendamento

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.13. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. É reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Na existência de resultados operacionais superavitários ou deficitários os investimentos em empresas coligadas serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, até o nível zero.

2.14. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios em que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microrregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre os lucros diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados à assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). As avaliações atuariais são anuais. No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAGECE e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. Outro benefício concedido é o plano de assistência à saúde, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais de conhecimento da CAGECE, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Desse modo, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, sob ditames do CPC 33, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa. Quanto ao plano de assistência médica, tendo-se em vista que a CAGECE já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de aumento de passivo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Obrigações de aposentadoria

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável (PCV), em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais à Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Participação nos resultados - obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após determinados ajustes, conforme definido em acordo coletivo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

2.19. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.20. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetivo compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

2.21. Tarifa de contingência

Em 2015, através da Resolução n° 201, de 19 de novembro de 2015, a qual foi alterada pela Resolução n° 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e a Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo n° 003/15 - SUP, foi aprovada a implantação da tarifa de contingência. O mecanismo consiste na cobrança de um valor adicional pelo volume de água que ultrapassar a meta de economia estabelecida para cada cliente nos termos estabelecidos nas referidas resoluções. A aplicação dos recursos provenientes da tarifa de contingência visa cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez e investimentos para redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

Conforme estipulam as regulamentações sobre o tema:

- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência, fica condicionada à aprovação pelas Agências Reguladoras, dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela Companhia;
- A Companhia mantém aplicação financeira vinculada e restrita para administrar os recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência;
- Os ativos físicos constituídos a partir dos recursos provenientes da tarifa de contingência serão considerados como provenientes de recursos não onerosos (participação financeira do usuário), sendo registrados como obrigações especiais;
- Se extinta a vigência da tarifa de contingência, os saldos contábeis das contas vinculadas a esses recursos recebidos, que não estejam comprometidos com inversões do plano de redução de perdas de água, serão considerados pelas Agências Reguladoras (ARCE e ACFOR), no processo tarifário, para fins de modicidade tarifária.

Consequentemente, a Companhia mantém registrados no passivo circulante os valores provenientes da tarifa de contingência os quais ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

2.22. Receita

Receita com vendas e prestação de serviços

É reconhecida tomando por base os serviços medidos de fornecimento de água e a coleta de esgoto no momento em que cumpre as obrigações de desempenho, conforme define o CPC 47, IFRS 15 (Receita de contrato com cliente). As receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada exercício são estimadas e reconhecidas no contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado como receita a faturar.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

A receita é apresentada líquida dos impostos e dos descontos.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros do contas a receber é reconhecida no resultado conforme efetivamente incorridos, pelo regime de caixa.

2.23. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.24. Apresentação de Informação por Segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.25. DVA - Demonstração do Valor Adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais mudanças nas políticas contábeis

3.1. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* - Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- a) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- b) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- c) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- d) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

3.2. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidencição e instrumentos financeiros	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
	Reforma da taxa de referência de juros segunda fase	1° de janeiro de 2021
	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso - recursos antes do uso pretendido	1° de janeiro de 2022
CPC 27 - Imobilizado Melhorias anuais às IFRS - Ciclo 2018 - 2020 CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1° de janeiro de 2022
	Contratos onerosos - custo de cumprimento do contrato	1° de janeiro de 2022
	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1° de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1° de janeiro de 2023

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

i) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “*hedge*” ou “*swap*”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 20)	241.942	208.717
Cotação do USD	5,1967	4,0307
Empréstimos e financiamentos com o BID em USD	46.557	51.782

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 420.161 (R\$ 378.294 em 31 de dezembro de 2019) (Nota 20) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR), (TJLP) e (LIBOR).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1. (d).

(b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes e caixas, aplicações financeiras, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e ativo financeiro - contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes e caixas, aplicações financeiras e depósitos vinculados a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado nas Notas 5, 6 e 7.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos:

- **Particulares** - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.);
- **Órgãos públicos** - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia;
- **Serviços indiretos** - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do inciso V do artigo 40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado em um prazo de 30 dias.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

Com relação aos ativos financeiros - contratos de concessão, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da Diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: (1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); (2) excesso de arrecadação; e (3) operação de crédito (financiamentos).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

As linhas de crédito disponíveis para a Companhia referem-se às linhas já utilizadas nos contratos vigentes. Não existem outras linhas de créditos obtidas mas não utilizadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**▪ **Em 31 de dezembro de 2020**

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	56.247	56.459	129.976	177.479	420.161
Fornecedores	144.133	-	-	-	144.133
Incentivo a aposentadoria - PRSP	18.788	30.130	15.047	35	64.000
Obrigações com clientes	3.086	-	-	-	3.086
Arrendamento mercantil	19.334	2.123	518	-	21.975

▪ **Em 31 de dezembro de 2019**

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	67.696	61.916	94.743	153.939	378.294
Fornecedores	132.767	-	-	-	132.767
Incentivo à aposentadoria - PRSP	32.143	31.205	23.670	3.465	90.483
Obrigações com clientes	3.264	-	-	-	3.264
Arrendamento mercantil	18.026	335	797	-	19.158

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)****(d) Análise de sensibilidade às taxas de juros**

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o pronunciamento técnico CPC 40(R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a instrução CVM nº 475/2008. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável e, portanto, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2020 em 1,90% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um decréscimo da cotação em 25% (1,43% a.a.) e 50% (0,95% a.a.), respectivamente.

Para os passivos financeiros, o cenário I considerou a taxa média de captação de empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 de 5,95% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da taxa em 25% (7,43% a.a.) e 50% (8,92% a.a.), respectivamente.

Dada a exposição do passivo financeiro ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário I: cotação do dólar em R\$ 5,1967 em 31 de dezembro de 2020; (ii) cenário II: cotação do dólar, passando para R\$ 6,4959; e (iii) cenário III, passando a R\$ 7,7951:

Instrumentos financeiros	Risco	31/12/2020		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a convênios indexados ao CDI				
Aplicações Financeiras	Redução do indexador	218.132	221.251	220.204
Impacto no resultado		4.145	3.119	2.072
Depósitos Vinculados	Redução do indexador	85.705	86.931	86.519
Impacto no resultado		1.628	1.226	814
Passivo financeiro				
Empréstimos e financiamentos (Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades, BNDES e BID)				
	Alta do indexador	420.161	451.384	457.629
Impacto no resultado		(24.979)	(31.223)	(37.468)
BID				
Empréstimos em USD (BID)	Alta do US\$	241.942	302.428	362.913
Impacto no resultado		-	(60.486)	(120.971)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

4.2. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	420.161	378.294
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(109)	(594)
Menos: aplicações financeiras (Nota 6)	(218.132)	(139.961)
Dívida líquida	201.920	237.739
Total do patrimônio líquido	2.510.827	2.411.906
Total do capital próprio e de terceiros	2.712.747	2.649.645
Índice de alavancagem financeira - %	7,44%	8,97%

4.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pela agência internacional de rating Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AA	323.663	270.658
AAA (bra)	231	7
Não informado (*)	7	5
	<u>323.901</u>	<u>270.670</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pela agência dos ratings utilizada pela Companhia.

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil S.A.	AA (bra)
Caixa Econômica Federal	AA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA (bra)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos conta movimento	97	391
Bancos conta arrecadação	12	203
	<u>109</u>	<u>594</u>

6. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado a seguir:

	<u>Tipo</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Indexador de referência</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	16.740	89.004
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 400 mil	Renda Fixa	CDI	19.068	1.311
Banco do Brasil S.A.	CP ADMIN SUPREMO S. PUBLICO	Renda Fixa	CDI	1.909	1.205
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Renda Fixa	CDI	87.573	44.383
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	CDI	1.437	121
Caixa Econômica Federal	Fundo Invest Safira	Renda Fixa	CDI	88.567	-
Banco do Nordeste do Brasil	BNB - FI CDB	CDB	CDI	2.838	1.952
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CP	Renda Fixa	CDI	-	1.985
				<u>218.132</u>	<u>139.961</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Essas aplicações financeiras de liquidez imediata se referem a sobras operacionais que são utilizadas para a Cagece reinvestir na operação, a fim de tentar realizar todas as diversas obrigações de universalização e de manutenção e renovação de ativos, as quais não possuem receita tarifária suficiente nem recursos dos orçamentos fiscais federal e estadual para lhes fazer face. Essas momentâneas sobras são absolutamente necessárias para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicadas em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização das mesmas, a fim de que se capitalize mais para maximizar a sua utilização na operação.

Abaixo seguem os percentuais CDI atrelados a cada aplicação.

	Acumulado no exercício de 2020		
	Rentabilidade	CDI	% CDI
BB - FIC Corp. 10 milhões	2,53	2,76	92
BB - FIC Corp. 400 mil	2,24	2,76	81
BB - CP Admin Supremo S. Pub.	2,24	2,76	81
CEF - Mega Referenciado	2,46	2,76	89
CEF - FIC CP Automático	0,85	2,76	31
CEF - FI SAFIRA REF DI LP	2,52	2,76	91
BNB - FI CDB	2,76	2,76	100
BNB-FI RF CP	0,61	2,76	22

7. Depósitos vinculados

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta vinculada	19.955	6.760
Aplicações financeiras vinculadas	85.705	123.355
	105.660	130.115

Os depósitos bancários vinculados estão representados substancialmente por duas situações:

- (i) Recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência, estando tais valores vinculados a desembolsos específicos advindos da estiagem no estado do Ceará.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 76.962 (R\$ 117.060 em 31 de dezembro de 2019) se refere à arrecadação decorrente da tarifa de contingência. A redução em 2020 no saldo dos depósitos vinculados provenientes dos recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência deve-se à suspensão da cobrança da tarifa de contingência de consumidores residenciais do padrão básico e regular (redução de arrecadação) e à utilização dos recursos da tarifa de contingência para compensar a isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores residenciais, conforme prevista e autorizada, respectivamente, na Lei 17.196/2020.

- (ii) Recursos recebidos através de convênios firmados principalmente com o

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 28.698 (R\$ 13.055 em 31 de dezembro de 2019) se refere a repasses que o acionista Governo do Estado faz para obras conveniadas, conforme as regras incidentes em cada espécie, sendo tais valores vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

8. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Particulares	472.029	388.922
Órgãos públicos	22.510	22.629
Tarifa de contingência (a)	54.736	39.965
Serviços indiretos	52.337	51.537
Serviços prestados a faturar	89.370	88.367
	<u>690.982</u>	<u>591.420</u>
Agentes arrecadadores (b)	3.284	6.048
(-) Provisão para perdas de estimadas de créditos (c)	(356.126)	(289.252)
	<u>(352.842)</u>	<u>(283.204)</u>
Total contas a receber de clientes circulante	<u>338.140</u>	<u>308.216</u>
Particulares	3.421	-
Tarifa de contingência (a)	469	-
Serviços indiretos	647	-
Total contas a receber de clientes não circulante	<u>4.537</u>	<u>-</u>
	<u>342.677</u>	<u>308.216</u>

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	<u>260.362</u>	<u>241.758</u>
Vencidos:		
1 a 30 dias	51.133	46.287
31 a 60 dias	23.861	17.770
61 a 90 dias	13.666	9.697
91 a 180 dias	25.159	21.376
mais de 180 dias	321.338	254.532
	<u>695.519</u>	<u>591.420</u>

(a) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução n° 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução n° 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo n° 003/15 - SUP, a tarifa de contingência visa reduzir o consumo de água por parte da população face da situação de escassez de recursos hídricos. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

As bases gerais para cobrança da tarifa de contingência são:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015; A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;
- A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;
- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência;
- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência fica condicionada à aprovação pela ARCE dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela CAGECE. Os recursos estão registrados em depósitos vinculados até a aprovação pela ARCE;

(b) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica “Agentes arrecadadores” referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

(c) Provisão para perdas de crédito estimada

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregados por classes (cliente residencial, comercial, industrial e público). Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, baseando-se na experiência histórica da Administração em relação a arrecadação. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

Observou-se um aumento na PECLD decorrente dos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19 associados à ação tomada pela Companhia, visando contribuir com as medidas sociais implementadas pelo Governo do Estado no combate à COVID-19, de suspensão do corte no fornecimento de serviços para determinadas categorias de consumidores durante a situação de emergência.

A provisão para perdas de crédito estimada apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	(289.252)	(240.787)
Constituição	(197.954)	(113.480)
Constituição de PECLD sobre tarifa de contingência	(9.636)	(6.511)
Reversão (i)	140.716	71.526
Saldos finais	(356.126)	(289.252)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de reversão de R\$ 140.716 está representado, principalmente, por reversões e refaturamentos nos montantes de R\$ 59.292 e R\$ 81.424, respectivamente.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)****9. Tributos a recuperar**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda	10.874	8.577
Contribuição social	3.549	-
PIS	238	442
COFINS	1.109	2.027
REFIS	669	669
Circulante	16.439	11.715
Imposto de renda (a)	55.695	-
Contribuição social (a)	31.805	-
Não circulante	87.500	-
	<u>103.939</u>	<u>11.715</u>

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar

As práticas relacionadas ao reconhecimento da tarifa de contingência foram revisadas, ensejando na reapresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2017 e 2018, bem como dos dois primeiros trimestres do ano de 2019. Antes dessa reapresentação, os recursos de tarifa de contingência eram reconhecidos como receita, no resultado corrente do exercício. Após a revisão das práticas, esses montantes passaram a ser registrados como uma obrigação, no passivo da Companhia.

Para fins de aferição do Lucro Real e da Base de cálculo da CSLL, nos períodos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, a Companhia adotou a política de adicionar os valores correspondentes à "Tarifa de Contingência" na base de cálculo de IRPJ e CSLL, em virtude da sua classificação como receita à época, e conseqüentemente, recolheu o valor destes tributos.

A Receita Federal do Brasil, ao analisar o assunto em consulta formulada por outra concessionária, se pronunciou por meio da Solução de Consulta COSIT n° 222/2018, no sentido de que os valores arrecadados referentes à tarifa de contingência devem ser considerados como receitas e, portanto, oferecidos à tributação pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Apesar do posicionamento da Receita Federal do Brasil, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, a definição de receita tributável é representada pelo ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições. Bem como, para o Supremo Tribunal Federal, faturamento ou receita são expressões que quantificam o resultado das atividades econômicas dos contribuintes, abrangendo aquilo que se agrega definitivamente ao seu patrimônio. Qualquer ingresso que não seja nem resultado dessas atividades nem se agregue de modo definitivo ao referido patrimônio jamais poderá ser incluído no conceito de receita ou faturamento.

Assim, considerando que: (i) a aplicação e a destinação dos recursos decorrentes da Tarifa de Contingência dependem sempre de autorização prévia regulatória e, (ii) que a CAGECE não é beneficiária dos recursos em questão, pois estes necessariamente se convertem em ativos provenientes de recursos não onerosos (participação financeiro do usuário), ou havendo saldo remanescente não investido serão considerados para fins de modicidade tarifária, resta evidente que os valores cobrados a esse título não se confundem com o conceito de receita/faturamento, por conseqüência, não podem tais valores serem submetidos à cobrança do PIS/COFINS, CSLL e IRPJ.

Adicionalmente, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram e emitiram parecer onde demonstram entendimento de que a Tarifa de Contingência não pode ser considerada receita, uma vez que não preenche os requisitos exigidos pelas normas contábeis e pela legislação e, principalmente, pela jurisprudência administrativa e judicial atualmente consolidada. E por esta razão não deve se sujeitar à tributação de IRPJ, CSLL, PIS e

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

COFINS.

Diante disso, a Companhia procedeu com as retificações das obrigações acessórias dos períodos citados acima com vistas a: (i) adequar a apuração fiscal com as demonstrações financeiras da CAGECE do período em questão, e (ii) contabilizar os créditos relativos à recuperação dos valores pagos a título de IRPJ e CSLL incidentes sobre a tarifa de contingência, bem como o registro da baixa do ativo diferido relativo a IRPJ e CSLL calculados sobre a tarifa de contingência. Segue o impacto por ano:

ANO	Constituição de Crédito Tributário		Atualização Monetária do Crédito	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
2016	5.934	4.577	2.188	1.443
2017	5.163	2.652	962	507
2018	9.725	6.220	1.188	725
2019	17.590	10.026	1.244	614
2020	11.520	4.953	181	88
	49.932	28.428	5.763	3.377

Adicionalmente, o crédito tributário diferido reconhecido ao longo dos anos, no montante de R\$ 32.261 e 23.865 de IRPJ e CSLL, respectivamente foi estornado.

10. Projetos**(a) Projeto KfW**

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW Bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. O projeto KfW III tem prazo de finalização para dezembro de 2021, ao passo que o KfW II está aguardando a aprovação da prestação de contas. Após o encerramento da execução do projeto, será realizada a prestação de contas que, após aprovada, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos passarão a ser operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural - SISAR.

O valor da conta de ativo, no montante de R\$ 53.911 (R\$ 53.797 em 31 de dezembro de 2019), denominada de Projeto KfW - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW - recursos recebidos, no montante de R\$ 51.231 (R\$ 50.186 em 31 de dezembro de 2019), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

A diferença entre estas contas de R\$ 2.680 (R\$ 3.611 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

11. Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Causas cíveis	1.485	3.360
Contingências vinculadas - cíveis	(176)	(78)
Causas trabalhistas	3.346	3.369
Contingências vinculadas - trabalhistas	(2.487)	(2.179)
Causas tributárias	4.876	4.771
Contingências vinculadas - tributárias	(138)	-
	<u>6.906</u>	<u>9.243</u>

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2019	<u>3.282</u>	<u>1.190</u>	<u>4.771</u>	<u>9.243</u>
Novos depósitos (a)	7.275	1.293	15	8.583
Reversões (b)	(9.289)	(1.425)	-	(10.714)
Atualização monetária	139	109	90	338
Compensação com causas judiciais	(98)	(308)	(138)	(544)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	<u>1.309</u>	<u>859</u>	<u>4.738</u>	<u>6.906</u>

- (a) Do montante de R\$ 7.275 relativos às causas cíveis, tem-se como valores mais relevantes R\$ 4.430 que se referem ao processo 229481.82.2000.8.06.0001/0 que trata de ressarcimento contratual junto à Master Incosa Engenharia Ltda;
- (b) Do montante de reversões de R\$ 9.289 relativos às causas cíveis, tem-se como valores mais relevantes R\$ 6.695 referentes ao processo 229481.82.2000.8.06.0001/0 já citado no item (a) acima.

12. Depósitos vinculados a garantias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco do Brasil S.A.	10.652	10.599
Caixa Econômica Federal	2.647	2.597
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	6.883	6.701
Garantias contratuais	66	67
	<u>20.248</u>	<u>19.964</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 7.048 (R\$ 6.926 em 31 de dezembro de 2019) e conta reserva no valor de R\$ 3.604 (R\$ 3.673 em 31 de dezembro de 2019), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essa instituição financeira.

13. Ativos financeiros - contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é regulado na capital do estado do Ceará, pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR e no interior do estado do Ceará, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final das concessões, é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 72.055 (R\$ 119.865 em 31 de dezembro de 2019) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes saldos foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. A despesa por atualização do ativo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 1.748 (Receita de R\$ 57.781 em 31 de dezembro de 2019), conforme Nota 40.

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2019	Transferência para o ativo intangível	Atualização do ativo financeiro	31/12/2020
Ativo financeiro	119.865	(46.062)	(1.748)	72.055
	<u>119.865</u>	<u>(46.062)</u>	<u>(1.748)</u>	<u>72.055</u>

	31/12/2018	Transferência para o ativo intangível	Atualização do ativo financeiro	31/12/2019
Ativo financeiro	224.361	(162.277)	57.781	119.865
	<u>224.361</u>	<u>(162.277)</u>	<u>57.781</u>	<u>119.865</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a transferência do ativo financeiro para o a intangível ocorreu devido à renovação de trinta contratos de concessão no exercício de 2019, dentre os quais está o contrato com o município de Fortaleza. Os prazos dos contratos aumentaram entre 30 e 35 anos. Em decorrência deste aumento, um valor maior de intangíveis poderá ser amortizado dentro dos prazos das concessões, reduzindo, assim, o ativo financeiro.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 a transferência do ativo financeiro para o a intangível ocorreu devido à renovação dos contratos de concessão com os municípios de Acopiara, Aracoiaba, Barbalha, Barreira, Bela Cruz, Campos Sales, Crateús, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Quixadá, Russas, Tauá, Uruburetama, Viçosa do Ceará e com os distritos de Aprazível e Jaibaras em Sobral - Ce. Os prazos dos contratos aumentaram 30 anos.

A taxa WACC, utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro, sofreu, no exercício de 2020 um aumento de 10,29% para 11,04%.

A concessão da Companhia, com exceção do Município de Fortaleza, não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Para o Município de Fortaleza, a Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto do Município.

14. Investimentos

O montante de R\$ 658 refere-se ao investimento realizado na empresa VSA Pacajus - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. constituída em 29 de janeiro de 2020 em conjunto entre a Companhia e a Vicunha Serviços Ltda. Conforme instrumento particular de contrato de associação e outras avenças, a Companhia detém 49% (quarenta e nove por cento) das ações. A investida tem como atividade a prestação de serviços privados de coleta, transporte, tratamento e disposição de efluentes industriais, bem como a produção e distribuição de água industrial e de reuso de água não potável. Em 2020 o resultado de equivalência patrimonial gerou uma despesa de R\$ 16.

A Companhia também apresenta um investimento na Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A., em conjunto com a Pb Construções Ltda. A Cagece detém 15% da Participação Societária desta Sociedade, onde foi investido um montante de R\$ 1,5. A investida tem como atividade principal a projeção, implantação e prestação de serviços de tratamento e fornecimento de Água Industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, e/ou tratamento complementares e negócios conexos relacionados a utilidades industriais no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. No Estado do Ceará. O investimento, no ativo da Companhia, encontra-se zerado devido a investida está em fase pré-operacional e ainda apresentando prejuízo.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Imobilizado

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	23.511	(5.968)	17.543	15.780
Edificações	25.563	(6.819)	18.744	19.120
Computadores e periféricos	11.336	(7.320)	4.016	3.142
Máquinas e equipamentos	5.678	(4.203)	1.475	3.200
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	8.716	(6.719)	1.997	1.388
Instalações	165	(91)	74	60
Veículos	1.190	(917)	273	404
Ferramentas	142	(95)	47	31
	90.550	(32.132)	58.418	57.374

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2019	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2020
Ativo de arrendamento	15.780	24.778	(4.362)	-	(18.653)	17.543
Edificações	19.120	-	(181)	295	(490)	18.744
Computadores e periféricos	3.142	202	(41)	1.868	(1.155)	4.016
Máquinas e equipamentos	3.200	138	(23)	(1.359)	(481)	1.475
Terrenos	14.249	-	(138)	138	-	14.249
Móveis e utensílios	1.388	163	(20)	956	(490)	1.997
Instalações	60	-	-	35	(21)	74
Veículos	404	-	(4)	22	(149)	273
Ferramentas	31	15	(14)	25	(10)	47
	57.374	25.296	(4.783)	1.980	(21.449)	58.418

	31/12/2018	Adoção Inicial IFRS 16	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2019
Ativo de arrendamento	-	16.475	20.827	(2.964)	-	(18.558)	15.780
Edificações	19.608	-	-	-	-	(488)	19.120
Computadores e periféricos	3.257	-	5	(4)	924	(1.040)	3.142
Máquinas e equipamentos	3.282	-	151	(42)	359	(550)	3.200
Terrenos	14.249	-	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	1.860	-	2	(17)	91	(548)	1.388
Instalações	72	-	1	-	-	(13)	60
Veículos	529	-	-	-	1	(126)	404
Ferramentas	40	-	-	-	1	(10)	31
	42.897	16.475	20.986	(3.027)	1.376	(21.333)	57.374
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	(181)	-	-
	43.078	16.475	20.986	(3.027)	1.195	(21.333)	57.374

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

A seguir, demonstramos a vida útil de cada grupo de ativos.

	<u>Vida útil (anos)</u>
Computadores e periféricos	5 a 10
Edificações	20 a 67
Ferramentas	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Veículos	5
Ativo de arrendamento	Conforme contrato

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

16. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição (a)</u>	<u>Baixa (b)</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2020</u>
Contratos de concessão	394.218	160.731	(217)	(110.745)	443.987
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(234.666)	(105.673)	-	81.954	(258.385)
Estoque de obras	70.083	73.436	(11.456)	(69.915)	62.148
	<u>229.635</u>	<u>128.494</u>	<u>(11.673)</u>	<u>(98.706)</u>	<u>247.750</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2019</u>
Contratos de concessão	464.180	113.710	(996)	(182.676)	394.218
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(254.843)	(47.425)	16.126	51.476	(234.666)
Licença de uso de software	68	84	-	(152)	-
Estoque de obras	42.948	98.930	(17.773)	(54.022)	70.083
	<u>252.353</u>	<u>165.299</u>	<u>(2.643)</u>	<u>(185.374)</u>	<u>229.635</u>

(a) Adição

	<u>Adições no exercício de 2020</u>	<u>Adições no exercício de 2019</u>
Contratos de expansão	30.518	25.879
Contratos de obras	120.880	84.318
Obrigações especiais	(105.673)	(47.425)
Estoques de obras	73.436	98.930
Outras adições	9.333	3.597
	<u>128.494</u>	<u>165.299</u>

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

As adições ao ativo de contrato estão representadas substancialmente pelas aquisições de materiais e custos de serviço das expansões e execuções de obras, sendo as principais as que seguem: (i) Execução de Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário de Maracanaú-CE; (ii) Execução dos Serviços de Pavimentação e Recapeamento Asfáltico, por Meio de Fresagem com Vista às Obras de Esgotamento Sanitário no Município de Fortaleza; (iii) Execução das Obras de Ampliação do Sistema de Reservação e Macrodistribuição de Água da Região Metropolitana e Reservatório do Taquarão e Adutoras; (iv) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Russas-Ce e (v) Execução de Obras Remanescentes-Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Conjunto São Cristóvão Sub-Bacia CD-04 em Fortaleza-Ce;

- (b) Em função de a Companhia ter adotado como política contábil classificar ativo de contrato os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, mas que possuem maior representatividade na construção de ativos, a aplicação desses materiais na manutenção dos ativos da Companhia está representada como parte das baixas ao ativo de contrato.

17. Intangível

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	4.184.510	(1.358.638)	2.825.872	2.738.235
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(299.392)	58.288	(241.104)	(167.666)
	3.885.118	(1.300.350)	2.584.768	2.570.569
Softwares	12.303	(6.896)	5.407	960
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(915)	9.085	9.419
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.304)	1.096	1.160
Outorga - município de Frecheirinha	226	(108)	118	127
	24.929	(9.223)	15.706	11.666
	3.910.047	(1.309.573)	2.600.474	2.582.235

No decorrer do exercício de 2020 foram renovados dezesseis contratos, os quais geraram uma recomposição de R\$ 46.062 (R\$ 162.277 em 2019) no valor do intangível, devido ao prazo maior para amortização desses intangíveis dentro das concessões.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortiza</u>
Concessão - água e esgoto	2.738.235	4.238	(9.502)	179.167	(135
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(167.666)	-	191	(82.735)	1
Softwares	960	5.015	-	294	
Outorga - município de Maracanaú	9.419	-	-	-	
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.160	-	-	-	
Outorga - município de Frecheirinha	127	-	-	-	
	<u>2.582.235</u>	<u>9.253</u>	<u>(9.311)</u>	<u>96.726</u>	<u>(124</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortiz</u>
Concessão - água e esgoto	2.467.461	114.339	(15.264)	235.429	(22
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(58.798)	(99.092)	1.521	(51.476)	3
Softwares	1.236	27	-	226	
Outorga - município de Maracanaú	9.751	-	-	-	
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.232	-	-	-	
Outorga - município de Frecheirinha	138	-	-	-	
	<u>2.421.020</u>	<u>15.274</u>	<u>(13.743)</u>	<u>184.179</u>	<u>(186</u>

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 12.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

18. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços e locações	103.157	98.262
Material	21.188	18.530
Obras	13.604	10.492
Outros	6.184	5.483
Saldo final	<u>144.133</u>	<u>132.767</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2020 e 2019 refere-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

O principal saldo de fornecedores é relativo a serviços e locações. Em 31 de dezembro de 2020, estes podem ser divididos em serviços de terceirização de mão de obra no total de R\$ 44.218 (R\$ 40.535 em 31 de dezembro de 2019) e demais serviços e locações no montante de R\$ 58.939 (R\$ 57.727 em 31 de dezembro de 2019).

19. Arrendamento mercantil

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	19.334	18.026
Não circulante	2.641	1.132

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	<u>19.158</u>	<u>-</u>
Adoção inicial IFRS 16	-	16.475
Acréscimo	24.778	20.827
Amortizações (principal e juros)	(19.061)	(15.180)
Baixas	(4.362)	(2.964)
Juros incorridos	1.462	-
Saldo final	<u>21.975</u>	<u>19.158</u>

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)****20. Empréstimos e financiamentos**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	103.480	117.979
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (ii)	-	345
Banco Santander (iii)	1.853	2.193
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (iv)	18.144	32.969
Banco do Nordeste (vi)	54.742	16.091
	<u>178.219</u>	<u>169.577</u>
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (v)	241.942	208.717
	<u>420.161</u>	<u>378.294</u>
Circulante	56.247	67.696
Não circulante	363.914	310.598

(i) Caixa Econômica Federal

Tratam-se de contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a., com saldo devedor e prestações reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade dos saldos das contas vinculadas do FGTS, taxa de risco de crédito de até 1,70% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O pagamento da última parcela ocorrerá em 2032. Foram oferecidas como garantias as arrecadações decorrentes da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondentes a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base. A posição em dezembro de 2020 corresponde a 17 contratos vigentes. Existe ainda uma operação FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) tendo como operador a Caixa Econômica Federal, contratada em dezembro/2016, com as seguintes características: Sistema de Amortização Constante, prazo total de 60 meses, com carência de 24 meses para início da amortização e pagamento de encargos durante o período de carência a cada 3 meses (trimestrais). Saldo devedor corrigido pela TJLP (a TJLP foi substituída pela TLP apenas para os contratos firmados a partir de 01 de janeiro de 2018) + 5,91%, incluindo os encargos remuneratórios do operador. Os recebíveis da Companhia foram dados como garantia da operação.

(ii) Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará

Surgiram a partir de convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de financiamentos obtidos pelo Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, sendo posteriormente reembolsado pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Atualmente existe apenas um contrato vigente, com vencimento em agosto de 2021. Nessas operações foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE).

As operações relacionadas às obrigações junto ao Governo do Estado do Ceará foram liquidadas em 06 de março de 2020 de forma antecipada após verificar que o desconto obtido com a quitação antecipada da parcela era superior à estimativa dos rendimentos obtidos nas aplicações mantidas junto a Fundos de Investimentos de Longo Prazo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

(iii) Banco Santander

Em 2017 foram aprovadas 6 (seis) operações FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) junto ao BNDES, tendo como operador o Banco Santander, antes da substituição da TJLP pela TLP. O valor total das operações é de R\$ 6,5 milhões sendo 50% contrapartida da Companhia. Todas as operações possuem características similares: Prazo total de 60 meses, sendo 6 de carência e 54 de amortização, saldo devedor corrigido pela TJLP + 5,10% a.a. já incluído nesse percentual a remuneração do agente, pagamento de encargos no período de carência (trimestral). Já ocorreram todas as liberações relacionadas as operações aprovadas, estando já em fase de amortização.

Os pagamentos destes FINAMES estiveram suspensos até setembro de 2020, após solicitação da Companhia justificada pela necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro em razão dos efeitos da COVID-19.

(iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Contrato nº 10.2.2006.1 destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$ 155,62 milhões.

O Contrato nº 12.2.0618.1 destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$ 28,38 milhões.

Os encargos financeiros incidem sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 10.2.2006.1 e 2,71% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 12.2.0618.1. O principal da dívida do contrato nº 10.2.2006.1 deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação vencendo em 15 de janeiro de 2021. Com relação ao contrato nº 12.2.0618.1, o principal da dívida deverá ser pago em 108 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de setembro de 2015 e a última prestação vencendo em 15 de agosto de 2024.

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter os seguintes índices econômicos financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Contrato	Índice	Meta	Apuração
BNDES	EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
	Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
	Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

- **EBITDA Ajustado:** é igual ao Resultado Operacional antes das despesas (receitas) financeiras, impostos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), acrescido da depreciação e amortização e subtraído dos ajustes de IFRS;
- **Serviço da Dívida:** é igual ao somatório das amortizações de principal com os pagamentos de juros;
- **Dívida Líquida Ajustada:** é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures excluído o saldo de caixa e equivalentes de caixa;
- **Outras Dívidas Onerosas:** referem-se ao parcelamento de dívidas tributárias

Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES. Todas as obrigações contratuais vêm sendo cumpridas não havendo, portanto, necessidade de constituição de garantias adicionais.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

(v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que têm por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais, com vencimentos nos meses de abril e outubro.

(vi) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Em 31 de dezembro de 2020 haviam 2 contratos de empréstimos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil. São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados à ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

O primeiro contrato foi assinado em 29 de junho 2018. E é referente aos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R\$ 164,7 milhões. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPC-A, de Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. A Juros Básicos Fixos - (JBF) constante no contrato é de 2,0766% a.a. Também são cobrados encargos financeiros equivalentes incidentes sobre recursos do FNE de 0,17% a.m. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram em setembro/2019. Em fevereiro de 2020 houve o pagamento da segunda parcela de juros do referido contrato.

Com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro da Companhia em razão dos efeitos da COVID-19 foi solicitado e atendido o pedido de suspensão temporária do pagamento de juros e amortização deste contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB. A previsão de retorno dos pagamentos está para fevereiro de 2021.

O segundo foi assinado em 27 de agosto de 2020 e refere-se aos municípios do Eusébio, Fortaleza, Itapipoca e Juazeiro do Norte, além de objetivar também a construção da sede da unidade de negócio de Ibiapina, modernização da gestão dos prestadores de serviço, apoio institucional ao desenvolvimento de projeto no setor de saneamento básico e modernização e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário. O valor total do financiamento é de R\$ 219,6 milhões. Até 31 de dezembro de 2020 o montante total liberado somava R\$ 11,3 milhões. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPC-A, de Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. A Juros Básicos Fixos - (JBF), considera-se o fator de localização (FL). Sobre o valor de R\$ 55,7 milhões incidirá o FL 0,9 (nove décimos) e JBF à taxa de 0,7928% a.a. e sobre o valor de R\$ 163,9 milhões, incidirá FL 1,1 (um inteiro e um décimo) e JBF à taxa de 0,969% a.a. O primeiro desembolso relativo ao referido contrato tem previsão de início em agosto de 2021.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos iniciais	378.294	397.096
Novas liberações	46.853	29.201
Amortizações (principal e juros)	(91.290)	(82.055)
Juros e variações monetárias	24.284	24.515
Transferências intangível - Juros capitalizados	1.606	18
Variação cambial	60.414	9.519
Saldos finais	<u>420.161</u>	<u>378.294</u>

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Entre 2 e 3 anos	56.459	61.916
Entre 3 e 4 anos	45.304	38.632
Entre 4 e 5 anos	43.820	28.055
Entre 5 e 6 anos	40.852	28.055
Entre 6 e 7 anos	40.852	28.055
Entre 7 e 8 anos	40.852	28.055
Entre 8 e 9 anos	40.823	28.055
Entre 9 e 10 anos	40.559	28.027
Acima de 10 anos	14.393	41.748
	<u>363.914</u>	<u>310.598</u>

21. Obrigações sociais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários, férias e 13º salários	27.242	23.206
INSS sobre Salários, férias e 13º salários	8.671	6.965
FGTS sobre Salários, férias e 13º salários	2.719	2.260
Benefícios concedidos	1.494	1.370
Consignações e empréstimos	1.680	1.764
Outras obrigações	407	408
	<u>42.213</u>	<u>35.973</u>

Durante o ano de 2020, a Companhia optou pela prorrogação do prazo para pagamento do INSS Patronal, determinado pela Portaria ME n° 139/2020, alterada pelas Portarias ME n° 150/2020 e ME n° 245/2020, desta maneira, os valores de INSS Patronal dos períodos de apuração de março, abril e maio de 2020 tiveram seus prazos de recolhimentos prorrogados para agosto, outubro e novembro de 2020. Também houve a postergação do recolhimento de FGTS das competências de março, abril e maio, as quais foram quitadas em 6 (seis) parcelas, a primeira iniciando em julho de 2020 e terminando em dezembro de 2020.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Incentivo à aposentadoria - PRSP**22.1. Composição**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Incentivo à aposentadoria - PRSP	79.716	111.211
Ajuste a valor presente	(15.716)	(20.728)
	<u>64.000</u>	<u>90.483</u>
Circulante	18.788	32.143
Não circulante	45.212	58.340

22.2. Movimentação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos iniciais	90.483	98.725
Pagamentos	(32.912)	(37.258)
Despesa financeira	7.904	12.662
Incrementos	-	24.292
Reversões	(780)	-
Ajuste a valor presente (a)	(695)	(7.938)
	<u>64.000</u>	<u>90.483</u>

22.3. Cronograma de realização

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
1 ano	18.788	32.143
Entre 1 e 2 anos	30.130	31.205
Entre 2 e 5 anos	15.047	23.670
Mais de 5 anos	35	3.465
	<u>64.000</u>	<u>90.483</u>

a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD - 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentadoria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, em que após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindirá o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Dentre as composições do plano mencionadas na norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de seis anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 11,04%, correspondente à taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia na data das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014 a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD - 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

b) PRSP II

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da Norma Interna SAD - 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30 de abril de 2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30 de abril de 2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30 de maio de 2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (6) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido o benefício aos dependentes legais deste; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11,04%, correspondente à taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia na data das demonstrações financeiras.

c) PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III) através da resolução Nº 011/17/DPR. Posteriormente alterada pela resolução Nº 016/17/DPR, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida neste Regulamento.

O presente plano se destina aos empregados do quadro próprio que atendam as condições expressas neste Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31 de dezembro de 2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

O prazo para adesão se iniciou na data da publicação deste Regulamento e se encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017.

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 16 (dezesesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev; (vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11.04%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)****23. Tributos a Recolher**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda - reinvestimento	2.739	1.457
REFIS IV (a)	9.431	15.969
COFINS	6.166	7.744
Previdência social	2.885	2.055
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	14.643	1.533
Parcelamento Tributos Federais (c)	13.824	6.870
PIS	1.313	1.676
ISS	2.043	1.549
IRRF sobre a folha de pagamento	3.171	2.656
Outros	4.162	2.700
	<u>60.377</u>	<u>44.209</u>
Circulante	43.572	27.397
Não circulante	16.805	16.812

São registrados neste grupamento todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços, administrativos e de pessoal, tais como o Imposto de Renda, as Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, Contribuições Previdenciárias - INSS, Impostos municipais, Impostos estaduais e valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento.

- (a) A consolidação do Refis IV ocorreu em 25 de agosto de 2009 (Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009). Os débitos foram parcelados em até 180 (cento e oitenta) prestações mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 20% (vinte por cento) das isoladas, de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal. Seguem dados adicionais sobre os refinanciamentos:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1136 - ART. 1º Débitos Previdenciários PGFN	158	43	07/2024
Código 1194 - Art.1º Demais Débitos PGFN	158	43	07/2024
Código 1233 - Art.1º Débitos Previdenciários RFB	158	43	07/2024
Código 1279 - Art.1º Demais Débitos RFB	158	15	03/2022
Código 1285 - Art.3º Demais Débitos RFB	132	17	05/2022

- (b) O crescimento dos valores de imposto de renda e contribuição social a recolher deve-se, principalmente, ao fato de a Companhia ter passado a tributar a receita de isenção que não estava sendo realizada em virtude da tributação que ocorria na Tarifa de Contingência. No momento em que se deixou de tributar a obrigação com tarifa de contingência, passou-se a reconhecer a receita da isenção, como receita devida e, portanto, tributável.
- (c) Parcelamento convencional no âmbito da PGFN, consolidação do 0002 - Parcelamento Simplificado - Pessoa Jurídica, de que trata o art. 14-C da Lei 10.522, de 2002. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1734 - Parcelamento convencional dívida não previdenciária	60	20	08/2022
Código 1734 - Parcelamento convencional dívida não previdenciária	60	23	11/2022

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Parte do valor refere-se ao parcelamento convencional no âmbito da Receita Federal, referente ao Processo nº 11234.7200001/2020-07 de multas regulamentares diversas. A ciência ocorreu em 02 de setembro de 2020. Em 29 de setembro de 2020 foi registrada uma solicitação de juntada de requerimento solicitando o desmembramento da parte referente à multa por descumprimento de obrigação acessória. Foi concedida redução das multas passíveis de redução, no seguinte percentual, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.218/91, com a redação dada pelo artigo 28 da Lei nº 11.941/09: II - 40% (quarenta por cento), se for requerido o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste auto de infração. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 2203 - Multas Regulamentares Diversas	60	57	09/2025

24. Obrigações com tarifa de contingência

Refere-se aos recursos recebidos provenientes da tarifa de contingência no qual ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas de água. Abaixo segue a movimentação do saldo:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	182.341	123.172
(+) Recursos faturados decorrente tarifa de contingência	121.871	128.447
(-) Isenção Lei nº 17.196/2020 (a)	(64.550)	-
(-) Pis e Cofins sobre tarifa de contingência	(6.906)	(12.319)
(-) Ressarcimento de despesas	(34.266)	(33.237)
(+) Rendimento das aplicações financeiras	4.134	4.738
(-) Despesas financeiras	(129)	(764)
(-) Provisão da perda oriunda da tarifa de contingência	(9.637)	(6.511)
(-) Investimentos	(27.561)	(21.185)
(+) Estorno IR/CS Pagos (b)	10.149	-
Saldo final	175.446	182.341

(a) Utilização dos recursos provenientes da tarifa de contingência para compensação à Companhia em face da isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores que se enquadrem no padrão básico, observado o limite de consumo de 10 (dez) m³/mês, conforme previsto no art. 1º, inciso II da Lei 17.196/2020, uma das medidas tomadas pelo Governo do Estado no combate à pandemia de COVID-19, já explanadas nas notas explicativas 1, 8 (a) e 2.19.

(b) Conforme nota explicativa 09, A Companhia não adotava a prática de exclusão dos valores correspondentes à "Tarifa de Contingência" das bases de aferição do Lucro Real e da Base de cálculo da CSLL, realizando, portanto, pagamentos desses impostos e, como consequência, reduzindo a obrigação com Tarifa de Contingência. Porém, com a revisão dessas bases, ocorreu o reconhecimento de impostos a recuperar, o estorno de tributos diferidos e a reconstituição da parte equivalente a Obrigação.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)****25. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar****Saldos a distribuir por acionista**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Governo do Estado do Ceará	20.368	6.009
Prefeitura Municipal de Fortaleza	2.700	778
Demais acionistas minoritários	65	63
	<u>23.133</u>	<u>6.850</u>

Dos dividendos mínimos de 2020, o montante de R\$ 31.405 foi pago a título de juros sobre o capital próprio por estarem dentro do limite aceitável, ao passo que o montante de R\$ 1.695 foi constituído a título de dividendos adicionais. Abaixo segue a movimentação do saldo dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	6.850	32.204
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	(6.787)	34.347
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio	33.100	6.787
Pagamento de dividendos	-	(59.034)
Pagamento de juros sobre o capital próprio a título de dividendos	(10.030)	
Integralização ao capital social	-	(7.454)
Saldo final	<u>23.133</u>	<u>6.850</u>

Abaixo segue o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	134.598
Constituição da reserva legal (5% sobre o lucro líquido do exercício de 2020)	(6.730)
Lucro a destinar	<u>127.868</u>
Constituição de reserva de incentivos fiscais do exercício de 2020	(21.356)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial do exercício de 2020	25.888
Base de cálculo de dividendos	<u>132.400</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	33.100

26. Provisão para contingências

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Causas cíveis	41.322	30.926
Depósito judicial vinculado - cíveis	(176)	(79)
Causas trabalhistas	20.694	16.275
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(2.487)	(2.178)
Causas tributárias	1.341	1.664
Depósito judicial vinculado - tributárias	(138)	-
	<u>60.556</u>	<u>46.608</u>

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

A movimentação da provisão no ano está demonstrada a seguir

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2018	51.938	5.914	-	57.852
Adições	4.802	6.836	1.664	13.302
Juros	3.249	6.250	-	9.499
Reversão	(29.290)	(2.590)	-	(31.880)
Pagamentos	(1.398)	(2.057)	-	(3.455)
Compensação com depósitos judiciais	1.546	(256)	-	1.290
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	30.847	14.097	1.664	46.608
Adições	13.539	6.465	(359)	19.645
Juros	6.423	4.862	36	11.321
Reversão	(9.224)	(6.539)	-	(15.763)
Pagamentos	(342)	(369)	-	(711)
Compensação com depósitos judiciais	(97)	(309)	(138)	(544)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	41.146	18.207	1.203	60.556

O montante de R\$ 60.556 decorre, principalmente, de: a) cíveis - ações judiciais cobrando, indenização por danos morais e materiais, danos ambientais e realinhamento contratual; b) trabalhistas - ações de enquadramento no Plano de Cargos e Remunerações (PCR), diferença salarial e verbas rescisórias; e c) tributárias - ação interposta pela Cagece para cobrança de valores referentes à Contribuição PASEP 05/2003 a 11/2003 e PIS do período de 02/2002 a 06/2002, devidamente pagos à Caixa Econômica Federal com cheques nominais. Na ação é requerida a suspensão da exigibilidade dos créditos para que sejam expedidas certidões negativas e anulados os créditos tributários

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis, trabalhistas e tributárias, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

Contingências possíveis

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$ 382.051 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 48.527 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas informações trimestrais. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31/12/2020
0122794-17.2019.8.06.0001 (i)	Judicial	Cível	319.000
0010307-46.2012.8.06.0035/0 (ii)	Judicial	Cível	15.000
0000387-54.2006.8.06.0101/0 (iii)	Judicial	Tributário	2.770
0000129-57.2020.5.07.0010 (iv)	Judicial	Trabalhista	2.206
0002751-64.2019.8.06.0126 (v)	Judicial	Cível	2.000
0832790-71.2014.8.06.0001/0 (vi)	Judicial	Cível	1.927
0201204-31.2015.8.06.0001/0 (vii)	Judicial	Cível	1.750
0001689-93.2014.8.06.0148/0 (viii)	Judicial	Tributário	1.274
0500372-61.2011.8.06.0001/0 (ix)	Judicial	Cível	1.139
0027382-79.2007.8.06.0001/0 (x)	Judicial	Cível	790
Outros	-	-	34.195
			382.051

- (i) Ação ajuizada pela OAB contra a CAGECE, ARCE E ACFOR, requerendo a anulação do aumento tarifário autorizado pela ARCE de 15,86%, em vigor desde 24 de março de 2019. Segundo a autora, esse aumento não respeitou as condições e os procedimentos estabelecidos nas normas de regência. Em decisão de primeiro grau, houve julgamento parcialmente favorável da demanda da OAB - Ceará para determinar que o reajuste fosse de 4,31%, além de garantir aos consumidores a repetição do valor pago a maior, devendo incidir juros e atualização monetária sobre o valor devolvido. Conforme estudo realizado pela área técnica da Companhia, o valor estimado de perda, caso essa sentença venha a ser mantida, é de R\$ 319.000. Irresignados com a sentença, os promovidos e a parte promotora apresentaram recursos de apelação cível. Nas fundamentações recursais, a Companhia suscitou questões essencialmente processuais que macularam o processo em questão, além de ter defendido a legalidade do aumento tarifário praticado, como forma de prestígio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e, conseqüentemente, o interesse público como razão maior para possibilitar a revisão tarifária realizada. A 1ª Câmara Direito Público, ao apreciar os recursos interposto, em 15 de fevereiro de 2021, por unanimidade, deu provimento apenas aos recursos da CAGECE, da ARCE e da ACFOR, reformando integralmente a sentença ora combatida, entendendo que revisão tarifária foi fundamentado na lógica econômica e jurídica dos contratos de concessão e na legislação aplicável à espécie, não devendo o Poder Judiciário se imiscuir em atos administrativos discricionários e atos de governo fulcrados em pesquisas técnicas levadas a cabo por equipes detentoras de especialização técnica na área em questão, deve-se privilegiar o entendimento por elas sufragado
- (ii) Ação cível de desapropriação indireta e indenização por danos;
- (iii) Ação tributária relativa a cobrança de ISS pela Prefeitura de Itapipoca;
- (iv) Ação trabalhista de assédio moral e reparação patrimonial;
- (v) Ação civil pública ambiental relativa a ampliação da rede de esgoto ;
- (vi) Ação de cobrança movida pela Allsan contra a Cagece, referente a serviços técnicos especializados de leitura de medidores com faturamento imediato, cujo objeto diz respeito às medições referentes ao período de julho a novembro de 2012, bem como os reajustes;
- (vii) Ação cível de desapropriação indireta e indenização por posse;
- (viii) Ação de execução fiscal; cobrança de dívida ativa de Impostos não recolhidos do INSS;
- (ix) Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto;
- (x) Ação civil referente à rescisão contratual com a Hapvida Assistência Médica Ltda.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contingência remota relevante

A Companhia sofreu autuação e imposição de multa para exigir IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2014, em razão de três temas a seguir:

- Utilização de taxas de depreciação incorretas;
- Ganhos decorrentes da avaliação de Ativos a Valor Justo (AVJ);
- Postergação no pagamento dos tributos.

O valor total da autuação de IRPJ foi de R\$ 602.044 e da autuação de CSLL foi de R\$ 216.736, considerando principal, juros e multa de ofício. Logo, o valor total do lançamento de ofício em julho de 2019 foi de R\$ 818.780.

Esse auto de infração da Secretaria da Receita Federal (SRF) considerou como infração a ocorrência de Ajustes a Valor Justo (AVJ), considerados como tributáveis, sendo que, no entanto, foram ajustes de avaliação pelo custo atribuído (deemed cost), nos termos das normas contábeis aplicáveis. Isso, por si só, já demonstra a improcedência dos autos de infração, eis que, nos termos do art. 142 do CTN, o lançamento consiste no procedimento tendente à verificação do fato gerador e determinação da matéria tributável. O erro na consideração do fato tido por tributável claramente implica a improcedência da autuação

Conforme se depreende dos argumentos de defesa da CAGECE, o auto de infração em questão não deve prosperar quando submetido ao julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, especialmente se considerada também a hipótese de julgamento na esfera judicial.

Nesse sentido, o risco de perda do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 é considerado remoto pela Administração da Companhia.

27. Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego e de longo prazo. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de assistência à saúde sob responsabilidade da CAGECE.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Plano de assistência médica	164.774	192.125
	<u>164.774</u>	<u>192.125</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Benefícios pós-emprego:

A CAGECE é patrocinadora de planos de aposentadoria e assistência médica. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho mantidas com a CAGECE.

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAGECE, sua administração é realizada pela Cageprev, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, instituída em 2004 pela patrocinadora.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Quanto ao plano de assistência médica, este foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

- **Tipo de contratação:** coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);
- **Contribuição:** da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- **Valor da contribuição:** fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- **Modalidade:** ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- **Acomodação:** apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Plano de assistência médica

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos beneficiários ativos e aposentados (bem como seus respectivos dependentes e agregados). Referida contribuição é reajustada anualmente, em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente - em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O valor da contribuição mensal (prêmio) pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o valor pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o valor do salário-mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente - conforme ditames da Lei 9.656/98.

Frente à severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), onde o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médio - observada toda a massa com tal perfil.

Para tanto foram consideradas na avaliação atuarial as seguintes informações:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos		
Número	1.178	1.175
Idade Média	47	46
Dependente de Ativos		
Número	2.748	2.956
Idade Média	40	40
Assistidos		
Número	190	175
Idade Média	66	70
Dependentes dos Assistidos		
Número	286	128
Idade Média	49	58
Assistidos - PRSP e PPA		
Número	263	308
Idade Média	70	66
Dependentes dos Assistidos- PRSP e PPA		
Número	208	555
Idade Média	59	48

Em função do Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) - em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos - foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado.

Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

médica é garantido desde integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em suas demonstrações contábeis, para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial (aplicável ao plano de assistência médica).

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no plano de assistência médica, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

O Aging Factor adotado para 2020 foi de 2,50%, com base na experiência de mercado da consultoria.

Biométricas e Demográficas	31/12/2020	31/12/2019
Tábua de mortalidade geral	AT- 2000, segregada por sexo	AT- 2000, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Muller (Suavizada em 85%)	Experiência IAPC
Tábua de mortalidade de inválidos	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade	-	-
Composição familiar	Família Real	Família Real
Entrada em aposentadoria	Homens: 63 anos; Mulheres: 61 anos	Homens: 63 anos; Mulheres: 61 anos
Take-up	73,00%	55,56%
Econômicas e Financeiras	31/12/2020	31/12/2019
Taxa nominal de desconto atuarial	7,45%	7,69%
Inflação de Longo Prazo	3,50%	4,00%
Taxa de Crescimentos dos Custos Médicos	3,50% decrescendo 0,25% em 11 anos	3,50% decrescendo 0,25% em 11 anos
Aging Factor ("Fator de envelhecimento")	2,50%	2,50%
Taxa de reajuste de benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	Não aplicável	Não aplicável

Conciliação do saldo do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conforme pode ser observado a seguir, inexistem ativos financeiros para a cobertura do passivo originado pelo plano de assistência médica:

	Valor presente das obrigações atuariais
1. Valor no início do exercício	194.035
2. Custo do serviço corrente	7.125
3. Custo dos juros	18.265
4. Rendimento esperado dos ativos (maior)/menor que a taxa de retorno	-
5. Ganhos ou perdas atuariais	(47.586)
6. Mudança de hipóteses	(1.135)
7. Contribuições pagas pela empresa	-
8. Contribuições pagas pelos empregados	-
9. Benefícios pagos pelo plano	-
10. Benefícios pagos diretamente pela empresa	(4.020)
11. Custo de administração	-
12. Impostos	-
13. Custo de serviço passado - alteração do plano	-
14. Custo de serviço passado - redução do plano	-
15. Eliminação antecipada de obrigações	-
16. Aquisição	-
17. Alienação	-
18. Benefícios de desligamento	-
19. Outras despesas	-
20. Mudança no superávit	-
21. Valor no final do exercício	166.684

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Ainda, já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora - sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 31 de dezembro de 2020:

Valor presente da obrigação atuarial	<u>166.684</u>
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	(1.910)
Valor presente da obrigação atuarial	<u><u>164.774</u></u>

Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

<u>Perfil de Vencimento da Obrigação de Benefício Definido</u>	<u>31/12/2020</u>
1. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021	15.848
2. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2022	16.938
3. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2023	17.952
4. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2024	17.164
5. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2025 ou posterior	98.781

Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o ano

<u>Custo de Benefício Definido estimado para o próximo exercício</u>	<u>31/12/2021</u>
1. Custo do Serviço Corrente	4.685
2. Custo de Serviço Passado - Alterações do Plano	-
3. Custo de Serviço Passado - Reduções Antecipadas	-
4. (Ganhos)/Perdas de liquidações antecipadas	-
5. Custo do Serviço	<u>4.685</u>
6. Juros líquidos sobre (Ativo)/Passivo líquido	11.785
7. Custo de Benefício Definido reconhecido no resultado	<u>11.785</u>
8. Custos de Administração incorridos no período	-
9. Custo de Terminação de Benefícios	-
10. Outros Ajustes	-
11. Custo reconhecido no resultado	<u><u>16.470</u></u>

Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

<u>Análise de Sensibilidade</u>			
Taxa de juros -0,25p.p.	159.456	12.053	171.509
Taxa de juros +0,25p.p.	150.128	11.940	162.068
Mortalidade -10%	147.726	11.914	159.640
Mortalidade +10%	154.214	11.983	166.197

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

28. Imposto de Renda e contribuição Social diferidos

A Companhia registra contabilmente os efeitos fiscais de suas transações e outros eventos através do reconhecimento das diferenças temporárias, ativas ou passivas e dos ativos ou passivos fiscais diferidos quando da apresentação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nas demonstrações contábeis e na divulgação de informações sobre tais impostos.

As diferenças que impactam ou podem impactar na apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial são registradas como diferenças temporárias, já os ativos ou passivos fiscais diferidos são registrados como valores a recuperar ou a pagar em períodos futuros.

O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	31/12/2020			31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	16.167	5.820	21.987	13.743	4.948	18.691
Provisões para perdas estoques	333	120	453	326	117	443
Tarifa de contingência	-	-	-	26.407	24.049	50.456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.713	4.937	18.650	12.550	4.518	17.068
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	41.193	14.830	56.023	48.031	17.291	65.322
Total diferido ativo	71.406	25.707	97.113	101.057	50.923	151.980
Diferenças temporárias						
Variação cambial - exclusão regime de caixa	15.045	5.415	20.460	1.751	631	2.382
Ajuste de avaliação patrimonial	(165.205)	(59.474)	(224.679)	(175.011)	(63.004)	(238.015)
Total diferido passivo	(150.160)	(54.059)	(204.219)	(173.260)	(62.373)	(235.633)
Total de imposto diferido líquido	(78.754)	(28.352)	(107.106)	(72.203)	(11.450)	(83.653)

29. Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente, de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de fevereiro de 2020 foi aprovado o aumento de Capital Social da Companhia no montante de R\$ 435, mediante a capitalização de Incentivos Fiscais de Reinvestimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Em 24 de julho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada: (i) a aprovação do resgate de Ações PNB no total de 2.673.776, todas de titularidade do Estado do Ceará, convertidas voluntariamente e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração de 06 de julho de 2020 e previamente autorizadas em AGE de 26 de junho de 2020; (ii) a aprovação da redução do capital social em R\$ 34.732 para efetivar o resgate de Ações PNB, com pagamento mediante entrega de bens do ativo não circulante da Companhia por seu valor líquido em 31 de março de 2020; (iii) a aprovação da extinção da classe de Ações PNB e ratificação da aprovação pela AGESP de 24 de julho de 2020 da alteração da denominação das ações preferenciais classe A - Ações PNA que voltaram a ser ações preferenciais - Ações PN; (iv) a aprovação de novas versões do Estatuto Social (uma para vigorar após a AGE de 24 de julho de 2020 e outra para vigorar após a celebração da oferta pública inicial de ações, Initial Public Offering - IPO, ainda sem data prevista); (v) a retificação do valor do capital social para R\$ 1.943.607, sendo 183.498.962 Ações ON e 56.877 Ações PN.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada para 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 da seguinte forma (quantidade de ações):

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	162.158.299	38.708	162.197.007	164.832.068	38.708	164.870.776
Município de Fortaleza	21.340.376	-	21.340.376	21.340.376	-	21.340.376
Outros	287	18.169	18.456	294	18.169	18.463
	183.498.962	56.877	183.555.839	186.172.738	56.877	186.229.615

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,37% do capital social votante da Companhia (2019: 88,41%).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

30. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” corresponde às reservas legal, estatutária, incentivos fiscais e de retenção de lucros, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, conforme descritas a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária poderá ser constituída anualmente, por proposta da Administração, a qual deverá ser deliberada pela Assembleia Geral por meio de orçamento de capital, que terá a faculdade de destinar até 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva estatutária tem por fim a implantação de inovações e melhorias operacionais em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluído pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0086/2017, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de modernização de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 528.001.800 m³/ano, correspondente a 100% da capacidade do empreendimento modernizado, a partir do ano-calendário de 2017, por um prazo de 10 anos, com término no ano-calendário de 2026.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

(d) Reserva de retenção de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de retenção de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito conforme estabelece o art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

31. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial:

	Saldo 31/12/2018	Realização	Saldo 31/12/2019	Realização	Saldo 31/12/2020
Ativo não circulante					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	741.749	(41.706)	700.043	(39.224)	660.819
Passivo não circulante					
Impostos diferidos	(252.195)	14.180	(238.015)	13.336	(224.679)
Patrimônio líquido					
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>489.554</u>	<u>(27.526)</u>	<u>462.028</u>	<u>(25.888)</u>	<u>436.140</u>

32. Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional, apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamento sanitário em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto, os custos correspondentes não podem ser segregados em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado);
- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta - água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados à prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo setor financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto	143.460	202.552
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	<u>48.776</u>	<u>68.868</u>
Diferenças temporárias de variação cambial	18.079	3.064
Despesas indedutíveis	(9.096)	9.677
Realização do custo atribuído	13.336	14.180
Outras despesas não dedutíveis	375	1.184
Tarifa de contingência	-	27.310
Reversão de provisões indedutíveis	3.296	(3.087)
Benefícios Fiscais	(1.549)	(2.284)
Outros itens	569	(3.011)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>73.786</u>	<u>115.901</u>
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	(21.356)	(37.355)
	<u>52.430</u>	<u>78.546</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(43.568)</u>	<u>(41.730)</u>
Encargo fiscal	8.862	36.816
Alíquota efetiva	<u>6,18%</u>	<u>18,18%</u>

A alíquota de imposto média em 31 de dezembro de 2020 é de 6,18% (18,18% em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)****34. Partes relacionadas**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Governo do Estado do Ceará (a)	5.058	4.761
Prefeitura Municipal de Fortaleza (b)	1.243	1.946
Contas a receber	6.301	6.707
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH (c)	13.160	10.759
Fundação Cagece de Previdência Complementar - CAGEPREV (d)	1.583	1.627
Contas a pagar	14.743	12.386
Governo do Estado do Ceará (a)	20.368	6.009
Prefeitura Municipal de Fortaleza (b)	2.700	778
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	23.068	6.787

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Quitação de obrigações junto à Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará em 06 de março de 2020 (Nota nº 19 - ii);
- Aporte de 69% do orçamento total de R\$ 327.345 do projeto Sanear II, que representa um montante de R\$ 225.868. O projeto Sanear II tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará;
- Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2019 de R\$ 6.009 definidos em reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2020;
- Constituição de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2020, para pagamento em 2021, de R\$ 20.368;
- Pagamento de juros sobre o capital próprio em 27 de outubro de 2020, no valor de R\$ 8.881;
- Em 2020 foi faturado um total de R\$ 34.943 (R\$ 23.852 em 2019) para o Governo do Estado do Ceará e órgãos a ele vinculados, desses, o montante de R\$ 5.058 estava a receber em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.761 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos;

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

- Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato;
- Em 04 de novembro de 2019 foi assinado o contrato de programa do município de Fortaleza que tem como data de vencimento 03 de novembro de 2054;
- Não houve ônus na renovação da concessão;
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no período findo em 31 de dezembro de 2020, correspondeu a R\$ 13.038 (R\$ 12.389 em 31 de dezembro de 2019);
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais;
- Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2019 de R\$ 778 definidos em reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2020;
- Constituição de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2020, para pagamento em 2021, para pagamento em 2021, de R\$ 2.700;
- Pagamento de juros sobre o capital próprio em 27 de outubro de 2020, no valor de R\$ 1.150;
- Em 2020 foi faturado um total de R\$ 16.450 (R\$ 10.602 em 2019) para a Prefeitura Municipal de Fortaleza e órgãos vinculados, desses o montante de R\$ 1.243 estava a receber em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.946 em 31 de dezembro de 2019).

(c) COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

- A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH é o único fornecedor de água bruta da Cagece e torna-se parte relacionada por também pertencer ao Governo do Estado do Ceará.
- Durante o ano de 2020 o custo total com a aquisição de água bruta junto a COGERH foi de R\$ 75.712 (68.247 em 2019) e o saldo a pagar para o fornecedor, em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 13.160 (R\$ 10.759 em 31 de dezembro de 2019).

(d) CAGEPREV - Fundação Cagece de Previdência Complementar

- Pagamento de contribuição para previdência complementar no montante de R\$ 4.267, havendo R\$ 392 a pagar em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.653 e R\$ 318, respectivamente, em 2019);
- Repasse de contribuição de empregados para previdência complementar no montante de R\$ 5.055, havendo R\$ 445 a repassar em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.504 e R\$ 418, respectivamente, em 2019);
- Pagamento de previdência complementar para empregados aposentados no montante de R\$ 5.368, havendo R\$ 340 a pagar em 31 de dezembro

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

de 2020 (R\$ 6.107 e R\$ 515, respectivamente, em 2019);

- Repasse de empréstimos consignados tomados pelos empregados junto à Cageprev e descontados em folha de pagamento de R\$ 4.862, havendo R\$ 406 a repassar em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.623 e R\$ 448, respectivamente, em 2019).

35. Honorários da Administração

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, em 31 de dezembro de 2020, totalizou em R\$ 4.654 (R\$ 4.540 em 31 de dezembro de 2019), conforme detalhado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração Diretoria - Salários	1.659	1.603
Remuneração Diretoria - Gratificações	1.320	1.315
Remuneração Diretoria - Benefícios (auxílios para educação, saúde e alimentação)	598	528
Remuneração Diretoria - Participações nos lucros	217	233
Remuneração Conselho de Administração	410	395
Remuneração Conselho Fiscal	270	286
Remuneração Comitê de Auditoria	180	180
Total do exercício	4.654	4.540

Os respectivos valores foram registrados na Rubrica “Despesas administrativas” na demonstração de resultado”.

A Companhia não concede a seus Administradores e Conselheiros outros benefícios de longo prazo como benefício de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Logo, os benefícios concedidos limitam-se aos divulgados acima.

36. Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu à avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas x as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Ativos financeiros - contratos de concessão	72.055	72.055	119.865	119.865
Contas a receber de clientes	342.677	342.677	308.216	308.216
Caixa e equivalentes de caixa	109	109	594	594
Aplicações financeiras	218.132	218.132	139.961	139.961
Depósitos vinculados a convênios	105.660	105.660	130.115	130.115
Passivos financeiros				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	64.000	64.000	90.483	90.483
Empréstimos e financiamentos	420.161	424.445	378.294	359.237
Fornecedores	144.133	144.133	132.767	132.767
Obrigações com clientes	3.086	3.086	3.264	3.264
Arrendamento mercantil	21.975	21.975	19.158	19.158

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Instituições financeiras	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6% a 8% + taxa adm de 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + atualização monetária FGTS (TR)	136	9%
Santander	Operação Finame: TJLP 2,10% +3% (remuneração do agente)	21	10,85%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	I) Juros de 1,81% a.a +TJLP; II) Juros de 2,71% a.a +TJLP	44	8,65%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	I) Juros de 3,69% a.a +0,80% (spread BID); II) Juros de 1,88%a.a (libor)+0,80%a.a (spread BID) +0,84% financiamento de margem Mecanismo Unimonetário convertido via Libor	106	1,88%
Banco do Nordeste	IPCA +2,0766% + CDR	115	4,52%

37. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Social, autorizou o início das atividades da Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização) e definida. Em linha com a modalidade definida, a Companhia faz contribuições à Cageprev de forma obrigatória e contratual. Portanto, a Companhia não possui qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$ 4.659 (R\$3.971 em 31 de dezembro de 2019). A Cageprev encerrou em 31 de dezembro de 2020 com 1.400 participantes (1.446 em 31 de dezembro de 2019), sendo 1.277 (1.360 em 31 de dezembro de 2019) ativos e 123 (86 em 31 de dezembro de 2019) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$ 258.046 (R\$ 236.695 em 31 de dezembro de 2019).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela Cageprev, a qual emitiu parecer datado de 25 de fevereiro de 2021, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da Cageprev.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	<u>31/12/2020</u>
Taxa real anual de juros	5,25% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83

38. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do exercício é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	134.552	165.680
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	46	56
	<u>134.598</u>	<u>165.736</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	185.059	183.469
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	57
	<u>185.116</u>	<u>183.526</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	0,7271	0,9030
Ação preferencial	0,7998	0,9933

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

39. Receitas de serviços

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	1.134.968	1.083.851
Receita de serviços de esgotamento sanitário	459.311	456.534
Receita de construção	120.880	84.318
	<u>1.715.159</u>	<u>1.624.703</u>
Impostos sobre vendas	(141.273)	(142.070)
Receita líquida	<u>1.573.886</u>	<u>1.482.633</u>

As áreas de atuação da Companhia encontram-se localizadas dentro do estado do Ceará.

40. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Insumos (a)	(251.952)	(243.728)
Serviços (b)	(237.294)	(204.909)
Depreciação e amortização (c)	(122.032)	(186.249)
Pessoal	(118.554)	(111.524)
Materiais	(25.132)	(28.326)
Custos gerais	(24.005)	(24.111)
Concessão	(13.039)	(12.389)
Custos operacionais	<u>(792.008)</u>	<u>(811.236)</u>
(-) Créditos de PIS e COFINS	50.280	50.863
Custos operacionais líquidos	<u>(741.728)</u>	<u>(760.373)</u>
Custos de construção	(120.880)	(84.318)
	<u>(862.608)</u>	<u>(844.691)</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

- (a) Um dos principais custos de insumos são os gastos com água bruta, a qual sofreu reajuste tarifário de 12% por meio do Decreto nº 33.024 de 27 de março de 2019, em virtude deste reajuste os gastos com água bruta verificados até 31 de dezembro de 2020 superaram em R\$ 7.465 mil os gastos do mesmo período de 2019. A rubrica também foi impactada pelos reajustes de 3,94% na energia elétrica ocorridos, respectivamente, a partir de 14 de abril de 2020, o que gerou um aumento dos gastos com energia elétrica no período comparativo de R\$ 5.124. Em 2020 o órgão regulador aprovou que alguns gastos com produtos químicos fossem pagos com recursos da Tarifa de Contingência, ocasionando uma redução na rubrica de R\$ 4.327 em relação ao mesmo período de 2019;
- (b) O grupo Serviços compreende os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços;
- (c) No 1º trimestre de 2019 foi registrado um montante de R\$ 41.900 na depreciação e amortização do ativo financeiro em decorrência da redução na taxa WACC e, ao longo do ano de 2019 foram registrados mais R\$ 14.238 na rubrica decorrentes das amortizações mensais. Já em 2020 a taxa WACC aumentou, o que ocasionou um estorno dos valores que estavam registrados de R\$ 7.124, além de ter sido lançado como amortização mensal um montante de R\$ 5.375 e, portanto, menor que o saldo de 2019, justificando assim a redução ocorrida na rubrica. A taxa WACC é utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro e seu efeito é inversamente proporcional à amortização, portanto, caso ocorra uma redução da taxa, há um aumento do ativo financeiro resultado da comparação do valor presente atual com o valor presente anterior em contrapartida a receita de ativo financeiro, assim como ocorre uma redução no ativo intangível e um aumento na amortização do intangível relativo ao fluxo amortizado equivalente até o fim do contrato de concessão.

41. Despesas comerciais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços (a)	(73.902)	(90.733)
Provisão para perdas de crédito estimada (b)	(57.238)	(41.954)
Pessoal	(26.239)	(26.355)
Gerais	(2.904)	(5.658)
	<u>(160.283)</u>	<u>(164.700)</u>

- (a) As despesas comerciais com serviços reduziram, principalmente, em razão da aprovação da utilização das despesas com combate à fraude na tarifa de contingência e, portanto, os saldos que antes eram reconhecidos como despesas comerciais, passaram a ser registrados como gastos da tarifa de contingência. Essa redução impactou em R\$ 10.183 em 2020, quando comparado com 2019. Adicionalmente, também ocorreu a suspensão dos serviços de cobrança, avisos de cortes e cortes determinada pelo Governo do Estado como medida de combate à pandemia da COVID-19. O impacto em relação ao período comparativo foi uma redução de R\$ 5.792;
- (b) Em contrapartida, a mesma medida supracitada, em conjunto com a crise econômica gerada pela pandemia, causou um aumento de R\$ 15.284 no saldo da provisão para perdas de crédito estimada. Visando reduzir este impacto a Companhia vem realizando campanha para parcelamento de débitos, flexibilizando as condições de pagamento, o que vem contribuindo para que os clientes regularizem suas situações.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)****42. Despesas administrativas**

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(138.529)	(142.674)
Serviços (a)	(84.197)	(73.283)
Causas judiciais	(28.485)	(15.714)
Gerais	(10.939)	(10.808)
Tributária (b)	(51.303)	(33.188)
Transportes	(3.744)	(3.630)
Depreciação e amortização	(3.457)	(3.119)
Honorários da administração	(2.747)	(2.933)
	(323.401)	(285.349)

- (a) A variação refere-se principalmente dos serviços prestados por terceiros decorrente de reajustes anuais de salários e benefícios de pessoal terceirizado, além de aumento do contingente em unidades de negócios com déficit de auxiliares de operação e manutenção para operar as ETAs, para não expor os colaboradores a jornadas de trabalho inadequadas para a legislação trabalhista vigente e reduzir os pagamentos de horas extras. O impacto em 2020, quando comparado ao exercício de 2019 foi de R\$ 7.085. Nessa rubrica também estão registrados os gastos com serviços técnicos relativos a estudos para a realização do IPO que havia sido autorizado para 2020, mas que, por conta da Pandemia, não ocorreu. Essas despesas impactaram em 2020 no montante de R\$ 2.070, quando comparado a 2019. Ainda nos serviços técnicos profissionais somasse o impacto de R\$ 1.073 referente a serviços jurídicos de verificação dos montantes pagos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a tarifa de contingência, antes da reapresentação e que, portanto, necessitam ser ressarcidos.
- (b) A partir de abril de 2019, por força da Lei Estadual Complementar nº 162/2016, a Companhia passou a repassar, mensalmente, ao Fundo Estadual de Saneamento Básico 1% do valor das receitas diretas de água e esgoto, este repasse gerou variação de R\$ 4.308 em relação ao período comparativo de 2019. Outra razão da variação das despesas tributárias foi o cancelamento ocorrido no 1º trimestre de 2020 das compensações (PERDCOMP'S) efetuadas em 2019 com crédito de IRPJ do ano de 2018 num valor aproximado de R\$ 2,29 milhões. Adicionalmente, em outubro de 2020 ocorreu o parcelamento convencional no âmbito da Receita Federal, referente ao Processo nº 11234.7200001/2020-07 de multas regulamentares diversas por descumprimento de obrigação acessória, no valor total de R\$ 7.925.

43. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.834	11.461
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 12)	-	57.781
Juros recebidos de clientes	15.795	14.586
Atualização monetária (a)	9.791	148
Juros ativos	520	2.768
Variação cambial ativa	39.868	39.689
(-) PIS / COFINS sobre receita financeira	(1.839)	(4.251)
	68.969	122.182
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(24.237)	(24.396)
Juros do arrendamento	(1.462)	-
Despesa de atualização do ativo financeiro (Nota 12)	(1.748)	-
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(7.904)	(12.662)
Atualização monetária	(13.640)	(2.970)
Variação cambial passiva	(100.282)	(49.208)
Outras	(290)	(7.081)
	(149.563)	(96.317)
	(80.954)	25.865

- (a) A variação dessa rubrica equivale à atualização monetária do crédito fiscal de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos sobre a Tarifa de Contingência, conforme nota explicativa 09.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Período findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

44. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas Diretor Presidente	João Fernando de Abreu Menescal Diretor de Operações	Bruno Alencar Firmo Barreira Diretor de Gestão Corporativa
Cláudia Elizângela Caixeta Lima Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital	Helder dos Santos Cortez Diretor de Unidade de Negócio do Interior	José Carlos Lima Asfor Diretor de Engenharia
Dario Sidrim Perini Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Victor Diego Soares de Almeida Diretor Jurídico	Pedro Henrique Leite Gomes Contador CRC/CE 018577/O-8
	André Lopes Camurça Gerente de Contabilidade	

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece
Fortaleza - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nos 2.22 e 39)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Critério de reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47 (incluindo o reconhecimento dos valores recebidos a título da tarifa de contingência);
- (ii) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (iii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iv) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de água e esgotamento sanitário fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano ("fornecimento não faturado");

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de receita (Notas Explicativas nos 2.22 e 39)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos relacionados ao ciclo de faturamento e receitas; a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas dos serviços prestados e os respectivos recebimentos; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada ("fornecimento não faturado") realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais no reconhecimento da receita da Companhia. Portanto, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contratos de concessão (Notas Explicativas nos 2.8, 2.10, 13, 16 e 17)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldo de ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis, decorrentes de contratos de concessão, nos valores de R\$ 72.055 mil, R\$ 247.750 mil e R\$ 2.600.474 mil, respectivamente, conforme divulgados nas Notas Explicativas nos 2.8, 2.10, 13, 16 e 17, que representam a infraestrutura de concessão. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados

pela Companhia que não serão completamente amortizadas ao final do prazo das concessões, e serão indenizadas pelo poder concedente. Por sua vez, os ativos de contrato e intangíveis representam os investimentos realizados que possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, baseada no recebimento de tarifas por serviços prestados aos usuários.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, a complexidade e subjetividade envolvidas na bifurcação e na avaliação da recuperabilidade, que são baseadas em diversas premissas subjetivas por parte da administração, tais como: a determinação das taxas de desconto, dos percentuais de crescimento e da rentabilidade dos negócios da Companhia para anos futuros.

Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação às condições econômicas e de mercado.

Resposta da auditoria ao assunto contratos de concessão (Notas Explicativas nos 2.8, 2.10, 13, 16 e 17)

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à bifurcação dos ativos financeiros da concessão considerando a parcela dos investimentos realizados e o montante dos ativos que não serão amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativos financeiros e intangíveis e revisamos se os cálculos da atualização e de ajuste a valor presente dos ativos financeiros estão consistentes e de acordo com o prazo do contrato de concessão, bem como testamos o cálculo da amortização dos ativos intangíveis e realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os contratos de concessão, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração na mensuração dos ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis decorrentes de contratos de concessão, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nos 2.8, 2.10, 13, 16 e 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Tributos a recuperar e contingências fiscais (Notas Explicativas nos 9 e 26)

Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações contábeis nos próximos exercícios estão as realizações dos créditos tributários e as estimativas relacionadas com as possíveis contingências fiscais.

Esses processos normalmente são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos em função da legislação.

Algumas leis e regulamentos têm também elevado grau de complexidade e, portanto, a mensuração, o reconhecimento e as divulgações relacionadas aos riscos e/ou, em certos casos, a aderência às leis e regulamentos, envolvem interpretação.

Conforme nota explicativa nº 9, até o exercício de 2020, a Companhia tinha como prática em oferecer a tributação os recursos recebidos oriundos da "tarifa de contingência". Apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia em 31 de dezembro de 2020, firmou o entendimento que a tarifa de contingência não atende ao critério de receita tributável e efetuou a exclusão dos referidos valores na base de tributação bem como a constituição dos créditos dos períodos anteriores.

Esse assunto de tributos a recuperar e contingências fiscais foi considerado significativo para a nossa auditoria, considerando que a decisão de reconhecimento de um ativo ou passivo e as suas correspondentes bases de mensuração ou, ainda, as divulgações de riscos consideram exercício de julgamento crítico da Administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

Resposta da auditoria ao assunto de tributos a recuperar e contingências fiscais (Notas Explicativas nos 9 e 26)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O entendimento dos procedimentos para a contabilização e divulgação dos temas em notas explicativas;
- Com o apoio de nossos especialistas, efetuamos testes inspecionando documentação base de transações;
- Realizamos reuniões com a Administração e seus assessores jurídicos, com o objetivo de entender as matérias em questão e o seu referido prognóstico;
- Solicitamos opiniões dos assessores jurídicos e discutimos a razoabilidade dos prognósticos;
- Adicionalmente, obtivemos a confirmação de processos diretamente com os advogados que patrocinam as causas e com o departamento jurídico interno, a fim de confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor envolvido.

Observamos que os critérios adotados pela administração para determinação dos créditos tributários e das provisões e divulgações em notas explicativas estão consistentes com documentos recebidos e com a posição dos assessores jurídicos e do departamento jurídico da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta forma, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 03 de março de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 – S -CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e do Relatório dos Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 03 de março 2021.

Com base nos documentos examinados, concluíram que as Demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 03 de março de 2021.

Paulo Henrique Ellery Lustosa Costa
Presidente

César Almeida de M. Silva
Conselheiro Efetivo

João de Aguiar Pupo
Conselheiro Efetivo

Francisco Quintino Vieira Neto
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE é órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, tendo sido implantado nesta Companhia em julho de 2018, com atuação independente, possuindo arrimo nas normas estabelecidas pela Lei Federal de nº 13.303/2016, bem como no Estatuto Consolidado da Companhia de Água e Esgoto do Ceará disponível no site oficial da mesma.

O COAUD é integrado por 03 membros, sendo: Clara Germana Gonçalves Rocha, na qualidade de Coordenadora do COAUD, Lilia Palmeira Pinheiro e Sarah Feitosa Cavalcante de Andrade, na qualidade de membros do COAUD com mandato até 06 de julho de 2022, as quais aprovaram as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020;

O COAUD tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação aos critérios de governança aplicáveis.

A empresa BDO RCS Auditores Independentes SS foi a responsável pela auditoria independente das Demonstrações Contábeis da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2020 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do COAUD no exercício

Face às peculiaridades próprias de um primeiro ano de atividades, o COAUD desenvolveu um intenso processo de conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo dos meses de atividade, o COAUD manteve diversas reuniões formais com coordenadores e gerentes da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Governança, Controladoria e Contabilidade, Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, adicionalmente com a CAGEPREV. Em relação à Auditoria Externa, este comitê não teve nenhuma reunião.

Nessas reuniões foram abordados vários outros assuntos relacionados com as Demonstrações Financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos Membros do COAUD com a auditoria interna foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. A revisão das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Tão logo apresentadas as demonstrações financeiras e respectivo balanço financeiro do exercício de 2020, em março de 2021, esse COAUD, conforme suas prerrogativas e disposições legais, apresentará à presidência e ao Conselho de Administração minucioso relato impresso, destacando as atividades, resultados e recomendações, com esteio nos dados e informações apresentados pelos relatórios técnicos dos Auditores Internos e dos Independentes, bem como, nas informações fornecidas durante as reuniões mensais, realizadas desde julho de 2020.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUD repousam nos dados e informações que lhe foram apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna e externa).

Com relação à Auditoria Externa, o COAUD não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação a CAGECE, bem como não tem conhecimento de quaisquer divergências significativas, de natureza contábil e de divulgação das Demonstrações Financeiras, entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio COAUD.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o COAUD considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia, considerando-se as particularidades próprias do período de transição para a plena adoção da Lei nº 13.303/16.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação, no transcorrer de 2020 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O COAUD considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhada do parecer dos auditores independentes, sem ressalvas. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Fortaleza, 03 de março de 2021.

Clara Germana Gonçalves Rocha
Coordenadora

Sarah Feitosa Cavalcante de Andrade
Membra

Lilia Palmeira Pinheiro
Membra

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou, a partir do dia 01/03/2021, segunda-feira, data do seu encaminhamento a este Comitê, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis; Demonstrações contábeis auditadas; Balanço patrimonial; Demonstração do resultado; Demonstração do resultado abrangente; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa; Demonstração do valor adicionado; e Notas explicativas às demonstrações contábeis, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nos exames efetuados, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, durante todo o exercício social e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 03 de março de 2021, considerou que não houve distorção relevante no Relatório da Administração, portanto, nada relatando a este respeito, este Comitê de Auditoria opina favoravelmente à aprovação do Relatório de Auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras da CAGECE de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, visto que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendamos a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, a ser submetida à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da CAGECE.

Fortaleza, 03 de março de 2021.

Clara Germana Gonçalves Rocha
Coordenadora

Sarah Feitosa Cavalcante de Andrade
Membra

Líliá Palmeira Pinheiro
Membra

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017, que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Fortaleza, 03 de março 2021.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

João Fernando de Abreu Menescal
Diretor de Operações

Bruno Alencar Firmo Barreira
Diretor de Gestão Corporativa

Cláudia Elizângela Caixeta Lima
Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez
Diretor de Unidade de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Victor Diego Soares de Almeida
Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Fortaleza, 03 de março de 2021.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

João Fernando de Abreu Menescal
Diretor de Operações

Bruno Alencar Firmo Barreira
Diretor de Gestão Corporativa

Cláudia Elizângela Caixeta Lima
Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez
Diretor de Unidade de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Victor Diego Soares de Almeida
Diretor Jurídico